JOÃO MASCARENHAS DE MELLO

O COMBATE DA CAMPINA

ENTRE

MELOS E PESSANHAS

CENAS DA VIDA ALGARVIA
DO SÉCULO XVI. GENEALOGIAS.

EDIÇÃO DO AUTOR

1942

O COMBATE DA CAMPINA ENTRE MELOS E PESSANHAS

OBRAS DO AUTOR

Doze Dias em Roma Lisboa, 1903.

Contra o Divórcio Lisboa, 1908.

O Algarve .. na Revista «*Os Serões*», n.º 76, Outubro, 1911 Lisboa.

L'Indice Nasal des Portugais — Paris, 1914.

João Revaldo — Pôrto, 1917.

Famille Chapot de Mello «*Extrait de l'Annuaire de la Noblesse, de Borel d'Hauterive*» — Paris, 1922.

Généalogie de la Famille de Pouzols Chapot de Mello (que se está publicando na «*Nouvelle Revue Héraldique*») Lyon, 1942.

O Combate da Campina entre Mellos e Pessanhas Lisboa, 1942.

JOÃO MASCARENHAS DE MELLO

O COMBATE DA CAMPINA

ENTRE

MELOS E PESSANHAS

CENAS DA VIDA ALGARVIA
DO SÉCULO XVI. GENEALOGIAS.

EDIÇÃO DO AUTOR
1942

Grandes Oficinas Gráficas «Minerva», de Gaspar Pinto de Sousa, Suc.res, Ld.a
Avenida Barão de Trovisqueira, 44 a 54 — Vila Nova de Famalicão — 1942

Advertência

Ignoro se laços de sangue me prendem aos Melos de quem aqui trato. A ser assim, outros laços de sangue me prenderiam também à maioria das famílias parciais e rivais dêsses Melos, pois que êles e elas eram mais ou menos parentes, como se lerá.

Sou, por uma das minhas bisavós, Mascarenhas, dos de Faro, por outra bisavó, Pacheco, dos de Monchique, por uma das minhas trisavós, Sousa, dos de Lagos, etc. Na ascendência destas nobres famílias, decerto se encontrarão parentescos com as que combateram no duelo da Campina.

Isto mostra a imparcialidade com que estudei e descrevo o assunto.

Descendo, por varonia, duma família francesa, passada ao Algarve nos fins do século XVII.

O Autor.

Prefácio

Fazer reviver uma sociedade morta há quatro séculos, quando se dispõe de escassos documentos dessa época, e à fôrça de deduções reconstruir factos, causas que os motivaram, conseqüências que deles advieram, investigar, adivinhar sob cada nome, sob cada data, sob cada ligeira indicação da vida dos personagens que próxima ou remotamente figuraram nas cenas descritas, qual o papel que nelas representaram, o motivo que aí os levou, o resultado que obtiveram, é trabalho de sapa que demanda grandes fôrças, pulso firme e cérebro lucidíssimo, para evitar os escolhos da lenda, e os erros dos pouco escrupulosos escritores genealógicos, tam apressados a confundir nomes, datas, paternidades, filiações, produzindo anacronismos e outras faltas graves, que anulam um estudo desta ordem.

Para tal empreendimento não me faltou contudo a coragem, meti mãos à obra e os leitores julgarão do mérito dêste trabalho.

O ódio entre Melos e Pessanhas, duas famílias residentes em Tavira no princípio do século XVI, ficou tradicional no Algarve, e contudo, ninguém sabe minúcias a tal respeito. Perdeu-se na noite dos tempos a clareza do grande drama. Pouco a pouco, convertido em simples conto de lareira, sôbre o qual cada um bordava as mais desencontradas fantasias, como nas lendas de mouras encantadas, lendas que enchem o romântico Algarve, dele apenas hoje restava uma ou outra menção.

Os vélhos nobiliários, a «Aula da Nobreza Lusitana», de Damião de Lemos de Faria e Castro, tomo IV, a «Corografia do Reino do Algarve», de João Baptista da Silva Lopes, as «Famílias Nobres do Algarve», do visconde de Sanches de Baena, parte II, título Francas, e título Melos, tocam ao de leve o assunto, limitam-se a citar o facto do assassinato de alguns dos Melos, e o combate da Campina, eis tudo.

Despertou-me a curiosidade êste assunto, e fui estudá-lo. O que achei, merece publicação. Publicando-o ofendo talvez melindres de descendentes da família Pessanha, mas a história não deve subordinar-se a melindres pessoais. De alguns membros dessa família, sou amigo; um deles, vélho condiscípulo de colégio, a quem falei a propósito da publicação dêste estudo, apertou-me afectuosamente a mão e respondeu-me — amicus plato, sed magis amica veritas.

Vencidos os obstáculos, que a amizade pudesse impor, estava liberta de entraves esta monografia sôbre o ódio entre Melos e Pessanhas algarvios.

I

Tavira não foi outrora, como poderia supor-se, a tristonha e despovoada cidade que vive actualmente uma vida estagnada e incolor, amodorrando-se sonolenta como uma cataléptica. O forasteiro que hoje ali pára, sente a nostalgia do movimento e do ruído; se não quer comerciar ou politicar, tem de evocar o passado, para não fenecer de tédio, pois a vélha Tavira possue uma história de que pode orgulhar-se.

Para ver-se a antiga grandeza de Tavira, basta notar que em 1645, grassando ali a peste, morreram no seu têrmo 45.000 pessoas, conforme relata Damião de Lemos, se bem que tal número me pareça exagerado, e já então Tavira se encontrava em grande decadência, tendo passado há muito o seu período de esplendor

Há quatro séculos, era solar de muita da melhor nobreza do reino de Portugal; os reis portugueses, ao dirigirem-se às conquistas de África, iam aportar a Tavira, e mesmo nela residir algum tempo, como D. João II, que em Junho de 1489, ali se estabeleceu com tôda a côrte durante quatro meses,

quando mandou Gaspar Juzarte com uma armada a Laraxe, a construir a vila Graciosa, e certamente as opulências da côrte ostentosa daquele rei, os torneios e justas, a vida buliçosa e cortesã, deram a Tavira uma época de fausto (1).

Conquistada aos mouros, por Paio Peres Correia, D Afonso III havia-lhe concedido foral com o título de vila, e el-rei D. Manuel I, em 1520, elevou-a à categoria de cidade, por seus egrégios serviços nas armadas e socorros de além-mar

É banhada pelo rio Séqua, o seu pôrto, anteriormente ao terramoto de 1755, admitia navios de alto bordo, dos quais chegou a dita vila a possuir mais de setenta. Nesse pôrto invernavam então as galés de Portugal, «por ter Tavira população mui belicosa, e ser habitada de muitos fidalgos, que dali saíam com gente e munições, a fazer grandes presas nos mouros e corsários que vexavam a costa», assim o relata J B. da Silva Lopes, na *Corografia do Algarve*, a págs. 351

Ouçamos frei João de S. José, religioso tavirense (2), cuja interessantíssima *Corografia do Reino*

---

(1) Diz D. Flamínio, nos seus excelentes manuscritos genealógicos, que el-rei se hospedou nas casas do alcaide-mor Diogo Lopes da Franca.

(2) A *Biblioteca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, tômo II, págs. 675, diz que frei João de S. José era natural da vila de Tentugal, filho de pais de conhecida nobreza, quais foram Afonso de Aboim e Brites Pires da Serra. Professou no instituto do eremita Agostiniano, em o convento de N. Se-

do Algarve, que escreveu no ano de 1577, nos diz o seguinte, quando se refere àquela cidade

«A cidade de Tavira, sem alguma dúvida, é ao presente, e foi sempre, a principal de todo o reino do Algarve, não só na grandeza da povoação e dotes que a natureza repartiu com o solo do seu sítio, mas também na nobreza dos moradores dela, que são astros excelentes que fazem uma terra nobre, e com razão se pode gloriar deles... (1).

«Todos à uma nos dizem que foi já muito mais nobre e populosa, e quem a vir, assim a julgará, porque a têrça parte dela está arruïnada e sem moradores...

«Todo o têrmo de Tavira está povoado de quintas, cheio de hortas, e prantado de figueiras, amendoeiras, romeiras, oliveiras, e outro arvoredo de tôda a sorte. De maneira que quem olha, na primavera, representa uma bela vista, e não há ramalhete de diversas flores e hervas cheirosas, nem

---

nhora da Graça, de Lisboa, em 3-4-1544, onde foi subprior; em 1580, prior do convento de Tavira; falecido neste último convento, em 1580. Foi muito erudito, e escreveu várias obras. . A sua *Corografia do Reino do Algarve,* foi escrita no ano de 1577 Uma outra das suas obras é a *Família dos Aboins historiada.*

(1) Neste ponto, o autor não é justo; se Tavira tinha, em verdade, mais nobres do que outra qualquer terra do Algarve, Lagos era-lhe superior em categoria e condições naturais; basta, para mostrá-lo, a sua imensa baía, e o ser a capital do Algarve, já no tempo do autor, até ao terramoto de 1775.

pano de armar, por fresco que seja, a que se não possa bem comparar.

«Os julgadores que uma vez a ela vão, e os feitores que por algum respeito fazem nela detença, todos à uma voz lhe dão êste mesmo louvor, e a não deixariam se lhe fôsse possível; e tem-se por refrão, entre êles verdadeiro, que «quem uma vez morou em Tavira, sempre por ela suspira»

«E esta a meu ver se pode dar por boa razão, porque Tavira é povoada de tôda ou da mais fidalguia do reino, e nela se acham pessoas de tôdas as gerações nobres de Portugal, porque, como da conquista dos lugares de África, em que os reis trabalharam muito tempo, esta fôsse a escala onde todos ascendiam, achando-se os homens nela favorecidos da natureza, fizeram nela seu assento.

«Há nela Melos, Cunhas, Côrtes Reais, Paçanhas, Barretos, Pantojas, Correias, Ichoas, Viegas, e outra muita gente nobre que nela mora, e que está derramada por suas quintas e fazendas. Tôdas estas, não menos que as que estão em África, vivem sempre com o ôlho sôbre o ombro e recatadas dos inimigos, que muitas vezes fazem saídas nesta costa, a qual êles no verão vigiam de dia e de noite, com o pé na estribeira e lança em punho (como dizem), sem por isso terem salário ou prémio algum mais do que a honra de defender sua pátria, porque se prezam pouco de ricos e muito de bons cavaleiros. ».

Tavira era a sentinela portuguesa mais próxima e vigilante da mourama que se avizinhava além do

mar. Quási se ouvia o grito dos alarves provocando os cristãos à luta. As razias faziam-se a todo o momento no terreno mourisco, e freqüentemente galés de mouros vinham pairar de velas enfunadas, em frente das praias algarvias, levando as presas menos prevenidas que encontravam.

El-rei D. Afonso V, espírito cavalheiresco e belicoso, não achando monarca ou grão-senhor que quisesse aventurar-se a uma nova cruzada contra os turcos, voltara o seu ideal de conquista para o norte de África, onde o mouro possuía formosas e ricas cidades, das quais Ceuta caíra já em poder dos portugueses no reinado de D. João I, e Tânger lhes fizera sofrer o grave revés que custou a vida ao Infante Santo.

Mas Tânger, em 1472, sucumbe diante da investida de D. Afonso V, juntamente com Arzila, como em 1457 sucumbira Alcácer Ceguer.

No Algarve, a efervescência da conquista e da descoberta lavrava de barlavento a sota-vento. Em Lagos e Sagres, haviam-se estabelecido, com o Infante D. Henrique, navegadores aventureiros e fidalgos, cuja índole os impelia aos perigos do mar Em Tavira, foram edificar seus solares os nobres belicosos que se impunham fazer a guerra aos infiéis.

Do alto dos serros algarvios, do cume dos rochedos da costa, navegadores e guerreiros mergulhavam àvidamente o cobiçoso olhar nas águas ondulantes que iam banhar a terra africana, presa ambicionada, dia a dia conquistada e explorada.

As famílias que em Tavira se haviam estabele-

cido, a todo o momento terçavam armas com a mourama de além. Da guerra faziam vida, a morte era um lance previsto diàriamente, jogado a todo o momento nas pontas das lanças, no gume das espadas.

Homens tais, habituados a vencer ou a morrer, deviam ser terríveis num combate entre si.

Pois êsse combate deu-se; e foi na bela Tavira, «no ramalhete de flores cheirosas, no lindo pano de armar», como lhe chama frei João de S. José, que se desenrolou a tragédia que neste livro vou descrever

No princípio do século XVI, e ver-se-á que já mui anteriormente, quando se tratar dos Francas, as famílias fidalgas de Tavira viviam em discórdia, agitadas por paixões e malquerenças.

Nessa acumulação, em tam pequeno espaço, de tantos homens poderosos, mais dados às lides dos combates, do que aos exercícios da intelectualidade, é natural que entre êles surgissem intrigas e rixas que os levassem a violências mortíferas, numa época em que tam pouco valor se dava à vida.

A pedra angular dessas discórdias, era o ódio que a família dos Pessanhas votava à dos Melos, ambas residentes na referida vila. Daí o partido que as outras famílias tavirenses tomavam por um ou por outro dos dois grupos adversários.

Tam cruzadas entre si por casamentos estavam tôdas elas, que bem pode dizer-se que constituíam uma só família. Demonstram-no as pautas para as vereações da Câmara de Tavira, transcritas por Damião de Lemos Faria e Castro, na sua *Aula da Nobreza Lusitana, História de Política Moral e*

Civil, tômo IV, onde se relatam os parentescos dos vereadores da comarca de Tavira, cuja vereação, nessa época, era formada pela nobreza. O parentesco de primo era então denominado de *cunhado,* como ali se vê.

Os Pessanhas tiravam a sua origem, de Génova, a principal cidade da antiga Ligúria, região ao N O. da Itália, e que o Mediterrâneo banha desde a fronteira francesa, ao Oeste, até ao golfo de Spézzia, e compreendida entre os Alpes e os Apeninos, duma parte, e o mar da outra.

Os ligúrios eram excelentes guerreiros e marinheiros audaciosos. Em pequenas barcas davam-se à pirataria e à navegação por todo o Mediterrâneo.

Os autores romanos, seus inimigos, e como tal pouco dignos de crédito, pintam-nos como astutos, pérfidos, ciümentos, rancorosos, e talvez daí provenha o rifão citado por Damião de Lemos na referida *Aula da Nobreza Lusitana,* quando descreve Génova «pátria de homens sem fé, de mar sem peixe, de montes sem lenha, e de mulheres sem vergonha».

Os autores gregos são mais benévolos, e se citam defeitos aos genoveses, também lhes dão virtudes e lhes tecem louvores.

Cedo, emigrantes ligúrios passaram à Córsega e ali se estabeleceram, tornando-se quási comuns os hábitos dos dois povos, que já tinham comunidade de origem. Em 1347, a assembleia dos senhores corsos acabava por aceitar a soberania de Génova.

Tanto o corso como o genovês fazem do ódio

uma religião. A *vendetta* tomou foros de história entre as famílias corsas, genovesas, e pode dizer-se que em tôda a Itália. Famílias inimigas exterminavam-se mùtuamente, durante gerações sucessivas, cônscias de procederem com um direito soberano. Passavam-se séculos, sem que o ódio entre famílias rivais terminasse, e a *vendetta* exercia-se em morticínios e destruïções de tôda a espécie. A luta entre Capuletos e Montécchios, de Verona, é um caso de *vendetta*. Balzac estudou a *vendetta*, num pequeno romance que tem êsse título; o caso passa-se na Córsega, e finaliza em Paris no tempo de Bonaparte.

Seriam baseados numa *vendetta* os assassínios dos Melos pelos Pessanhas? Tudo me leva a crer que sim.

Sôbre a remota ascendência e actual representação da família Pessanha, há duas versões diferentes. Dizem uns, que descende de Manfredo, célebre aventureiro e pirata destemido, natural de Passau, na Baviera, a quem o imperador Otão chamou para si, dando-lhe o senhorio do castelo de Passano, em 984 da era cristã. Dele descenderam sucessivamente, Riccio, Rústico, Guido, Rubaldo, Oberto, Rolando, Ardrino, Simone, e Manuel almirante de Portugal no reinado de el-rei D. Diniz.

Afirmam os mesmos, que os representantes daquele Manfredo são os marqueses de Passano, de Génova.

Outros, não indo a tam longínqua origem, dizem que já em 1262 existia Guilherme Pessagno, sena-

dor de Génova, e que são representantes desta família os condes de Pessagno, residentes na dita cidade de Génova.

Os Pessanhas usam por armas· escudo de prata, tendo uma banda sanguinha com dentes de serra (porque o seu solar em Génova se chamava Penha ou Serra vermelha), e na dita banda três flores de lis de prata. Timbre, uma asa vermelha, e sôbre ela uma flor de lis no escudo.

O facto dos Passano e Pessagno usarem estas mesmas armas, acrescentadas nos Passano com as águias imperiais, leva à suposição de que sejam uma só família, embora as grafias difiram. O próprio Manuel Pezagno, passando a Portugal, teve o apelido sucessivamente transformado em Paçanha, Peçanha e Pessanha. O mesmo sucedeu a outras famílias que para êste reino vieram, como por exemplo os Elliot, escoceses, degenerados em Liote, Leote, Leotte, os Ichoas, navarreses, em Uchoa, Ochoa, os Achiolli, italianos, em Acciolli, Acciaioli, etc. Os apelidos degeneram como os animais e as plantas, basta mudá-los de meio, e por vezes nem tal mudança é necessária.

A família Pessagno foi uma das vinte e oito da nobreza vélha de Génova, que, além destas, contava quatrocentas e trinta e sete da nobreza nova.

Em Portugal, os Pessanhas são uma das setenta e quatro que teem suas armas na Sala de Sintra.

No assunto que a seguir trato — o almirantado dos Pessanhas — devo primeiramente dizer que, almirante-mor era o general da armada de alto bordo; almirante, era o general das galés. É do almirantado-mor que falarei, e não do simples almirantado, a que só me refiro quando tratar dos Francas.

Nuno Fernandes Cogominho fôra almirante-mor de el-rei D Diniz, tendo morrido, durante as lutas dêste com D. Afonso, seu filho, a quem Cogominho seguira como partidário, não quis o prudente rei nomear um descendente do referido almirante para êsse cargo, nem mostrar ressentimento da sua rebeldia nomeando outro português estranho à família Mandou então emissários seus a Génova, convidar para exercer o almirantado um marinheiro de valor reconhecido em conflitos navais e na arte da navegação.

A escolha recaíu em *misser* Emmanuele Pezagno, ou Pessagno, a quem em 1 de Fevereiro de 1317 da era cristã, el-rei firmava no cargo de almirante-mor das frotas e armadas do reino, concedia-lhe o lugar de Pedreira, em Lisboa, chamado desde então o bairro do almirante, que ficava pouco mais ou menos entre a Rua Larga de S. Roque, Chiado, Rossio, e Calçada da Glória, descendo desde as Portas de Santa Catarina até Valverde (Rossio).

Nêle se ergueram os paços que foram residência do almirante, situados onde actualmente está o palácio dos condes de Valadares, que há alguns anos tem servido de liceu, na Rua do Sacramento.

Uma das cláusulas do tratado com o dito almirante e seus sucessores, obrigava-os a ter sob as suas ordens, sempre prontos, vinte genoveses sabedores do mar, para exercerem os cargos de alcaides das galés, que eram os chefes na ocasião de combates marítimos, e de arrais, que eram os chefes técnicos da faina do mar Para êsse fim, vieram para Portugal várias famílias genovesas, uma das quais foi a dos Franchetti, depois Franca, de quem adiante tratarei.

O mesmo rei doou também a Manuel Pessanha, como em Portugal o chamaram, a vila de Odemira com o seu castelo, e os lugares de Frielas, Camarate, Sacavém e Unhos, além de 4.000 libras anuais (640$000 réis pròximamente da moeda corrente em Portugal pelos anos de 1910).

O cargo de almirante-mor tinha o direito de transmissão nos descendentes dêste Manuel Pessanha, por ordem de primogenitura, sendo lídimo e leigo o primogénito.

Em breve o almirante limpou de piratas marroquinos a costa do Algarve.

Hábil diplomata, foi por el-rei enviado como embaixador ao Papa, em 1320, e tam bem se houve nessa missão, que D. Afonso IV lhe doou o padroado duma capela instituída pela raínha Santa Isabel, à Conceição de Maria, na igreja da Trindade, de Lisboa.

Era a dita capela situada do lado da Epístola, e colateral à capela-mor na igreja vélha; ainda ali se conservava em 1642, apesar das reedificações que

o templo sofreu, conforme o diz a *Lisboa Antiga*, vol. I da 2.ª edição, págs. 332, pelo visconde de Castilho.

Em 1326, foi como embaixador a Inglaterra negociar o casamento de uma filha de el-rei D. Afonso IV, com o filho primogénito do rei Eduardo II; disso se desempenhou com agrado de ambos os monarcas.

Em 1339, foi completamente batido, com seu filho Carlos Pessanha, pelo almirante castelhano Afonso Jofre Tenório, nas alturas do Cabo de S. Vicente, ficando os dois Pessanhas prisioneiros no castelo de Xerez, até que se efectuou o tratado de paz entre Portugal e Castela.

Casara com D. Genebra Pereira, cuja filiação se ignora, provàvelmente da família do condestável Nuno Álvares e dela teve dois filhos, Carlos e Bartolomeu. Em segundas núpcias, casou com Leonor Afonso da Franca, filha de Lançarote da Franca, residente em Tavira. Dela houve a Lançarote Pessanha, de quem adiante se trata.

Carlos Pessanha, o primogénito das primeiras núpcias, dizem os linhagistas que foi almirante e comendador de S. Tiago de Cacém, mas parece haver nisso alguma dúvida; acrescentam que morrera em vida de seu pai, e sem deixar descendentes. Talvez fôsse almirante, porém não almirante-mor.

Bartolomeu Pessanha, irmão do anterior, foi almirante-mor do mar, e senhor da casa dos Pessanhas portugueses. Casou com Leonor Gonçalves de Vasconcelos, filha de Gomes Pais de Azevedo e

de Constança Roiz. Dela houve sòmente a Genebra Pessanha, a qual uns dizem que foi mulher de Gil Barreto, e outros que não casou.

Lançarote Pessanha, filho das segundas núpcias de *misser* Manuel, foi almirante-mor e senhor da casa, mas el-rei D Pedro tirou-lhe o cargo, por o dito Lançarote viver amancebado, em Beja, com Violante Vasques, o que era contrário à severidade de costumes daquele reinado, e parece que ainda por êste e outros motivos o condenou à morte, pelo que Lançarote teve que fugir para Génova.

O duque Gabriel Adorno e os senadores daquela cidade imploraram o perdão do criminoso, em uma carta, que vem transcrita na *Crónica de D. Pedro I,* por Fernão Lopes, capítulo x, a qual diz «. . a noos foi notificado come o noble cavaleiro Dom Lançarote Peçanho, vosso almirante, filho em outro tempo, de noble barom Dom Emanuel Pazanho, digno de boa memória, nosso amigo e cidadão, aja caído em sanha de Vossa Real Magestade (sic), mais por inveja d'alguns que d'el bem nom disserom, que por outras graves maldades, que en el se som achadas, segundo corre a comum fama. .».

D. Pedro recusou-se a indultar Lançarote, e só el-rei D. Fernando I, seu filho, em 6 de Novembro de 1367, ano em que subiu ao trono, lhe restituíu o cargo de almirante, com os privilégios dados a seu pai e irmão, mas em 1373, tendo-se Lançarote recusado a dar combate à armada de Castela, impedindo que João Focim, capitão-mor do mar, investisse contra as galés castelhanas que pretendiam

entrar no pôrto de Lisboa durante o cêrco, el-rei acusou-o de cobardia, e destituíu-o novamente do cargo de almirante-mor, que deu em 1377 a D João Afonso Telo, conde de Barcelos, irmão da raínha D. Leonor Teles.

Os paços do almirante, no bairro da Pedreira, foram postos em praça e arrematados pelo mesmo conde de Barcelos, com o seu produto pagou-se a Machico a destruïção de uma esquadra sua, quando a esquadra castelhana entrara o pôrto de Lisboa.

Após a morte de el-rei D. Fernando, seguiu Lançarote o partido da raínha D. Leonor Teles, a qual lhe doara a Quinta de Marim, no têrmo de Faro, em 9 de Dezembro de 1383. Revoltados, porém, os habitantes de Beja, contra os partidários de Castela, apoderaram-se de Lançarote, que nessa ocasião passava em direcção a Odemira, de que era senhor, e assassinaram-no bàrbaramente. Próximo da cidade dos seus passados amores com Violante Vasques, acabava tràgicamente o último dos filhos do genovês Manuel Pezagno.

Havia Lançarote casado com Catarina, cujo apelido e filiação se ignora, e dela houvera a Manuel, Carlos e Antão, que todos seguiram a voz do mestre de Aviz; e bastardo, a Diogo Pessanha, legitimado por D. João I, livro II de Legitimações, fls. 219.

Manuel Pessanha, o primogénito, esteve na batalha de Atoleiros com Nuno Álvares, e foi um dos procuradores da Nobreza, que nas Côrtes aclamaram D. João I. Sucedeu no cargo de almirante-mor e no senhorio de Odemira, por mercê de 2 de

Junho de 1385, como se vê no livro 1 de D. João I, a fls. 112. Casou com N Anes Rol, filha de João Rol, provàvelmente genovês, dizem uns, que não houve geração; outros, que houve uma filha, Isabel Pessanha, mulher de Rui Vasques de Cerveira, senhor de morgado de S. João da Ribeira, em Rio Maior

Carlos Pessanha, sucedeu a seu irmão no cargo de almirante-mor do reino, por mercê de D. João I, a quem acompanhou na jornada e conquista de Ceuta. Casou com D. Isabel Pereira, irmã do Condestável, e dela houve vários filhos varões, que morreram sem sucessão, em vida dos pais, e duas filhas, Genebra e Brites. Houve bastardos, de quem adiante se tratará.

Genebra Pereira foi quarta mulher de D. Pedro de Meneses, conde de Viana e primeiro capitão-general de Ceuta, a quem o almirante Carlos, ainda em vida, trespassou o almirantado, a título de dote concedido à filha. Não houve a condessa D. Genebra Pereira descendência de seu marido, falecido em 22 de Novembro de 1437

Brites Pereira, irmã desta condessa de Viana, casou com Rui Afonso de Melo (ou de Melo da Cunha), senhor de Melo, fronteiro-mor do Algarve, alcaide-mor de Tavira e senhor de Vila Nova de Portimão, de quem adiante se trata no título de Melos. Este Rui Afonso teve, em 1437, o cargo de almirante-mor, como o indicava o letreiro da sua sepultura, e o mostram outros documentos. Houve do dito casamento, um filho, de nome Lançarote.

Lançarote de Melo, ou Pessanha, teve o almirantado, por nomeação de el-rei D Afonso V, em 1454, como consta do livro xx da Chancelaria do dito rei, a fls. 13. Morreu solteiro e sem geração, pelo menos legítima.

Estranharão os que lerem, em qualquer memória, a lista sucessiva dos almirantes-mores de Portugal, encontrar entre Rui de Melo e seu filho Lançarote, o nome de Pedro Rodrigues de Castro como almirante-mor em 1460. A explicação dêsse facto encontra-se no livro xxxiv da Chancelaria de el-rei D. Afonso V, a fls. 179, v · «E como hora é Ruy de Mello, que por seu filho micer Lançarote, Almirante que hora é d'estes Reynos, tem o dito cargo, he morador no Algarve , El-Rey lhe mandou que escolhesse um cavalleiro que do posto de Almirante fosse merecedor, o que elle fez, e por sua Carta o deu em nome de seu filho, a Pedro Rodrigues de Castro..., para que este exercesse o cargo como se o proprio almirante fosse...»

Por morte do referido Lançarote de Melo, ou Pessanha, a sucessão do Almirantado foi buscar a linha de Antão Pessanha, terceiro filho do almirante Lançarote, assassinado em Beja. Antão morrera na batalha de Aljubarrota, deixando de sua mulher Maria de Abreu, natural de Elvas, dois filhos varões, João e Martinho, e uma filha, de nome Catarina. Ao primeiro filho, João Rodrigo, competia o almirantado por falecimento de seu primo Lançarote de Melo, mas el-rei preferiu-lhe a linha de sua irmã Catarina, mulher de Lopo Vaz de Castelo

Branco, alcaide-mor de Moura e monteiro-mor dos reis D. João I, D. Duarte e D Afonso V

Êste Lopo Vaz teve o cargo de almirante em 1467, durante a menoridade de seu filho, por ser marido da referida Catarina Pessanha Mais tarde, os dois filhos de João Rodrigo Pessanha interpuseram pleito, mas em 1484 chegaram a uma transacção com a Coroa, como se vê do livro II dos *Direitos Reais*, a fls. 246.

A êste Lopo Vaz sucedeu em 1475 seu filho Nuno Vaz de Castelo Branco, como almirante-mor do mar, o qual casou com Filipa de Ataíde, de quem houve a Lopo Vaz de Castelo Branco, que D. João II mandou assassinar por quatro irmãos de apelido Palha, e dois primos dêstes, de apelido Magro, porque sendo alcaide-mor de Moura tomara voz por Castela, em tempo de D. Afonso V, e parece que depois conspirara contra D. João II. Não teve êle o almirantado, nem o teve o seu filho primogénito Nuno Vaz, que se retirou para a Índia, e foi progenitor dos condes de Pombeiro.

Apesar do direito que os descendentes de João Rodrigo Pessanha e de Martim Pessanha continuavam a ter ao cargo de almirante, direito que ficara ressalvado na transacção feita com a Coroa, passou o dito cargo, em 1483, daquele Nuno Vaz de Castelo Branco, para Pedro de Albuquerque, alcaide-mor do Sabugal, e dois anos depois para Lopo Vaz de Azevedo, de quem parece, êste Albuquerque era parente, e em cuja menoridade provàvelmente o exerceu.

Isabel Pessanha, irmã do referido almirante Nuno Vaz de Castelo Branco, havia casado com Gonçalo Gomes de Azevedo, alcaide-mor de Alenquer, e dele houve a êste Lopo Vaz de Azevedo, que, como legítimo descendente dos Pessanhas, por sua mãi, teve o almirantado em 28 de Março de 1485, e na descendência dele continuou o dito cargo até 1662, saindo então da família Pessanha para outras famílias portuguesas.

Parece haver sido êste último Lopo Vaz, que esteve com os Pessanhas tavirenses, seus parentes, na lide da Campina, contra os Melos, como adiante se refere em título de Francas.

Uns genealogistas dizem que o almirante Carlos Pessanha, o que acompanhou D. João I na jornada de Ceuta, casou em segundas núpcias com sua prima Leonor da Franca, e que dela houve geração. Isso parece ser resultado de confusão com Leonor da Franca, mulher de seu avô. Outros dizem que a geração havida fora do primeiro matrimónio foi tôda bastarda, o que parece mais certo. É ela a seguinte. Álvaro Pessanha; Brites Pessanha, mulher de Álvaro de Melo da Cunha, filho bastardo do almirante Rui de Melo da Cunha, atrás dito, Isabel Pessanha, mulher de Duarte de Melo, Catarina Pessanha, sem geração.

Êste Álvaro Pessanha, fidalgo de D. Afonso V e de D. João II, foi chamado — o de Tavila , porque viveu em Tavira. El-rei D. João II concedeu-lhe as casas que naquela vila o almirante possuía por mercê de D. Afonso V, as quais consistiam em cinco casas térreas construídas em uma das naves das tercenas até ao mar; também lhe fêz mercê de que seu filho ou filha, lídimo, tivesse da Coroa a pensão dos tabeliãis, e as lojas que foram do almirante, em Tavira.

Casou êle três vezes a primeira mulher foi Brites Valente, filha de Rui Valente, do Conselho de el-rei, e provedor do Algarve, o qual em 1464 instituíu morgado em Faro, e um sumptuoso mausoléu na Sé de Faro, no qual se figurasse em pedra seu corpo vestido como andava na guerra, e o de sua mulher como andava no mundo. De tal mausoléu não há hoje vestígio algum Da dita Brites Valente houve Álvaro Pessanha uma filha, Genebra Pessanha, casada com Álvaro de Arca.

Sua segunda mulher foi D. Isabel de Avranches, donzela da infanta D. Joana, e a quem D. João II, em 4 de Janeiro de 1486, deu 4.000 coroas de dote, para o casamento com o dito Álvaro Pessanha, fidalgo da sua Casa, estando el-rei em Sintra, a qual era filha de D. Álvaro Vaz de Almada, 1 ° conde de Avranches, e de sua mulher D Isabel da Cunha, filha do senhor de Pombeiro.

O terceiro casamento foi com Mécia Côrte Real, que depois foi mulher de Francisco de Melo, comendador de Cazével, assassinado por Diogo Pessanha, como se verá adiante, sem geração.

Da segunda mulher D. Isabel de Avranches, houve Álvaro Pessanha os seguintes filhos Diogo; Álvaro Pessanha, que alguns querem que fôsse filho do primeiro matrimónio e marido da referida Mécia Côrte Real, sem geração; Joana de Avranches, mulher de Fernão de Queiroz, Mécia, sem mais notícia.

Diogo Pessanha, foi fidalgo da Casa de el-rei D. Manuel I, que lhe fêz mercê de uma tôrre às

portas de Alfersam, em Tavira, aos 3 de Março de 1507, como se vê do *Livro dos Místicos*. Foi também cavaleiro professo de Cristo, e dizem que sargento-mor. Morreu preso na cova do castelo de Lisboa, pela morte que traiçoeiramente deu a Francisco de Melo, comendador de Cazével, e a Manuel de Melo, irmão dêste, em 25 de Janeiro de 1531, quando os dois irmãos caçavam com falcões, descuidosamente, junto a Cacela.

Casou duas vezes, ou talvez três; a primeira, com Simoa Correia, filha de Pero Correia, almoxarife de Tavira, e dela houve Duarte Pessanha, o primogénito, comendador de Santo André do Ervedal, e que, após a lide da Campina, foi exilado para Tânger, onde morreu com Luiz de Loureiro, capitão general daquela cidade. Êste Duarte Pessanha casou com Leonor Machado, filha do escrivão dos coutos de Tânger, e dela houve a Diogo, que teve geração bastarda, e a Jorge e Carlos que morreram na Índia, sem geração. O mesmo Duarte casou em segundas núpcias com Violante Cordeiro, filha de João Cordeiro, e dela houve a Filipa, que foi mulher de Simão Lopes de Mendonça, adaíl de Tânger, e tiveram geração.

O segundo filho de Diogo Pessanha e de Simoa Correia, foi Pero Correia Pessanha, também exilado para Tânger, casou com Simoa da Franca, filha de Lançarote da Franca e de Isabel Correia, parece que também exilados, após o julgamento dos Pessanhas, como adiante se dirá. Tiveram Álvaro, Ana, mulher de Vasco Anes Côrte Real, com geração.

Álvaro Pessanha, terceiro filho de Diogo Pessanha e de Simoa Correia, casou em Tânger, seu exílio, com Mécia, filha de Bento Fernandes Redondo. Ignora-se se teve geração.

Jácome Pessanha, irmão dos anteriores, casou em Tânger, seu exílio, com Simoa de Soutomaior, filha de Vicente Ferreira, almoxarife daquela cidade, e dela houve a Beatriz e a Duarte, que foi comendador de Souzelas e ficou cativo na batalha de Alcácer Quibir

Manuel Pessanha, irmão dos anteriores, deixou uma filha bastarda, de nome Isabel.

Brites de Avranches, outra filha dos referidos Diogo Pessanha e Simoa Correia, casou com Vicente de Almada Mascarenhas, filho de Martim Vaz de Almada, de quem teve geração, e depois com D. João Manuel.

Isabel de Avranches, irmã dos anteriores, foi mulher de Francisco Pereira de Berredo, filho de João Pereira de Berredo, senhor do morgado dos Carvalhais, em Tavira.

O dito Diogo Pessanha casou segunda vez, com Genebra, que me parece filha de João Lourenço Pessanha, cavaleiro, vereador de Tavira, e que foi mãe de Catarina, freira em Valhadolid e Saragoça, companheira de Santa Teresa de Jesus, por sua virtuosíssima vida mereceu Catarina ser beatificada. Adiante tratarei mais desenvolvidamente desta ilustríssima dona, brilhante estrêla do catolicismo.

IV

Os Melos, de Tavira, provieram de dois irmãos, o mais vélho dos quais se chamou Martim Afonso de Melo e foi ascendente dos Melos da Cunha a quem por vezes chamarei Melos do almirante, ou Melos Pombeiros, e o segundo, de nome Vasco Martins de Melo, foi progenitor dos Melos Cacéveis, as quais duas gerações têem papel importante nesta monografia.

Porém, vejamos primeiro quem eram os ascendentes dos referidos dois irmãos.

Sanches de Baena, no seu *Arquivo Heráldico*, parte II, título de Melo, diz que «esta família é das mais antigas e ilustres de Portugal, e das mais conhecidas da Europa, por não haver em tôda ela, príncipe, rei ou senhor grande, que delà não tenha também sua elevação».

Não explica Sanches de Baena a razão de tam ilustre prosápia na família Melo, e não a mostram os nobiliários portugueses, pois que todos êles lhe dão como progenitor um Mem Soares de Melo, filho de D Sueiro Reimondo de Riba Vizela, e de D. Maria Viegas, o qual Mem Soares foi rico-homem, e

como tal confirma as doações de el-rei D. Sancho II e de D. Afonso III, e assina uma, feita em 1250 da era Cristã. Achou-se êle na tomada de Faro aos mouros, e foi o primeiro que se assinou com o apelido de Melo (em Portugal), dizem que por ser senhor da vila dêste nome, onde era o seu solar.

Relatam isto os nobiliários, contudo, em 1225, já era porteiro-mor de el-rei D. Sancho II, João de Melo, que foi o primeiro dos porteiros-mores que houve em Portugal. Dele faz menção Damião de Lemos, na sua *Aula da Nobreza Lusitana, Ilistória de Política Moral e Civil.* Seria um irmão do referido Mem Soares? Seria seu pai?

A afirmação de Sanches de Baena terá como base o ser o condestável D. Nuno Alvares, casado com uma Melo Alvim, e a filha deles com o primeiro duque de Bragança? Deve ser essa a razão.

Um livro interessante e muito raro existe na Biblioteca Nacional de Paris, cujo título é *Mémoires Historiques, Généalogiques, et Chronologiques, contenant les ascendances de J.. de Sampaio e Mello.* Paris, 1854, chez l'auteur, rue d'Antin, 7. (Côte, Oz. 171). Infelizmente, o autor não documenta as suas afirmações, o que torna a obra suspeita.

Dá êle aos Melos uma origem italiana Alguns nobiliários portugueses também assim o querem, e Andrade Leitão, no seu conceituado *Nobiliário,* existente na Biblioteca da Ajuda, escreve uns versos que procuram confirmar tal origem.

O referido Sampaio e Melo começa por citar

três lendas sôbre os Melos, que os bardos cantavam nas suas baladas. Eis as três lendas, que resumo: — No século VIII, uma família italiana florescia nos arredores de Pisa, na pessoa do poderoso senhor Carolo de Merlo. Habitava êle o seu castelo de Merlo, onde tinha forte guarnição. Sua mulher era Branca Berenguer, filha de Ricardo, III duque (de Pisa?). As baladas diziam também, que Carolo era neto de Michael, último imperador bisantino, cuja filha, Nicéfora, desposara um poderoso príncipe, de quem houvera êste Carolo, o qual, privado de recursos, viera à frente de alguns soldados aventureiros, conquistar essa terra onde vivia, e tomara como apelido o nome do castelo de Merlo, de que se apoderara. Este primeiro senhor de Merlo, resolvendo combater a invasão dos germanos, na Baixa-Itália, confiou sua mulher e seu filho Ruderico, a seis dos seus cavaleiros, a fim de que os escoltassem a França, recomendados a Carlos Magno, de quem Branca Berenguer era parenta. Pouco depois, Carolo perecia combatendo os germanos. Carlos Magno recebeu Branca e o jovem Ruderico como parentes, e fêz Ruderico príncipe franko. É êste o progenitor dos Merlo ou Mello franceses cuja genealogia se pode ver no *Père Anselme,* no *Dictionnaire de Moréri,* na *Art de Vérifier les Dates,* que existem na Biblioteca Nacional de Lisboa, e em outros genealogistas franceses como *La Chesnaye des Bois,* etc., que existem na Biblioteca Nacional em Paris.

No reinado de Louis le Gros, encontram-se os

Merlo estabelecidos na Picardia, no burgo ou vila de Merlo, de que são suseranos, e onde teem um forte castelo. Êsse castelo, considerado hoje monumento nacional, vem gravado no *Larousse* e na *Grande Encyclopédie*, que também fazem uma rápida genealogia dos Barões de Mello. Em 1103, Filipe Dreux, senhor de Mello, era irmão de Martin de Mello, cónego da catedral de Paris. A Rodéric, filho daquele Filipe, chamava o rei de França — o primeiro dos seus barões — por causa da sua riqueza e poder. Seu filho, Constantin Dreux de Mello, foi à cruzada com Filipe Augusto, em 1191, que o fêz condestável de França. O filho dêste, Guillaume de Mello, valente capitão, foi pai de outro Guillaume, que acompanhou o rei S. Luiz à viagem de Além-mar, e morreu em Chipre, em 1248. O irmão dêste último Guillaume, Rodéric Dreux de Mello, foi à Terra Santa com S. Luiz, em 1248, e morreu antes de 1252.

São estes últimos dois Mello, que Sampaio e Melo, autor da obra citada atrás, diz que vieram para Portugal, mas sem de modo algum o documentar Diz êle que após a retirada de S. Luiz, da Terra Santa, estes dois irmãos embarcaram com outros barões franceses numa galera que tomou rumo para França, mas que a tempestade lançou sôbre as costas de Tânger, onde ficaram dois anos prisioneiros dos mouros, e sujeitos aos mais duros trabalhos, evadiram-se, e em 12 de Fevereiro de 1252, embarcaram para Algeciras. Nesse momento, o conde de Bolonha chegava a Portugal para tomar

posse do reino, e êles resolveram associar-se à sua fortuna, entraram em Portugal, em 1552, e estabeleceram-se na cidade da Guarda.

Que há de verdade nisto? Facto é que os antigos Melos portugueses aparecem nos vélhos documentos com o nome de Merlo, tal como os Mello franceses. No *chateau* d'Époisses, que pertenceu aos Mello franceses, do ramo de Espoisses, como então se escrevia, comprado pelo conde de la Guitaud nos fins do século XIX, afirmava êle ter nos arquivos deixados pelos antigos senhores do dito *chateau*, memória de que um Mello viera para Portugal, em épocas remotas, com um príncipe português (1). Seria com o conde D. Henrique? Seria com o conde de Bolonha, depois D. Afonso III? Mas a ser com o conde de Bolonha, como era então um João de Melo mordomo-mor de D Sancho II?

Tudo isto é obscuro, talvez mais tarde o problema seja resolvido.

Sampaio e Melo acrescenta que a *Monarquia Portuguesa*, livro XI, capítulo XVII, págs. 234, diz que Merlo é o mesmo que Melo, e que teem por armas, em campo vermelho, seis basantes de prata, entre uma cruz doble, e por timbre uma águia coroada tendo o raio entre as garras; que na mesma obra, capítulo IX do livro XV, se diz que numa doa-

(1) Assim mo escreveu a Marquesa de Saint Pierre, filha do Conde de la Guitaud, em carta que conservo.

ção de 1254, em que o rei faz mercê a João Soares Coelho, da vila de Souto da Ribeira, se fala de Mem Soares de Melo que foi à conquista do Algarve com D. Afonso III, nestes termos: «Soares de Merlo, valido do rei», que no livro XVII, capítulo XX, págs. 216, se acrescenta que êste Mem Soares de Melo cavaleiro, casou com Teresa Afonso Gata, filha de D. Afonso Gato, descendente de D. Arnaldo de Baião, a qual já era viúva dele em 1204; e que o primeiro escudo desta família, consistia no seguinte: as armas reais com duas árvores, uma de cada lado, com um pássaro no cimo (ou por timbre?). E que assim se encontram gravadas num sinete antigo, que conserva Estêvão Soares, em volta, as palavras. «Sêlo do conselho de Merlo»

Pena é que Sampaio e Melo, recorrendo em certos pontos a documentos, os omita noutros.

Devo aqui acrescentar que o códice C-4-39, da Biblioteca Nacional de Lisboa, *Fundo Antigo Armaria*, diz, em págs. 82, título Mello «Hum capitão chamado Mello, grego de nação, desbaratou Drago, conde de Apúllia, vide Pandolpho Calenúncio, *Hiistória de Nápoles*, livro III, capitulo II.» Diz mais· «In lib. 3, regum, capitulo II, qui Salomon edificavit Mello.»

Com efeito, na Palestina havia uma cidade de Mello.

O que mais provável me parece, é que, a provirem os Merlos ou Melos portugueses, dos de França, o primeiro daqueles viesse para Portugal

com o conde D Henrique de Besançon e de Borgonha, pai de D. Afonso Henriques, pois que D. Henrique veio acompanhado de muitos fidalgos franceses, os quais foram troncos de ilustres casas portuguesas.

Partamos, porém, do referido Mem Soares de Melo, marido de D. Teresa Afonso Gata, cuja existência, de ambos, está documentada. Dizem os nobiliários, que foi seu filho o seguinte.

Afonso de Melo, 3.º senhor de Melo, por morte de seu irmão primogénito, foi casado com Inez Vasques da Cunha, filha de Vasco Lourenço da Cunha e de Teresa Pires, tiveram

Martim Afonso de Melo, 4.º senhor de Melo, com jurisdição cível e crime. Teve os castelos de Gouveia e Linhares, e foi rico-homem dos reis D. Afonso IV e D. Pedro I. De Marinha Vasques de Albergaria, sua segunda mulher, filha de Estêvão Soares, o vélho, senhor de Albergaria e de Marinha Roiz Quaresma, houve a Martim Afonso de Melo e a Vasco Martins de Melo, os dois irmãos de quem provieram os Melos de Tavira.

Martim Afonso de Melo, o primogénito, foi o último rico-homem que houve em Portugal, e serviu a el-rei D Fernando. Seguiu depois a voz de D Beatriz, filha do dito rei e mulher de D. João I de Castela. Foi alcaide-mor de Ceia, Gouveia, Celorico, Linhares, Penamacor, e 5.º senhor de Melo. Casou primeiro com Mécia Vasques, filha de Vasco Martins de Resende e de Guiomar Martins, e dela houve o Martim, que em Castela foi mordomo-mor da raínha

D. Beatriz; Fernão Afonso e Pedro Afonso, que, segundo uma nota do *Nobiliário* de Manso de Lima, foram homisiados para Castela, por terem, com seus parentes e seus amigos, destruído a vila de Linhares, matando a maior parte dos moradores, os quais lhes haviam assassinado seu pai, andando êste à caça. Dêstes três irmãos procedem os Melos do reino de Castela.

Casou segunda vez, com Inez de Brito, filha de Rui Lopes, cavaleiro, morador de Lisboa, e dela houve a Estêvão Soares de Melo, que seguíu a voz de João I de Portugal, de quem foi cavaleiro, e teve o senhorio de Melo e de outras terras, que tudo empenhou para se achar na tomada de Ceuta, o senhorio de Melo foi-lhe comprado por seu sobrinho, adiante mencionado, Rui Afonso de Melo da Cunha, e assim se explica que o letreiro da sepultura dêste, indicasse ser êle senhor da vila de Melo. O dito Estêvão Soares, voltando de Ceuta, faleceu no Algarve, mas os seus ossos foram trasladados para a igreja de Melo, onde jazem em sepultura alta. Casou com Teresa de Andrade, e dela houve a Martim Afonso, que comprou a quinta e vila de Melo a seu primo Rui Afonso, que, como foi dito, a havia adquirido. Êste Martim Afonso casou com Brites de Sousa, a senhora mais formosa do seu tempo, e deles procedem os condes de Melo.

Brites de Melo, irmã de Estêvão Soares, 6.º senhor de Melo, e filha, como êle, das segundas núpcias de seu pai, foi mulher de Álvaro da Cunha, 3.º senhor de Pombeiro, filho de João Lourenço da

Cunha e de D. Leonor Teles de Meneses, a que abandonou êste seu marido, para casar com el-rei D. Fernando I, de Portugal. Tiveram como segundo filho:

Rui Afonso de Melo, também chamado Rui de Melo da Cunha, já atrás referido; viveu no Algarve, de cujo reino foi fronteiro-mor foi senhor de Melo, de Vila Nova de Portimão, de Mértola, de Évora-monte, alcaide-mor de Tavira, e pelo seu casamento almirante-mor de Portugal, sendo-lhe a carta dêste cargo passada em 1454. Foi morto por um tiro de bombarda, quando acudia a uma briga entre embarcações francesas e inglêsas que na foz do rio da sua vila de Portimão pelejavam, e teve sepultura na antiga capela-mor do convento da Trindade de Lisboa, do lado da Epístola, com pavilhão de pedra sôbre o vulto, e a seguinte inscrição, segundo refere a *Lisboa Antiga*, de visconde de Castilho:

«A todos seja notória esta sepultura ser do muito generoso fidalgo e famoso cavaleiro Rui de Melo, senhor da Casa de Melo, o qual em vida do muito alto e muito excelente e muito poderoso príncipe el-rei D. Afonso V, foi almirante dos seus reinos, segundo aos vivos é manifesto, até em êles prender a morte, a qual foi aos 25 de Fevereiro, ano de 1467, a qual sepultura mandou fazer a muito generosa senhora D. Brites Pereira, sua mulher, para êle e para si e para *misser* Lançarote, filho dos ditos senhores, outro-sim almirante que foi, a qual senhora foi sobrinha do Muito Magnífico, po-

deroso e Virtuoso Nuno Álvares Pereira, Condestável que foi dêstes reinos. Requiescat In Pace. Amen.»

«Qui le mal ne peut souffrir,
«À grands honneurs ne put venir.»

O códice 286 da Colecção Pombalina, págs. 149, diz em uma nota, não sei de quem, e que se encontra à margem «Os frades da Trindade, com sem justiça e ingratidão, não só mudaram esta sepultura, mas de todo a entaiparam, de sorte que nem já hoje há memória dela, a qual ainda vi no lugar que diz o livro. Razão é que os descendentes de Rui de Melo façam-se por esta memória, e pelo menos aqui fique para sempre.»

Parece que o jazigo foi entaipado nos meados do século XVII.

Diz o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, em 1642, que só a capela-mor da dita igreja da Trindade, fazia por si um grande templo. Durante muitos anos foi a mais formosa da capital. Em 1834 foi destruída a igreja e o convento, para fazerem a Rua Nova da Trindade. A sua frente era para o Largo da Abegoaria, e no interior dos prédios do nascente da dita rua, há ainda grandes e curiosos vestígios do sumptuoso templo.

A Trindade, assim como o Carmo, haviam sido derruídos pelo terramoto de 1755. Ainda hoje é dito popular «Lá cai o Carmo e a Trindade» (1).

(1) O visconde de Sanches de Baena, nas *Famílias Nobres do Algarve*, parte II, título de Melos do capitão-mor de

O almirante Rui de Melo foi casado com Brites Pereira, filha de *misser* Lançarote Pessanha, almirante-mor de Portugal, e de sua mulher Isabel Pereira, irmã do Condestável. Houveram dêsse matrimónio, a Lançarote de Melo, ou Pessanha, que foi almirante e morreu solteiro.

Fora do casamento, Rui de Melo houve em Maria Gonçalves, solteira, os dois seguintes filhos, legitimados por D. Afonso V, e cuja descendência tem papel importante nesta memória. São os seguintes: Álvaro da Cunha de Melo, de quem a seguir se trata, e João de Melo, do qual se tratará mais adiante.

Ainda Rui de Melo houve, em Beatriz Rodrigues, outro filho, também chamado João de Melo, e legitimado por D. Afonso V, como se vê no seu *Livro de Ligitimações*. Ignora-se se dêste seu filho resultou geração.

Álvaro da Cunha de Melo, não teve o almirantado, que por morte de seu irmão Lançarote volveu a outra linha de Pessanhas, por fêmea, os Castelos Brancos, como atrás se disse, porém sucedeu a seu pai no cargo de fronteiro-mor do Algarve,

---

Lagos, faz o autor desta memória, descendente do referido almirante Rui de Melo. Não há documentos comprovativos de tal afirmação. O primeiro dos ascendentes do autor, que se assinou de Mello (dos ascendentes por linha direita masculina), foi Jean Chapot de Mello, francês, seigneur de la Grange-Neuve. Na Biblioteca Nacional de Lisboa existe a *Généalogie de la famille de Pouzols Chapot de Mello*, 1922. por João Mascarenhas de Mello.

em 2 de Dezembro de 1460, e no de alcaide-mor de Tavira. Foi, além disso, estribeiro-mor de el-rei D. João II, que o tinha por seu valido, a ponto de visitá-lo a bordo quando Álvaro da Cunha voltou de Laraxe, onde o enviara como capitão-mor duma armada que regressou empestada Foi vereador de Tavira, e fidalgo da Casa do duque de Viseu, como se vê no *Livro do Guadiana*, a págs. 57, onde se diz que el-rei D. Afonso V, em 8 de Junho de 1480, lhe afora em fatiota umas terras salgadas, junto a Tavira, situadas entre o mar e a quinta da Malgalacra, do mesmo Álvaro da Cunha, para êste fazer nelas uns moínhos, cujo aforamento é para sempre, seguindo nos seus herdeiros

Álvaro da Cunha de Melo casou duas vezes· da primeira, com Beatriz Pessanha, que uns dizem ser filha bastarda do almirante Carlos Pessanha, atrás referido, e outros filha do segundo matrimónio do dito almirante, com sua prima Leonor da Franca.

Em segundas núpcias, casou com Inez Balieiro, filha de Gonçalo Viegas, de Tavira, e de Mécia da Costa, filha de João Vaz da Costa Côrte Real, também de Tavira. Êste Gonçalo Viegas era bisneto de Nuno Viegas, que esteve em Aljubarrota e foi meirinho de el-rei D. João I.

Do primeiro casamento, Álvaro da Cunha houve:

Rui de Melo da Cunha, que sucedeu na casa, porém não nos cargos de fronteiro-mor do Algarve, alcaide-mor de Tavira e estribeiro-mor de el-rei.

Foi morto por um tiro de espingarda, que detrás dum valado lhe atirou Vasco Anes Côrte Real, ou, segundo outros nobiliários, lhe mandou êste atirar por um galego, quando Rui de Melo ia em jornada do Algarve para Lisboa; de cujo assassinato adiante se trata mais detidamente.

Casou três vezes: a primeira, com Inez Mendes de Vasconcelos, filha do claveiro Joane Mendes de Vasconcelos, e dela houve geração. Da segunda vez, casou com Ana Vaz Côrte Real, filha de outro Vasco Anes Côrte Real, o vélho, do conselho de el-rei D. Manuel, e avô do mencionado assassino, ambos de Tavira. Dêste casamento não teve geração. Sua terceira e última mulher foi Isabel de Sousa, ou Mascarenhas, filha de Diogo de Barros, provedor e contador-mor do Algarve, e adail-mor do reino. Dela houve geração.

Adiante falarei dos filhos dêste Rui de Melo. Foram seus irmão os seguintes:

Aires da Cunha de Melo, que casou com Filipa de Brito, filha de Martim Ichoa, comendador de Cacela, senhor da Tôrre da Foia e dos direitos de Tavira, e tiveram a Martim, Rui, Estevaínha e Lucrécia.

Isabel de Melo, que foi mulher de Jorge Viegas, capitão-general de Azamor, irmão de Gonçalo Viegas, acima

Do segundo casamento, Álvaro da Cunha de Melo houve os seguintes filhos:

Duarte de Melo da Cunha, que foi moço fidalgo de el-rei D. Manuel I em 1499, e vereador de Tavira em 1542. Casou com Leonor de Men-

donça, filha de Baltazar de Valdez, e houve dela: Baltazar, Álvaro, Francisco e Manuel, aos quais me referirei em outro lugar, mais detidamente.

Francisco Viegas, que casou com Joana Raposo, e na linha de seu filho primogénito Manuel Viegas de Lacerda, se sucedeu um morgado instituído por sua avó, a dita Isabel Balieiro, ao qual morgado êste Manuel Viegas juntou a têrça dos seus bens, no título que fêz em 1592. Tiveram também uma filha, de nome Helena.

Jorge da Cunha de Melo, vereador de Tavira nos anos de 1527, 1540 e 1550, casou duas vezes: da primeira, com Brites Pessanha, filha de Diogo Lopes da Franca, sem geração. Da segunda, com N. Pinheiro, filha de Fernão Pinheiro, que foi vereador de Tavira nos anos de 1523 e 1536, e não houve dela geração.

Estes três filhos do segundo matrimónio de Álvaro da Cunha de Melo fizeram partilhas com seu tio João Vaz da Costa, cujos autos Belchior de Andrade Leitão, no seu *Nobiliário*, diz que viu.

O dito Álvaro da Cunha de Melo houve os dois filhos bastardos seguintes

Diogo da Cunha, que morreu degolado em Setúbal, por se haver dado ao corso, e de quem adiante tratarei.

João de Melo da Cunha, que foi baço (sic), e viveu na Índia, para onde embarcou na armada de D. Filipe de Castro, em 1525, sem geração.

O segundo filho bastardo do almirante Rui de Melo, foi, como ficou dito, João de Melo, chamado

de Marim, também havido em Maria Gonçalves, e que casou com Beatriz de Teive, filha de Pedro Arrais de Mendonça, senhor do morgado de Marim, dela houve os seguintes filhos

Artur de Melo da Cunha, que casou com Grimanesa de Brito, filha de Lopo (ou Pedro) Pereira, e dela houve a Francisco e a João, que foram para a Índia, como se vê na década x, livro iv

Guiomar de Melo, que casou com Pedro Dias de Berredo, pagem do duque de Viseu, e filho de Diogo Pereira de Carvalhal, o Bochim, senhor do reguengo de Tavira, com geração.

Leonor de Melo, que casou com seu primo Pedro de Mendonça, filho de Gonçalo Arrais, e neto de Pedro Arrais de Mendonça, senhor do morgado de Marim

Francisco de Melo da Cunha, serviu dois anos em Arzila, foi moço fidalgo, comendador de Santo Eusébio de Aguiar, e casou com Catarina de Siqueira, filha de Baltazar de Siqueira, tiveram a Artur, moço fidalgo em 1499, Baltazar e Mateus de Melo que foi capitão da Índia e pai do grande prègador franciscano frei Artur de S. Mateus.

Do ramo dos Melos de Tavira, havido em Brites de Melo, filha de Martim Afonso, 5.º senhor de Melo, e mulher de Álvaro da Cunha, 3.º senhor de Pombeiro, não interessa a continuação da genealogia, para os factos que neste livro vou descrever, por isso aqui me detenho, passando a estudar os Melos Cacéveis, de quem foi tronco Vasco Martins, irmão do referido Martim Afonso, 5.º senhor de Melo.

Vasco Martins de Melo, cujo nome acaba de ser citado, foi senhor da quinta de Água de Peixes, que el-rei D. Pedro I lhe coutou por Carta de Setembro de 1377, da era de César, e também foi senhor de Castanheira, de Povos de Cheleiros, alcaide-mor de Évora e de Santarém. Acompanhou a raínha D Beatriz, mulher de D. João I de Castela, a êsse reino, e não quis lá ficar por alferes-mor Foi guarda-mor de el-rei D. Fernando I, e, sendo meirinho-mor de Portugal, não obedeceu à ordem para degolar o Mestre de Aviz, no Castelo de Lisboa, quando a raínha D. Leonor Teles lhe mandou uma falsa provisão, em que lho ordenava el-rei. Serviu a D. João I na guerra contra Castela, esteve no cêrco de Lisboa e em Aljubarrota, e foi um dos mais prestimosos vassalos, de cujos feitos faz menção a crónica dêste rei. Casou com Teresa Correia, filha de Gonçalo Gomes de Azevedo Correia, e de Mor Esteves, e dela houve a Gonçalo Vaz de Melo, que foi senhor da casa de seu pai, serviu D João I, esteve nas côrtes de Coimbra, e foi pai de outro Gonçalo Vaz de Melo, e êste, pai de Pedro Vaz de Melo, 1 º conde de Atalaia.

Casou segunda vez o dito Vasco Martins, com Maria Afonso de Brito, filha de Martim Afonso de Brito e de Isabel Afonso. Vasco Martins e sua dita segunda mulher foram sepultados na capela-mor da Sé de Évora. Houveram a Martim Afonso de Melo e a Vasco Martins de Melo o moço, que na batalha de Aljubarrota fêz o voto de prender o rei D. João de Castela, ou «poer as mãos em elle», como diz a crónica, e logo que o viu fugir acompanhado de muitos dos seus fidalgos, o seguiu sòzinho, a cavalo, durante uma légua, mas sendo reconhecido, pela cruz de S. Jorge que levava, o acometeram muitos, e, caindo-lhe o cavalo, o mataram, não sem ter vendido cara a vida. El-rei D. João I lhe deu depois nobre sepultura na igreja do mosteiro de Alcobaça, sem geração.

Martim Afonso de Melo, filho primogénito, esteve no cêrco de Lisboa e em Aljubarrota, foi guarda-mor de el-rei D. João I, alcaide-mor de Évora, Castelo de Vide e Olivença, senhor de Barbacena e doutros lugares. Casou com Brites Pimentel, a quem depois matou, filha de João Afonso Pimentel e de D. Joana de Menezes, dela houve a Martim Afonso de Melo, guarda-mor de el-rei D. Duarte, alcaide-mor de Olivença e doutros lugares, o qual foi pai de Rodrigo ou Rui Afonso de Melo, 1.º conde de Olivença, de quem procedem os duques do Cadaval, e de Manuel de Melo, de quem procedem os condes de S. Lourenço.

Casou segunda vez o dito Martim Afonso com Briolanja de Sousa Chichorro, filha de Martim

Afonso de Sousa e de Maria Gonçalves de Briteiros. Briolanja de Sousa e seu marido jazem na capela-mor da Sé de Évora. Houveram, entre outros, a Vasco Martins de Melo, a Brites de Melo, que foi condessa de Marialva, pelo seu casamento, e a João de Melo, que foi a Castela e a França, onde entrou em vários torneios e de todos saiu vencedor, pelo que lhe fizeram muitas honras. Foi êste João de Melo, alcaide-mor de Serpa, copeiro-mor de el-rei D. Afonso V, e casou com Brites da Silveira, filha de Fernão da Silveira, regedor e coudel-mor, da qual houve a Henrique de Melo, filho terceiro, casado com Brites Pereira, filha de Nuno Pereira de Lacerda, e pais de Guiomar, camareira-mor da imperatriz D. Isabel, Diogo, irmão dêste Henrique, foi mestre-sala da mesma imperatriz e casou com sua prima Lucrécia de Brito, filha de João de Melo, o Cacével adiante descrito, da qual houve a Pedro, de quem descendem os Melos-Vacas, marqueses de Ficalho

Vasco Martins de Melo, primogénito das segundas núpcias do referido Martim Afonso com Briolanja de Sousa, foi do conselho dos reis D. Duarte e D. Afonso V, e alcaide-mor de Évora e de Castelo de Vide, casou com Brites de Azevedo, filha de João Lopes de Azevedo e de Leonor Leitão, foram seus filhos, entre outros, João de Melo, Mécia de Melo, dama da raínha D. Isabel e mulher de Vasco Fernandes de Sampaio, senhor da vila de S. Paio, representante dos dêste título.

João de Melo, filho terceiro cognominado o

Cacével, por ser comendador e alcaide-mor de Cazével, casou quatro vezes a primeira, com Leonor de Sousa, filha de Jorge de Sousa, da qual não houve geração; outros dizem que a primeira mulher dele foi Genebra de Melo, sua prima, filha de Henrique de Melo, e que dela houve Rui, que morreu moço e sem geração. Sua segunda mulher foi Isabel ou Leonor de Sequeira, filha de Francisco de Eanes Tôrres, aio da raínha D Isabel e de Violante Lopes de Sequeira, dela houve a Lançarote de Melo, a Pedro de Melo, cognominado o Corvo, comendador da Freiria de Évora e de Sousel, na Ordem de Aviz, dos antigos comendadores que não casavam, o qual houve bastardos em uma mourisca, Rui e Maria, a Fernão de Melo, que foi capitão da Ilha de S. Tomé e que casou com Violante da Silva, filha de João Nunes do Carvalhal, aio da raínha D Leonor; dela houve os filhos seguintes: João, que foi capitão de S. Tomé e casou com Guiomar Correia, filha de Gil Simões Valarinho, de Portimão, tendo dela geração, Cristóvão, Lançarote, morto pelos mouros em Çafim, Leonel, que morreu queimado na chaminé do Paço Real, onde todos se criavam, Isabel, dama da raínha D Maria, e Brites, mulher de Pedro de Castro de Azevedo, alcaide-mor de Melgaço.

O terceiro casamento do Cacével foi com Isabel de Melo Pereira, filha de Rui Dias Pereira — o de Serpa. Dela houve a Rui de Melo Pereira (§ 3.º) e mais dois filhos, sôbre cujos nomes há discordâncias, e que morreram sem geração.

Casou, a quarta vez, com Brites de Brito, filha de Martim Ichoa, de Tavira, comendador de Cacela, senhor da Tôrre da Foia, e dela houve a Lucrécia de Brito, mulher de seu primo Diogo de Melo, mestre-sala da imperatriz D. Isabel, já referido. Parece ser por ocasião dêste seu casamento que o Cacével se estabeleceu em Tavira, onde sua progénie continua.

Lançarote de Melo, filho primogénito do Cacével e de sua mulher Isabel de Sequeira; alguns genealogistas lhe chamam o Corvo, mas parece mais certo que tal cognome pertenceu a seu irmão Pedro, como outros o dizem e aqui pus. Foi, como seu pai, comendador de Cazével. Instituíu a capela dos Melos, na sua capela de Nossa Senhora do Rosário, em Santa Marta, em Tavira. Casou com Inez de Brito, irmã de sua madrasta, ambas filhas de Martim Ichoa. Dela houve a Francisco de Melo e a Manuel de Melo, ambos mortos à traição por Diogo Pessanha, junto a Cacela, como adiante descreverei mais detalhadamente; houve também, dêsse casamento, a João de Melo, que andou nas armadas do reino e que alguns genealogistas querem que fôsse assassinado com seus irmãos, o que é êrro, e o mais certo é ter morrido no combate da Campina, que adiante refiro. Lançarote houve ainda a Isabel de Melo, mulher de João Moniz, comendador de Panoias.

De Francisco de Melo, assassinado, trata-se a seguir

Manuel de Melo, seu irmão, também assassinado,

fidalgo da Casa de el-rei D. João III, havia-lhe êste rei concedido uma tença de trinta mil reais, pelos muitos serviços que dele recebera, como se vê do Livro 51 da Chancelaria do dito soberano, a fls. 139 v Casara duas vezes, sendo a primeira com Catarina da Franca, filha de Lopo Afonso da Franca, escudeiro-fidalgo, de Tavira, dela houvera uma filha, de nome Inez, que dizem ter sido mulher de Rui de Melo, mestre-sala de D. João III, o que parece ser falso e do que noutro lugar tratarei. Da segunda vez casara com Maior de Góis, filha de Fernão Vaz Côrte Real, fidalgo da Casa Real, e de Judite de Góis, como refere um documento existente no Livro 51 da Chancelaria de D. João III, a fls. 46, a propósito de uns moínhos de Tavira, herdados do dito Fernão Vaz pelo seu genro Manuel de Melo. Desta última mulher não houve geração, e ela casou depois com D. Francisco de Noronha, que foi comendador de Cazével, e que parece ser dos Noronhas residentes em Tavira.

Francisco de Melo, o primogénito de Lançarote, foi fidalgo da Casa Real e comendador de Cazével. Foi, como se disse, assassinado por Diogo Pessanha. Casara com Mécia Côrte Real, irmã de Ana Côrte Real mulher de Rui de Melo da Cunha, atrás dito, e filhas de Vasco Anes Côrte Real, o vélho, do Conselho de el-rei D Manuel I. A maior parte dos linhagistas diz que esta Mécia fôra terceira mulher e viúva de Álvaro Pessanha, mas outros dizem que fôra viúva de Álvaro, filho do dito Álvaro Pessanha, e sem haver dele geração.

Casara Francisco de Melo, da segunda vez, com Iria Barreto, filha de Álvaro Barreto de Figueiredo, o Gracioso, que morreu na Índia; dela houvera

António de Melo Barreto, comendador de Vila Nova de Milfontes, e dizem alguns que também o foi de Cazével, como seus maiores. Serviu nas armadas do reino, sendo capitão de uma das galés da armada em que el-rei D. Sebastião foi à África, em 1578, ao desastre de Alcácer-Quibir, como refere Frei Bernardo da Cruz, na Crónica do dito rei. Teve o castelo de Castro Marim, por nomeação que nêle fizeram os Governadores do Reino, após a morte do Cardial-rei D. Henrique. Foi sepultado na capela do Rosário, em Santa Maria, de Tavira, jazigo dos Melos Cacéveis, e com um epitáfio tendo o seu nome. Casou com Genebra ou Guiomar Falcão, parece que irmã de Silvestre Falcão, de Tavira, e sem geração. Fora do matrimónio, houve Iria, que foi sua herdeira e mulher de D. João de Noronha, de Tavira. Esta Guiomar Falcão, deve ser a que com nome de Guiomar Pessanha, e viúva de António de Melo, faz o testamento a que adiante me refiro.

Rui de Melo Pereira, de alcunha o Marafuz (1), dou-o num parágrafo àparte, por ser individualidade muito em evidência nesta obra.

É provável que a alcunha lhe fôsse posta pelos Pessanhas, a quem muito perseguiu para vingar o assassinato de seus sobrinhos, até fazer exilar os ditos Pessanhas, ficando o assassino preso no cárcere onde veio a finar-se de miséria e quiçá de remorso.

Foi filho, como vimos, do terceiro casamento do Cacével com Isabel de Melo Pereira. Viveu em Tavira, onde era provedor do hospital dessa cidade, em 1548, e morreu, ao que parece, no ano de 1549, sendo sepultado na capela do Rosário, jazigo de sua família.

---

(1) Quási todos os Nobiliários assim o denominam; porém aparece por vezes com a designação de Marfuz e Marafú. Creio que a de Marfuz deve ser a verdadeira, pois que é antiga palavra portuguesa, que quere dizer: mau, rixoso, levantisco; o seu radical é o mesmo da palavra marfado, que significa danado, raivoso, hidrófobo; contudo, o povo diz *marafado*, como então diria *marafuz*.

Casou duas vezes, a primeira com Filipa da Silva, filha de Vasco Anes Côrte Real, alcaide-mor de Tavira, capitão da Ilha Terceira e da de S. Jorge, desta sua mulher houve a Martim Afonso de Melo, que casou com Joana de Mendonça, filha de Duarte de Mendonça Arrais, e sem geração; João de Melo, vereador de Tavira, comendador de Guilhofrei, serviu na Índia, e, voltando de lá, apenas desembarcou, soube do cêrco de Mazagão, pelo que imediatamente se dirigiu para ali; porém, logo que chegou, saltou aos ares na explosão duma mina, ficando muito ferido e queimado. Retirado do combate, ainda no leito o alcançou um pelouro de bombarda, levando-lhe um pé e causando-lhe em poucos dias a morte. Foi casado com Joana ou Catarina de Souto Maior, filha de Benito Maça, valenciano, feitor de Çafim, descendente de D. Fartum Maça, rico-homem de D. Pedro I de Aragão, dela houve a Rui, casado e com geração, e a Martim Afonso que herdou o fôro de seus pais, foi vereador provedor da Misericórdia de Tavira, comendador de Santa Maria de Tavira, e militou na India, onde fêz muitos serviços valiosos. Casou êste Martim Afonso, com sua prima Simoa de Avranches de Melo da Cunha, e dela houve geração.

O terceiro filho do Marafuz foi:

Lançarote de Melo, também comendador; esteve na jornada de Mamora, casou, porém ignora-se se teve geração. É citado por seu pai numa das cartas que êste dirige a el-rei D João III, e que adiante transcrevo.

O Marafuz casou segunda vez, em 1582, com Catarina de. ., que depois foi mulher de Fernão Cerveira, o moço, cunhado do vélho, ambos de Tavira, sem geração.

Fica assim descrita a genealogia dos Melos e dos Pessanhas, até à época que nos interessa para a narração desta história.

Quando entraram os Melos no Algarve, e ali se estabeleceram? Parece que entraram no Algarve desde a conquista dêsse reino aos mouros. Mem Soares de Melo, como atrás vai referido, achou-se na conquista de Faro, em 1249, com el-rei D. Afonso III. Em uma escritura existente no cartório da Câmara de Lisboa, do ano de 1376, vê-se que Vasco Martins de Melo era então meirinho-mor do Algarve, os meirinhos-mores tinham jurisdição sôbre as pessoas nobres, grandes fidalgos, e senhores de terras, da sua comarca, proviam os juízes ordinários, tomavam conhecimento dos assuntos de justiça, e passavam Cartas de legitimação. Era tam grande a sua autoridade, que correspondia à dos Adiantados.

Contudo, os primeiros Melos que as memórias nos dão como estabelecidos definitivamente em Tavira, no século xv, são dois primos, Rui Afonso de Melo (da Cunha), fronteiro-mor do Algarve, senhor de Portimão, almirante-mor de Portugal, e João de Melo, de alcunha o Cacével, por ser comendador de Cazével, na Ordem de Cristo.

Que Rui Afonso residia no Algarve, é prova

o documento a que me referi quando atrás fiz a relação dos almirantes-mores de Portugal, em que El-rei diz que, visto Rui de Melo residir sempre no Algarve, lhe manda que nomeie pessoa de sua escolha, para exercer o cargo de almirante. Bem que senhor de Portimão, e que na foz do rio dessa vila fôsse morto, é muito provável que a sua residência fôsse em Tavira, onde tinha alcaidaria-mor, e onde os almirantes tinham casa, como se viu atrás, e onde o filho e herdeiro do dito Rui Afonso, Álvaro da Cunha de Melo, vereador de Tavira, possuíu a quinta da Malgalacra, que provàvelmente fôra de seu pai, e não dos Pessanhas, pois que êle era bastardo e a mulher de Rui de Melo sobrevivera ao marido.

Se Rui de Melo teve sepultura no convento da Trindade, de Lisboa, foi, segundo parece, por ser ali o jazigo dos almirantes Pessanhas, família que sua mulher representava.

Dos Melos Cacéveis, é de supor que o primeiro que se estabeleceu em Tavira fôsse João de Melo, o Cacével, por ocasião do casamento com sua quarta mulher, Brites de Brito, filha de Martim Ichoa, comendador de Cacela, residente em Tavira. Desde essa época, todos os genealogistas os dão como habitando ali.

Notas que colhi nos arquivos dum descendente, por linha feminina, do Marafuz, o coronel João de Melo Pereira Vasconcelos, no ano de 1908 e que muito concorreram para esta obra, diziam que em 1561 Rui de Melo e sua mulher, doaram as casas

que tinham em Tavira, e que partiam com o adro de Santa Maria, com a Câmara e com a rua que ia à Bela Fria, para fundação do convento da Graça, como o relatava uma escritura existente no mesmo convento. Na igreja dêsse convento, em uma das seis sepulturas que havia no cruzeiro, tiveram sepultura os referidos doadores, com o seguinte epitáfio: — «Aqui jaz Ruy de Mello Barreto, Mestre Sala d'El-Rei».

Era êle segundo filho de Henrique de Melo alcaide-mor de Serpa e mestre-sala de el-rei D Manuel I, e de Maria de Ataíde, filha de Pedro Barreto, dos Barretos do Algarve, e neto de Garcia Afonso de Melo, alcaide-mor de Serpa, comendador de Longroiva, e de Filipa da Silva, bisneto de João de Melo, alcaide-mor de Serpa, copeiro-mor de D. Afonso V, e de Isabel da Silveira, mencionados ambos quando atrás fiz a genealogia dos dois ramos de Melos, que interessam a esta memória.

No dito jazigo de Rui de Melo Barreto foram sepultados depois, a partir de 1672, vários descendentes do Marafuz, sendo o último, nos fins do século XVIII, o tenente-coronel Joaquim Inácio de Melo Pereira Galvão, 5.º administrador do morgado dos Melos Pereiras.

O referido Rui de Melo, mestre-sala, houve de sua mulher Inez (cujo apelido dizem ser Melo), os seguintes filhos Manuel; Leonel, que embarcou para a Índia, Francisco, que foi para Sabóia, mas consta que casou na Índia com uma filha de Carlos de Ataíde, e sem geração, Henrique, que casou três

vezes, sendo a primeira com Isabel de Ataíde, a segunda com Angela de Moura, e a terceira com Margarida de Castro, sem de nenhuma delas haver geração, Maria, sem outra notícia.

Manuel de Melo, que alguns dizem ser o segundo filho do dito Rui de Melo, teve por alcunha o Salmonete, e foi para a Índia com seu irmão Leonel, na armada de 1559, de que era capitão-mor Pedro Vaz de Sequeira, foi comendador do Souto, e casou da primeira vez com Estefânia . , de nacionalidade francesa e viúva de Diogo Lôbo de Alvalade, da qual não houve geração, da segunda vez, com Catarina de Paiva, sem geração, da terceira vez, com Luiza de Távora, já viúva de António de Sequeira, a qual casou em terceiras núpcias com João Francisco de Lafetá, e ainda em quartas núpcias, sendo já de 90 anos (sic) com D. Cristóvão de Almeida. Dela teve o dito Manuel de Melo a Henrique de Melo que viveu em Lisboa com Luíza Ramalho, e depois casou, e Ana, mulher de António de Melo da Silva, porém ignoro se teve geração.

É de notar que a comenda de Cazével não continua neste Rui de Melo mestre-sala, o qual, a págs. 53, vem indicado como sendo, segundo alguns genealogistas querem, marido de Inez de Melo, filha de Manuel de Melo, um dos dois irmãos assassinados por Diogo Pessanha, a qual seria, como filha única, a herdeira da dita comenda. Morto Manuel de Melo, vamos encontrar investido na posse da comenda de Cazével, D. Francisco de Noronha, segundo marido de Maior Côrte Real viúva do dito

Manuel de Melo, de quem não houvera geração. Isto indica que os genealogistas confundiram, e que a mulher dêste Rui mestre-sala não foi filha de Manuel de Melo. Assim o quere D. Flamínio, que nos dá, em 1532, Rui de Melo Barreto casado com uma Inez de Melo, irmã de Francisco Falcão. Os Falcões eram família de Beja, de onde um deles passou a Tavira e aí casou com uma Pereira de Berredo, dando origem aos Berredos Falcões, de Tavira.

No livro *Famílias Nobres do Algarve*, pelo visconde de Sanches de Baena, parte II, págs. 84, diz-se que Rui de Melo da Cunha (aqui descrito a págs. 30), filho de Álvaro da Cunha de Melo e neto do almirante Rui Afonso de Melo, foi morto com um tiro disparado por ordem de um dos Côrte Reais do Algarve. Outros Nobiliários dizem que o matou um galego, atirando-lhe um tiro detrás dum valado, quando Rui de Melo vinha em jornada do Algarve para Lisboa.

O crime deve ter sido cometido no ano de 1525, sendo Rui então vereador da Câmara de Tavira.

A carta que Rui de Melo Pereira, o Marafuz, dirige a el-rei D. João III, em 28 de Fevereiro de 1537, adiante transcrita, declara desassombradamente ser Vasco Anes Côrte Real (1) o matador de Rui de Melo.

Pela mesma carta se vê que o dito Vasco Anes fôra condenado a degrêdo por tôda a vida, para

---

(1) O Vasco Annes que vai mencionado a págs. 72-73.

S. Tomé, sem remissão. Contudo, el-rei D. João III deu-lhe um rescrito régio, ordem de *mótu-próprio*, em virtude do que ficou livre e vivendo em Tavira, sendo as partes condenadas nas custas do processo.

Esta gravíssima injustiça causou a maior consternação na família dos Melos tavirenses, que assim viam o assassino de um dos seus ficar impune.

Mas o que levaria el-rei a cometer uma tam grave injustiça, absolvendo um assassino já condenado pelas autoridades judiciais? É o que tentarei explicar

Em todos os tempos, nas aristocracias como nas democracias, a chamada *justiça* dos homens se subordinou freqüentemente à maior ou menor influência política das partes, ou dos protectores delas, e a crença que o moleiro Sans-Souci tinha na integridade dos juízes de Berlim, foi, é e será tida como o protótipo da ingenuïdade humana. Estes Côrte Reais algarvios eram, no tempo dos reis D. Manuel I e D. João III, dos fidalgos que de mais valimento dispunham na côrte. O progenitor deles fôra Vasco Anes da Costa, natural de Tavira, armeiro-mor de Portugal e o primeiro que na tomada de Ceuta entrou a porta de Almina. Quando êle vinha à Côrte, escrevem os Nobiliários, a que o acompanhava era tam faustosa, que D. João I dizia que «a côrte de Vasco Anes era Real». Daí o tomarem o apelido de Côrte Real ou Côrtereal. Êle, seu irmão Gil Vaz da Costa e Soeiro da Costa, alcaide-mor de Lagos, que alguns Nobiliários querem que procedesse dos mesmos Costas, de

Tavira, foram dos doze cavaleiros que Camões diz terem ido a Inglaterra defender a honra das doze damas ofendidas pelos fidalgos inglêses, e que Vasco Anes, matando o adversário, lhe arrancara do peito uma cruz que trazia como insígnia, e a ajuntara em chefe no seu escudo, às armas dos Costas — seis costelas , que usava. As fôrças dêste Vasco Anes eram gigantescas.

A grande riqueza dos Côrte Reais, de Tavira, os senhorios que possuíam, as alianças contraídas por casamentos, e os elevados cargos que ocupavam junto do rei, tornavam-nos perigosos inimigos, eram violentos e ásperos, e ainda hoje é hábito dizer-se no Algarve «é Côrte Real, e basta», para assim censurar acto menos meritório de descendentes seus.

O poderio dos Côrte Reais era tal que, à semelhança de outros grandes senhores portugueses, podiam fazer fidalgos *de sua casa*, como os reis e príncipes, o que sem dúvida constituía um abuso feudal, num país em que o feudalismo nunca foi uma realidade. E sabe-se de que modo enérgico e cruel el-rei D. João II o estrangulou.

Num agravo judicial de Martim Gonçalves do Carvalhal, de Tavira, é testemunha Diogo Lopes do Carvalhal, «fidalgo do primo co-irmão Vasco Anes Côrte Real, o vélho, do Conselho de el-rei»

Vejamos qual a prosápia dos Côrte Reais

Vasco Anes da Costa foi um cavaleiro de Tavira e pai dos seguintes filhos Vasco Anes, Gil Vaz e Afonso Vaz. Dêste último trata a Crónica do Infante D. Pedro.

Vasco Anes da Costa, o primogénito, homem de fôrças prodigiosas e de grande valor, esteve com seu irmão Gil Vaz na batalha de Aljubarrota, pertencendo ambos à Ala dos Namorados, mais tarde, diz a tradição, foram dos Doze de Inglaterra, e nessa lide venceu Vasco Anes um cavaleiro inglês que trazia por armas uma cruz, a qual daí em diante êle juntou como chefe às suas armas de Costas. Em Ceuta obrou grandes feitos, sendo o primeiro que entrou pela porta d'Almina, em companhia dos infantes D. Henrique e D Duarte, por cujos serviços lhe fêz el-rei D. Afonso V valiosas mercês. Foi armador-mor do reino, fronteiro-mor do Algarve, coudel-mor de Tavira e alcaide-mor dessa dita vila e de Silves.

Tomou o apelido de Côrte Real, pelo motivo atrás indicado, e seus irmãos o tomaram também.

Dizem que casou com Mor Escudeira, filha de Luiz Afonso, mas dela não se lhe conhece geração. Houve bastardo a Fernão Vaz, o qual houve em uma negra, bastardo também a António Côrte Real, que foi para a Índia, João Vaz Côrte Real, outro filho bastardo de Vasco Anes, andou em navios no côrso, explorou os bancos e costas da Terra Nova, foi porteiro-mor do infante D. Fernando e capitão da Ilha Terceira, da parte de Angra, por Carta de 2 de Abril de 1464. Indo à Galiza, quando corsário, roubou Maria Abarca, filha de D. Pedro de Abarca, fidalgo de Tui, a qual era muito formosa, e êle a desposou, como declara em dois testamentos seus. Dela teve, varões, a Vasco Anes Côrte Real e a

Gaspar Côrte Real. Êste último celebrizou-se descobrindo a chamada Terra dos Côrte Reais e nela morreu misteriosamente. Miguel Côrte Real, terceiro filho do dito João Vaz, armou um navio para ir procurar seu irmão Gaspar, mas também morreu misteriosamente na mesma terra.

Vasco Anes Côrte Real, o primogénito dêstes três filhos de João Vaz, fêz armar um navio para ir procurar seus dois irmãos, mas el-rei D Manuel opôs-se a isso, para não perder tam bom servidor. Foi alcaide-mor de Tavira, veador do dito rei, capitão da Ilha Terceira e da de S. Jorge, e foi êle que em África derrubou o célebre mouro Ali Barraxe ou Baxá, o feriu e o cativou. Como seu pai, teve a capitania da Ilha Terceira e também a de S. Jorge.

Casou com Joana da Silva, filha de Garcia Afonso de Melo, comendador de Logroiva, alcaide-mor de Serpa, e de Filipa Pereira da Silva. Dela houve os seguintes filhos Manuel, primogénito, foi capitão das referidas ilhas e fidalgo do Conselho de el-rei D. João III, que no ano de 1544 lhe confirmou o brasão dos Côrte Reais, Cristóvão, Bernardo, Jerónimo, o padre Miguel, Maria e Filipa da Silva, mulher de Rui de Melo Pereira o Marafuz.

Na Chancelaria de D. João III, livro xxxv, fls. 5, lê-se que a Vasco Anes Côrte Real, do conselho dêste rei, veador de sua casa, faz el-rei mercê dos ofícios de almoxarife e juiz dos órfãos, e escrivão da Câmara da Ilha da Graça, que êle ora mandou descobrir, mercê feita por alvará de Lisboa, 23 de Agôsto de 1521.

Isto mostra, como direi mais detidamente nos *Sousas, de Lagos,* (1) que estes ofícios e outros podiam ser, e eram, nesse tempo, propriedade dos nobres, mesmo grandes senhores, sem desdouro da sua nobreza.

Esta genealogia dos Côrte Reais, comparada com a dos Melos do almirante, pode lançar certa luz sôbre as causas que motivaram desavenças entre as duas famílias, produzindo o assassinato de Rui de Melo da Cunha por Vasco Anes Côrte Real, se porventura êsse crime não foi beber a origem sòmente no ódio entre Pessanhas e Melos.

Para melhor compreensão do que vou dizer a êste respeito, descreverei primeiro qual a ascendência do assassino de Rui de Melo, que procede de outra linha, a de Gil Vaz, irmão do Vasco Anes, que primeiro tomou o nome de Côrte Real:

Gil Vaz da Costa Côrte Real foi cavaleiro de el-rei D. João I, esteve em Aljubarrota, foi um dos Doze de Inglaterra e teve o cargo de fronteiro-mor do Algarve. Casou com Filipa de Melo, e dela houve a Vasco Anes e a Diogo da Costa, cuja filha, Mor Anes, casou com seu tio, o dito Vasco Anes.

Vasco Anes Côrte Real, o vélho, do Conselho de el-rei, vedor da Fazenda do Algarve em 1483, casou, como ficou dito, com sua sobrinha Mor Anes. Dela houve a Pedro Vaz, a Mécia Vaz, terceira mulher de Álvaro Pessanha — o de Tavila —, e a Ana

(1) Obra a entrar brevemente no prélo.

Vaz, mulher de Rui de Melo da Cunha, o assassinado. Houve bastardo a Fernão, mencionado abaixo.

Pedro Vaz Côrte Real, o primogénito, casou com Simoa Pessanha, filha de Álvaro Pessanha — o de Tavila, acima mencionado —, e dela houve a Vasco Anes Côrte Real, o moço, vereador de Tavira em 1483, e que foi o assassino de Rui de Melo da Cunha. Casou primeiro com D. Joana de Noronha, filha bastarda de D Pedro de Noronha, alcaide-mor de Almeida, filho êste do primeiro marquês de Vila Real e de D. Brites de Bragança, filha do segundo duque de Bragança. Em segundas núpcias casou com Brites de Melo, filha de Pedro Vaz Côrte Real e de Isabel Pereira Ichoa e neta de Fernão Côrte Real, filho bastardo de Vasco Anes Côrte Real, o vélho, vedor da Fazenda do Algarve, acima mencionado, portanto, o dito Fernão Côrte Real era tio dêste Vasco Anes, o assassino. Note-se que Vasco Anes era sobrinho, por sua mãi, como aqui se vê, de Diogo Pessanha, o assassino dos dois Melos Cacéveis. Êsse parentesco é afirmado pelo Marafuz numa das suas cartas adiante transcritas.

Vejamos pois, o que mais provàvelmente motivaria o crime a que me refiro aqui. A alcaidaria-mor de Tavira, com o reguengo da mesma vila e outros herdamentos, haviam pertencido a Fernão Álvares Pereira, irmão do Condestável e o mais belo homem do seu tempo, segundo diz a Crónica, o qual morrera na tomada de Vila Viçosa, e sem geração. Depois, el-rei D. João I doára êsses bens e cargo a Martim Gonçalves do Carvalhal, casado

com uma irmã do mesmo Fernão Pereira, e residente em Tavira. Seguira-se na herança, portanto na alcaidaria-mor de Tavira, seu filho Fernão Martins do Carvalhal, porém, nenhum dos dois filhos dêste a herdou, mas a deu el-rei D. João I a Vasco Anes da Costa, o primeiro que se assinou Côrte Real, o qual também teve o cargo de fronteiro-mor do Algarve, que seu irmão Gil Vaz também exerceu, provàvelmente por morte do dito Vasco Anes.

Deixam estes dois cargos a linha dos Côrte Reais, e são dados a Rui Afonso de Melo da Cunha, o almirante-mor, e, por sua morte, a seu filho bastardo Álvaro da Cunha de Melo.

Nasceria despeito nos Côrte Reais por se verem desapossados de tam honrosos e rendosos ofícios? Faz-me supor que não estou longe da verdade o notar que, por morte dêste Álvaro da Cunha, a alcaidaria não é dada ao seu primogénito e legítimo filho Rui de Melo da Cunha, mais tarde assassinado, mas ao poderoso Vasco Anes Côrte Real, capitão da Ilha Terceira e da de S. Jorge e veador de el-rei, como refere o livro xxxvii da Chancelaria de João III, a fls. 106. Voltava assim ao neto a alcaidaria que fôra do avô, e que nessa família dos Côrte Reais ficará dora em diante, seguindo mais tarde nos Correias da Silva, da Tôrre da Murta, pelo casamento de uma Côrte Real, herdeira, com Martim Correia da Silva.

É provável que entre Rui de Melo da Cunha, que se julgava o legítimo herdeiro dos ofícios de seu pai, e o novo alcaide-mor, surgissem despeito e

rixas. Vemos, contudo, êste Rui de Melo tomar como segunda mulher Ana Vaz, irmã de Pedro Vaz Côrte Real, pai do seu futuro assassino, o outro Vasco Anes, filho de uma Pessanha. É, porém, de notar que êste Rui de Melo também era filho de uma Pessanha, filha do almirante Carlos. Parece que estes casamentos entre as famílias rivais eram feitos por certa pressão régia, pois adiante se verá, em título de Francas, como os Reis intervieram para fazer cessar o ódio entre elas, chegando a guardar como reféns da paz estabelecida entre as mesmas o jovem Lançarote da Franca.

Rui de Melo, o assassinado, era pois duas vezes tio do assassino, o que torna o crime ainda mais horrível.

O vélho ódio entre os Pessanhas tavirenses e êste ramo de Melos do almirante, poderia talvez encontrar a explicação da sua exacerbação do seguinte modo: Álvaro Pessanha o de Tavila veria com desagrado que de seu pai, o almirante Carlos, o almirantado passara, por intermédio da filha legítima dêste, Beatriz, ao marido dela, Rui Afonso de Melo, e ao filho dêstes, Lançarote. Inda conseguira ser o herdeiro das casas que seus ascendentes, os almirantes Pessanhas, possuíam em Tavira, como atrás ficou dito, mas o almirantado fugira-lhe, mau grado os grandes serviços que fizera aos reis D. Afonso V e D. João II. Deve, porém, notar-se que uma das cláusulas iniciais da sucessão do almirantado era seguir na linha legítima e varonil, a haver varão. Sabe-se, porém, que sob a autocracia

dos reis, fácil era alterar as cláusulas de tal contrato; e temos disso um exemplo quando el-rei D. Afonso V, por morte do almirante Lançarote Pessanha, preferiu como herdeira do almirantado a filha de Antão Pessanha, aos dois filhos dêste, João Rodrigo e Martinho, como ela legítimos, pelo que êles interpuseram pleito.

Álvaro Pessanha aliara-se aos Côrte Reais pelo casamento que fizera com Mécia Côrte Real, sua terceira mulher, filha de Pedro Vaz Côrte Real, e uma filha de seu segundo matrimónio, Simoa, casara com o mesmo Pedro Vaz, nascendo dêstes um filho, Vasco Anes, que trazia no sangue o duplo ódio dos Pessanhas e dos Côrte Reais contra os Melos do almirante, de um dos quais seria o algoz.

Nestas cidades de província, sobretudo no Algarve, onde o clima ardente aquece os ânimos e excita as paixões, os cargos da república eram sempre ferrenhamente disputados, produzindo isso ódios e rixas entre os que a êles se julgavam com direito. Um interessante documento existente na Tôrre do Tombo mostra como na cidade de Silves, no século XVII, as famílias nobres viviam também em discórdia, por causa da ocupação dos cargos ou ofícios da cidade é a habilitação para o Santo Ofício de Alexandre José Teles, filho de José Teles Côrte Real, de Silves. Maço 10. N.º 102.

É de presumir que neste desherdamento de Rui de Melo da Cunha, do ofício da alcaidaria-mor de Tavira, entrasse a má vontade de el-rei D. Manuel

para com o filho de um dos mais fiéis e queridos vassalos do seu antecessor, el-rei D. João II, seu primo e assassino do duque de Viseu, irmão de D Manuel. D. João II estimara tanto a Álvaro da Cunha de Melo, que, tendo-o mandado a Laraxe com uma armada, o visitou a bordo no seu regresso, a-pesar da armada vir empestada.

Que a causa fôsse o desagrado de el-rei D. Manuel, motivado por antipatia pelo pai de Rui de Melo ou por intrigas partidas de Tavira, o certo é que Rui de Melo nenhum dos cargos de seu pai exerceu, nem estribeiro-mor nem fronteiro-mor, nem alcaide-mor, nem cargo algum de vulto, que se saiba, a-pesar-de não ter morrido novo, pois que três matrimónios havia já contraído.

O ofício de fronteiro-mor era um dos mais nobres do reino; Damião de Lemos diz, na *Aula de Nobreza Lusitana*, que só se dava êste cargo a pessoas de grande estado e qualidade, e que até os Infantes o ocupavam. O fronteiro-mor fazia o ofício de capitão-general da comarca, para assim melhor se poder defender o reino, das incursões do inimigo.

D. João I, tendo visto passar ao serviço de Castela a maioria dos fidalgos portugueses, teve de formar uma segunda nobreza que desse brilho e esplendor ao seu reinado, investindo-a então nos altos cargos de Portugal. Foi assim que tiveram, entre outros cargos, o de fronteiro-mor os dois irmãos, Vasco Anes e Gil Vaz Côrte Real, que tam bem o haviam servido em Aljubarrota e em outros com-

bates, e cuja família parece que só então começava a tomar lugar entre as boas famílias do país, pois que os Nobiliários não a fazem conhecida antes dêste Vasco Anes e de seus irmãos, mencionando-lhes apenas o pai. Deve-se notar que os Costas são uma das mais ilustres famílias de Portugal, desde tempos mui remotos, porém nenhum Nobiliário mostra que os Côrte Reais saíssem dos verdadeiros Costas do reino.

Por morte de Gil Vaz Côrte Real, estivera o dito cargo de fronteiro-mor do Algarve em um dos filhos de D. João I, o infante D João, e em seguida dera-o el-rei a Rui Afonso de Melo, o almirante, pròximamente ao ano de 1450. Passa depois ao filho dêste, Álvaro da Cunha, e por morte dêste, tira el-rei D. Manuel I o dito cargo aos Melos da Cunha, para dá-lo a D. Fernando de Meneses segundo marquês de Vila Real.

Uma sobrinha bastarda dêste D. Fernando, D Joana de Noronha, neta do primeiro marquês de Vila Real e de D. Brites de Bragança, casara, como atrás se disse, com Vasco Anes, o assassino de Rui de Melo. Esta D. Joana era, portanto, sobrinha de el-rei D. Manuel, pois que sendo a segunda duquesa de Bragança sua irmã, era a primeira marquesa de Vila Real sua sobrinha, por ser filha dos segundos duques de Bragança.

Do casamento, pois, de Vasco Anes Côrte Real com D. Joana de Noronha se deduz o motivo provável por que após a sua condenação a degrêdo para S. Tomé, sem remissão, el-rei lhe dera o res-

crito que o livrara, que livrava o primo afim de el-rei D. João III.

Então os filhos do assassinado, no auge da indignação, como protesto deixam Tavira e embarcam para a Índia, onde o brilho das suas façanhas não empalideceu talvez a dor que lhes causara a morte impune do chorado pai.

Naqueles tempos o deixar a terra era protesto de que os nobres usavam para com o rei, sem que êsse acto indicasse falta de respeito, logo que o exílio voluntário fôsse para localidade onde pudessem continuar a servir o Soberano. Só era rebeldia quando iam para país estranjeiro servir outro Soberano.

E é assim, que o Marafuz, dirigindo-se a D. João III em uma das cartas que adiante vão transcritas, na qual censura el-rei pela má vontade que parece mostrar-lhe, escreve a seguinte ameaça de exílio: «Dir-se-á que Vossa Alteza me quer mal e me quer destruir, e será necessário, vendo eu sua vontade que tanto deseja de me lançar da terra, e sobre tantos serviços, que eu a nunca al desejei que servil-o...»

Êsse exemplo praticaram-no os filhos de Rui de Melo, preferindo o exílio voluntário, a viverem numa terra onde passeava livre o assassino de seu pai.

Quási todos êles encontraram a morte no seio dos combates da Índia, servindo sob o govêrno do traiçoeiro Lopo Vaz de Sampaio, e todos se acharam com o grande e leal Pero Mascarenhas nas to-

madas de Ceilão e Bintal, quando êste capitão as destruíu

Álvaro, o primogénito, mataram-no os mouros num combate em Calicut, deixou pobre um filho, de nome Rui, o qual foi recolhido por seu tio-avô Jorge de Melo da Cunha, que depois o casou com sua cunhada Guiomar Pinheiro, filha de Fernão Pinheiro, almoxarife de Tavira, mais tarde, pelos serviços de seu pai Álvaro de Melo da Cunha, deu el-rei ao dito Rui, em 1573, 130.000 reais por ano e a comenda de Midões como se vê no livro VI de D. João III, a fls. 82. Parece que é êste o Rui de Melo da Cunha vereador de Tavira em 1578, que se achou com el-rei D. Sebastião na batalha de Alcácer, onde morreu, como o referem as pautas dos vereadores daquela cidade, foi moço-fidalgo e do Conselho de D. João III, deixou geração.

João de Melo, segundo filho do assassinado Rui de Melo, mataram-no os mouros, combatendo em Arzila; sem geração.

Aires da Cunha, terceiro filho, foi na tomada de Bintal o primeiro que subiu aos muros da cidade. Foi capitão-mor do mar, e comandou uma armada a Mazagão. Ignora-se como morreu. Deixou vários filhos, sendo um deles Rui, morto na Índia, em duelo.

Francisco de Melo da Cunha, quarto filho, teve duas capitanias-mores da armada da Índia e a comenda de S. Pedro de Val de Negreiros. Como seu avô materno, foi provedor e contador-mor do Algarve, e adail-mor do reino. Morreu na batalha de

Alcácer-Quibir, e deixou geração. Cito os seus dois casamentos, porque ambos oferecem certa curiosidade para os factos que aqui se narram. Sua primeira mulher foi Iria Barreto, filha de Álvaro Barreto, o Gracioso, morto na Índia, e ela era viúva de Francisco de Melo, comendador de Cazével, assassinado com seu irmão Manuel, por Diogo Pessanha. Se o primeiro casamento dêste Francisco de Melo da Cunha é coerente com o ódio entre as famílias aqui descritas, o segundo causa estranheza, por ter sido com Mécia da Costa, filha de João Vaz Côrte Real, de Lagos, e mais ainda o saber-se que a um dos filhos havidos de tal matrimónio, lhe pôs o nome de Vasco Anes Côrte Real, como o do assassino de seu pai. Só se poderia admitir moralmente que um tal casamento e um tal nome dado a seu filho houvessem tido lugar antes do assassinato de Rui de Melo da Cunha, o que, segundo os linhagistas, assim não foi, pois a primeira mulher era já viúva de Francisco de Melo, assassinado em 1531, e Rui de Melo fôra-o anteriormente a essa data. Como digo noutra parte, é provável que estes casamentos entre famílias rivais, fôssem pela vontade de el-rei, a-fim-de, por esta forma, fazer cessar o ódio entre elas.

Diogo de Melo, quinto filho de Rui, também viveu na Índia, acompanhando seus irmãos em tôdas as acções militares já referidas, foi morto na tomada de Baçaim e deixou sucessão.

Gaspar de Melo, sexto filho, nada dele se sabe, senão que acompanhou seus irmãos na vida aventurosa dos combates, e que morreu solteiro.

O sexto e último filho de Rui, Gonçalo Nunes de Sousa, também morreu solteiro e sem geração.

Das três filhas de Rui, sabe-se que casaram com fidalgos algarvios: Filipa, foi mulher de Jorge Mendes de Ataíde, senhor do morgado de Alte; Beatriz, casou com João Viegas, de Tavira; Inez, foi mulher de Pedro de Mendonça Arrais, senhor de Marim.

IX

Difícil era a situação dos três filhos do segundo casamento do estribeiro-mor Álvaro da Cunha de Melo· Duarte, Francisco e Jorge, perante a vingança que lhes impunha o assassinato de seu irmão Rui. Por sua avó materna eram Côrtes Reais, portanto parentes do matador. A seu turno, o assassinado era pelo lado materno um Pessanha, família inimiga dos Melos tavirenses. E um dos três referidos irmãos havia desposado uma Pessanha, Brites, filha de Diogo Lopes da Franca e de Genebra Pessanha Ora, os Francas, genoveses como os Pessanhas e muito aparentados com estes por casamentos, votavam a mesma inimizade aos Melos, e tanto devem ter partilhado os crimes dos Pessanhas, que vão com êles para Tânger, como adiante se verá.

Qual pois a atitude daqueles três irmãos? É provável que se limitassem a acompanhar os Melos ao combate da Campina, contra o partido dos assassinos dos dois Melos Cacéveis. Porém, mais tarde, quando do assassinato de seu irmão Rui, não consta que houvessem emigrado com seus sobrinhos.

Aos dois bastardos do dito estribeiro-mor, João e Diogo, é que nenhuns laços de sangue prendiam às famílias inimigas dos Melos. Um dêsses bastardos, João de Melo da Cunha, que era baço, no dizer dos Nobiliários, pois nascera de uma marroquina, êsse abandonara Tavira, embarcando para a Índia entre a gente sobrecelente que ia na armada de que era capitão-mor D. Filipe de Castro, em Dezembro de 1525, como referem os Livros da Casa da Índia.

O outro bastardo, Diogo de Melo, dizem os Nobiliários que fôra degolado em Setúbal, por se ter dado ao côrso. Uma tal morte causa admiração, se reflectirmos que o côrso nessa época nem era proïbido nem deshonrava um nobre. João Vaz Côrte Real, porteiro-mor do infante D. Fernando e senhor da Ilha Terceira, dera-se ao côrso, como atrás vimos, e corsário mereceu a maior consideração de el-rei D Afonso V, que o encheu de mercês.

Por que foi degolado Diogo de Melo? Armaria êle algum navio para hostilizar os Côrtes Reais nas ilhas Terceira e S. Jorge, de que eram senhores, ou na terra, chamada dos Côrtes Reais, que Gaspar havia descoberto? Seria êle causa das mortes misteriosas de Gaspar e Miguel Côrte Real, atrás referidos?

Possível é que os poderosos Côrtes Reais, muito no favor régio, urdissem algum laço, de que resultasse tam dura morte a êste membro de uma família que, ao que parece, estava tanto no desfavor do rei.

Que essa palavra côrso não envolve idea da pirataria, mostra-o o género de morte que deram a Diogo de Melo; o pirata era sempre enforcado, como um plebeu. Diogo de Melo morria degolado, como um nobre.

Mais tarde veremos um outro nobre morrer justiçado como vilão, Diogo Pessanha, mas êsse perdera a qualidade de nobre, após o arrasamento do seu solar, como era doutrina da época. Altos e baixos da vida!

* * *

Os Melos que ficaram em Tavira, é natural que vociferassem contra a impunidade de Vasco Anes Côrte Real, impunidade que fazia afastar do seio da família mancebos ardidos em justa e nobre indignação. Andava a já então cidade de Tavira alvorotada por bandos que se ameaçavam, tomando uns partido pelos Melos, outros pelos Côrtes Reais, quando um facto gravíssimo veio exacerbar ainda mais os ânimos, elevar as paixões ao paroxismo.

Foi o caso o seguinte:

Diogo Pessanha, tio de Vasco Anes Côrte Real, o matador de Rui de Melo da Cunha, pois que era irmão da mãi daquele e filho de Álvaro Pessanha — o de Tavila —, casara em segundas núpcias com uma senhora de nome Genebra, mas cujos apelido e filiação nenhum Nobiliário nos indicam. O cartório da casa dos Francas, cujos originais ou cópias estavam em 1908 em poder do conde de Marim, diz que ela

era filha do segundo Lançarote da Franca, de Tavira, e de Isabel da Costa. Do primeiro matrimónio, com Simoa Correia, houvera Diogo Pessanha vários filhos, já mancebos ao tempo do seu segundo casamento.

Tudo me leva, porém, a crer que esta Genebra fôsse filha de um João Lourenço Pessanha, cavaleiro, chanceler de Tavira em 1466, e vereador dessa vila em 1518 e em 1525, conforme se vê na *Aula de Nobreza Lusitana*, vol. IV. Os Nobiliários não nos falam, em título de Pessanhas, dêste João Lourenço Pessanha, que creio ser Sárria por varonia, pois encontrei algures o seguinte esquema genealógico:

Lourenço Pessanha
Catarina Gil

Lourenço Afonso de Sárria
Isabel Gomes

João Lourenço de Sárria
Isabel Gomes

É provável que João Lourenço Pessanha fôsse filho ou neto dêstes Lourenço Pessanha e Catarina Gil. Também se sabe, pelo livro II do Hospital de Tavira, título 73, que Lopo Rodrigues de Sárria, casado com Inez da Franca, filha de Diogo Lopes da Franca e de Genebra Pessanha, fizeram em casa de seu parente Lourenço Pessanha uma composição sôbre os bens de Artur Pinheiro. Assim o relata Baena nas *Famílias Nobres do Algarve*, parte II, título Sárrias. Êste último Lourenço vivia pelos anos de 1424. Entrara, pois, o sangue dos Pessa-

nhas na sua família em época anterior à vinda de Álvaro Pessanha — o de Tavila — para essa vila.

Genebra era nome vulgar na família Pessanha; o primeiro almirante, Manuel Pezagno, casara com D. Genebra Pereira; seu filho Bartolomeu tivera uma filha Genebra, que foi por casamento condessa de Viana, o referido Diogo era irmão de outra Genebra, mulher de Álvaro de Arca, e parece que em seguida, de Diogo Lopes da Franca, a qual os Nobiliários dizem que era senhora mui formosa.

O que sabemos de certo sôbre a descendência dêste João Lourenço Pessanha, é que foi pai de uma Briolanja, casada com Heitor do Carvalhal, de Tavira, amo da raínha D. Leonor mulher de D. João II.

Que drama se deu neste casamento de Diogo Pessanha com a infeliz Genebra, que pouco depois encontraria a morte e deixaria recém-nascida uma filhinha que mais tarde havia de ser fulgurante estrêla do catolicismo? Casaria já grávida, ou seria sua filha produto de adultério? Foi a sua morte casual, ou dada por seu marido, que pouco depois matava o seu ou seus rivais supostos?

A três fontes fui beber o facto que aqui narro, o qual foi causa do assassinato de mais dois Melos e talvez da pobre Genebra. A primeira dessas fontes foi um vélho manuscrito que existe nos arquivos dos herdeiros do citado coronel João de Melo Pereira e que diz: «Em outras memórias que me mandou o confessor das freiras, Fr. Antão Soares, de um titulo de Mello, se vê que Francisco e Manuel

de Mello foram mortos por um sargento-mor descendente de Misser Carlos Pessanha, porque uma filha de J.º Lourenço Pessanha teve uma filha, pelo que foram as mortes, que está beatificada, e por estas mortes d'estes estimáveis fidalgos, que el-rei muito sentiu, foram desterrados todos os Pessanhas até ao quarto grau.»

A segunda notícia achei-a, bastante extensa, se bem que com alguns erros, em Frei João do Santíssimo Sacramento, *Crónica dos Carmelitas Descalços*, a fls. 166 e seguintes do tômo II, escrita em espanhol, quando descreve a vida da venerável Virgem Catarina da Conceição, chamada em Espanha a Santa portuguesa. Diz que ela era filha de Diogo Pessanha, cavaleiro do hábito de Cristo, e de Simoa Correia, filha de Pedro Correia, almoxarife de Tavira. Na filiação materna indicada deve haver êrro, como o mostra a primeira notícia acima, mas sobretudo a terceira, que vai seguir-se.

Acrescenta Frei João do Santíssimo Sacramento que pouco depois de Catarina nascer morreu sua mãi, ficando a futura santa, pequenina, na ama e sob a tutela de seus irmãos, os quais fizeram da tutoria tirania, faltando-lhe com a educação e tratando-a como escrava. Passados os Pessanhas a Tânger, Duarte, o mais vélho dos filhos de Diogo Pessanha, casara e levara para a companhia da mulher, sua jovem irmã Catarina, que tal era o nome pôsto à filha de Genebra. A sogra de Duarte Pessanha, infligia os mais cruéis tratos à pobre órfã, da qual se apossara, por lha ter entregado seu

genro. O aposento que lhe destinou foi um forno de cozer pão, anexo a um curral de gado, que havia fronteiro às suas casas de morada em Tânger. Obrigou-a a servir a forneira como criada, dirigia-lhe diàriamente os maiores insultos, as palavras injuriosas mais grosseiras, batia-lhe, mordia-lhe os braços, arrancava-lhe os cabelos, cuspia-lhe no rosto e trazia-a indecentemente despida.

Passado o dia nas azáfamas do forno, recolhia-se a pobre Catarina ao curral, onde adormecia sôbre a lenha do forno, depois de haver rezado o rosário pelos nós de um cordel. «No crysol de seus tormentos, se hia purificando, guiada para um santo destino» — diz o autor.

A desgraçada jamais tinha um queixume dos seus sofrimentos, e tam evangélica era a sua humildade, que nunca se esquecia de encomendar a Deus a sogra de seu irmão, nas suas orações.

Quinze anos serviu naquele forno, padecendo atrozes suplícios, até que chegaram a Tânger uns fidalgos de Lisboa, que traziam recomendação de procurar a jovem Catarina e valerem-se do favor dela junto de Duarte Pessanha, por a julgarem em grande valimento em casa dêste.

Vendo, porém, a baixeza da condição da pobre órfã, conseguiram tirá-la à forneira, e, vestindo-a decentemente, a enviaram a Lisboa, «onde viviam seus parentes e madrasta», segundo diz a referida crónica, o que parece ser êrro, a menos que Diogo Pessanha, antes de ser encarcerado no castelo de Lisboa, houvesse casado uma terceira vez. O que

me parece é terem sido os Almadas, condes de Avranches, residentes em Lisboa, que receberam Catarina, pois que a mãi de Diogo Pessanha era D. Isabel de Avranches, filha de D. Álvaro Vaz de Almada, primeiro conde de Avranches. E a razão porque assim me parece, é porque o autor, Frei João do Santíssimo Sacramento, continua do seguinte modo, aproximadamente, pois que resumo esta biografia:

Chegada Catarina a Lisboa, receberam-na carinhosamente seus parentes. Tempos depois, dirigindo-se D. Álvaro de Avranches a Madride, conseguiu colocar a futura santa, como donzela da princesa D. Joana, filha do imperador Carlos V e mãi de el-rei D. Sebastião, de Portugal, a qual, por morte de seu marido o infante D. João, havia voltado para Castela. Não era o faustoso esplendor da Côrte de Castela nem as distracções do palácio da condessa da Palma, sua prima, o que seduzia Catarina, mas sim as cousas de Deus, para as quais sempre mostrara a maior inclinação. Absorvia-se numa vida de contemplação, freqüentava as casas religiosas e escutava as palavras de doutos teólogos, que, observando os seus dons sobrenaturais, cultivavam aquela alma sã e pura com o ensino das elevações do catolicismo.

Passando em Madride a Santa Madre Teresa de Jesus, vinda de Toledo, para fundar um convento em Pastrana, Catarina travou com ela conhecimento, seguiu-a, professou, e daí em diante a sua vida foi tôda dedicada à fundação e regência de mosteiros carmelitas. Viveu cinco anos no con-

vento de Pastrana, depois foi para a nova fundação do de Segóvia, e quatorze anos mais tarde, em 1588, passou a Saragossa, onde esteve até morrer em 20 de Fevereiro de 1617. A sua morte fêz a mais profunda impressão em Saragossa, indo todos beijar-lhe a mão, e sendo unânimes em afirmarem os milagres que desde então a madre Catarina praticou.

Não dera Deus à venerável monja os dotes da formosura; era de estatura avultada, muito robusta e de grandes fôrças corporais, que lhe causavam mágoa, procurando sempre sujeitá-las ao domínio do espírito. Êste era, porém, tam formoso, que mais tarde a Igreja beatificou a virtuosa Catarina, que ficou conhecida em Espanha pela designação de a Santa portuguesa.

A terceira fonte achei-a no testamento de Simoa da Franca, existente no livro IV das Capelas da Coroa, a fls. 215 v Esta senhora era filha de Lançarote da Franca, passado também a Tânger, ou como Pessanha que era por sangue feminino, ou porque houvesse tomado parte nos crimes aqui descritos, o que é provável, pois que era parente de Diogo Pessanha, ou por outra causa que adiante menciono.

No dito testamento, datado de Tavira, 5 de Fevereiro de 1580, faz Simoa da Franca a seguinte disposição entre outras: «Mando que deem a minha cunhada, meia irmã de Pero Corrêa, meu marido, por nome Catharina Pessanha, que esteve em minha casa alguns annos, e depois da morte de Pero

Corrêa agora está freira em Madrid ou em Valhadolim, que lhe dêem quinze mil reaes em dinheiro, posto onde ella estiver, e se fôr fallecida, mando que se gastem pela sua alma, e o provedor que fôr, os repartirá pela sua alma da dita Catharina Pessanha, como elle vir que é melhor, em missas e offícios que lhe melhor parecer »

Êste testamento contém a prova do êrro de Frei João do Santíssimo Sacramento, quando escreve que Catarina era filha de Simoa Correia e de Diogo Pessanha, pois que o era da segunda mulher dele, motivo porque a testadora a diz *meia irmã* de Pero Correia (Pessanha). Pelo menos passaria por tal, e sem dúvida foi baptizada como filha de Diogo Pessanha, se bem que tudo leve a crer que o seu verdadeiro pai fôsse um dos dois Melos assassinados junto a Cacela.

É extremamente melindrosa esta suposição, mas compreende-se fàcilmente que ela nascesse, em presença dos factos lidos. Êsse referido confessor das freiras de Tavira lança um feixe de luz sôbre a causa que levou Diogo Pessanha ao extrêmo de assassinar os dois Melos Cacéveis. Se essa filha de João Lourenço Pessanha, como êle a denomina, fôsse apenas parenta ou amante de Diogo, e que qualquer dêsses laços o impelisse a matar os supostos rivais ou antes o rival e seu irmão, porque é que a criança, filha de tal sedução, ficaria sob a tutela dos filhos de Diogo e o primogénito a levaria consigo para o exílio, infligindo-lhe os mais bárbaros tratos?

Forçoso é supor que Diogo julgasse que nas veias de Catarina circulava o sangue dos Melos, dos vélhos inimigos dos Pessanhas, e que tendo Diogo chamado a atenção da Justiça, pela morte dada aos dois Melos, êle e os filhos receassem agravar a sua situação, matando a criança, o que além disso seria tornar pública a deshonra do tálamo.

A pequena Catarina passaria pois por filha de Diogo Pessanha, mas o concederem-lhe a vida não impedia que nela cevassem o ódio e rancor de lhe sentirem nas veias circular o sangue dos Melos.

O facto de D. Álvaro de Avranches proteger Catarina, levando-a para a côrte de Madride, seria por ignorar a verdade do nascimento da sua protegida, ou porque também fôsse parente dos Melos, ou, emfim, por espírito cristão. E o facto de Simoa da Franca lhe chamar sua cunhada, não quere dizer que ela a julgasse irmã de Pero Pessanha, seu marido, pois sabe-se o uso que naquela época se fazia da palavra cunhado para designar o simples laço de parentesco, é ler na *Aula de Nobreza Lusitana*, de Damião de Lemos, as pautas para a vereação de Tavira, em que quási todos os vereadores são *cunhados* uns dos outros. E Catarina era parenta desta Simoa da Franca, visto serem ambas Pessanhas· aquela, porque sua mãi Genebra era filha de João Lourenço Pessanha, esta última, porque sua avó paterna era outra Genebra Pessanha, irmã do dito Diogo, matador dos Melos, como adiante se verá na genealogia que faço dos Francas. Julgo, porém, que Simoa chame Catarina sua cunhada,

como se realmente o fôsse, e isso para guardar aparências. Vê-se que a tivera na sua companhia alguns anos, antes do exílio a que Catarina fôra forçada, porque êste atingia os Pessanhas até à quarta geração, e Catarina, oficialmente, pertencia à segunda geração· supondo, bem entendido, que o exílio incluísse as mulheres.

Desta forma compreende-se o legado de Simoa da Franca à sua parenta Catarina, da qual reconhecera as virtudes durante o tempo que a tivera em sua casa, quem sabe mesmo se êsse legado procuraria suavizar maus tratos que outrora seu marido ou ela própria lhe houvessem dado.

É que a proximidade do túmulo faz muitas vezes reflectir nos erros do passado, e os cristãos procuram conjurar pela esmola os severos castigos da outra vida. Isto são apenas suposições, mas Simoa era Pessanha e Franca, e isto torna-a suspeita a meus olhos.

Devo formular aqui uma outra hipótese quanto ao nascimento de Catarina, aceitando a versão de Frei João do Santíssimo Sacramento com respeito à filiação materna da santa e repudiando a referida filiação paterna, a de Diogo. Admitamos que Catarina fôsse filha de Simoa Correia, primeira mulher de Diogo Pessanha, como o dito frade pretende, a qual tivesse morte imediata, desposando em seguida seu marido a referida Genebra, e que só depois êle houvesse trucidado os Melos. Dessa forma, também se compreende que Simoa da Franca chamasse cunhada à Santa portuguesa, então meia

irmã de seu marido, pelo lado da mãi, e que os meios irmãos da santa tivessem escrúpulo em matar a filha do adultério, agora suposto, de sua mãi Simoa Correia. Isto é pouco provável, pois que Simoa de Franca daria assim publicidade à deshonra da mãi de seu marido.

Também assim se compreenderia que Frei João se refira a uma madrasta de Catarina, residindo em Lisboa, a qual seria então essa Genebra, que raros Nobiliários mencionam, e que ali residisse para estar perto de seu marido, então preso no castelo de Lisboa.

Postas estas duas chaves da solução de tam misterioso caso, de que a segunda me parece pouco provável, passemos adiante.

Insiro a seguir a genealogia dos Francos, que talvez devesse ter, de preferência, lugar no começo desta obra, a-par da dos Pessanhas e da dos Melos, mas que pelos factos relativos ao assassinato dos Melos, que essa genealogia relata, me pareceu melhor inserir nesta altura.

Além disso, esta obra estava terminada quando, em 1918, tive ocasião de ler a genealogia dos Francas num livro manuscrito pelo primeiro conde de Marim, descendente dessa família, o qual manuscrito se intitula *Arquivo da Casa dos Francas.* Tal livro, onde infelizmente há confusões graves, foi-me de grande utilidade, pois se refere várias vezes, como se vai ver, à *vendetta* que no começo desta descrição supus acertadamente ser de longa data entre Melos e Pessanhas, mas nota-se agora que

essa *vendetta* incluía também a família dos Francas, genoveses como os Pessanhas e parentes dêstes. É bom não esquecer que alguns genealogistas dão aos Melos uma origem italiana, e isso ainda explicaria uma mútua *vendetta*. Parece-me, porém, que em todo êste drama a situação dos Melos é menos condenável do que a dos seus ferrenhos adversários genoveses; os leitores ajuïzarão,

Tentarei melhor ordenar as notícias descritas no *Arquivo da Casa dos Francas*, comparando-as com a genealogia que desta família faz Sanches de Baena nas *Famílias Nobres do Algarve*, parte II, e com as dos melhores Nobiliários, se bem que em todos é mui imperfeita a genealogia dos Francas.

Sanches de Baena só começa os Francas com o primeiro que D. Flamínio de Sousa Freire, célebre genealogista algarvio pertencente à família Pantoja refere· um Lançarote da Franca, que viveu no reinado de D. João I. Antes dessa época, muito nos diz o *Arquivo da Casa dos Francas*.

X

Poucas famílias têm sido tam mal estudadas pelos linhagistas como a dos Francas. Farei o possível por nesta descrição que dela faço, introduzir um pouco de ordem, sem que contudo me julgue impecável.

A família Franchi, Franche, Francetti, ou Franchetti, é uma das vinte e quatro da nobreza vélha de Génova, e tem como brasão três coroas reais de ouro, em roquete, fechadas com a flor de lis. Os de Tavira parece que nunca usaram tal brasão, e o *Arquivo da Casa dos Francas* declara mesmo, que o primeiro deles que a Portugal passou, trazia o escudo em branco, ou porque fôsse filho segundo, ou por outro motivo. Era êle, Afonso Franche, e casou, no dizer do dito *Arquivo,* com Isabel Roiz, de cognome a Franqua, filha de Rui Gonçalves, o Franko ou Franquo, ou Franco, descendente dos alcaides-mores de Atouguia da Baleia, e que é muito possível, pois que Peniche e a vizinha Atouguia foram fundadas por Frankos (franceses) e daí o cognome indicado.

Os Francas do reino de Portugal encimavam o seu escudo, muitas vezes, com a coroa fechada e

com a flor de lis, como pretendiam ter direito, por descenderem de Desidério, último rei da Lombardia. E afirma o *Arquivo* que assim se vê em algumas das suas sepulturas em Tavira, Loulé e Tânger

Foi êste Afonso Franche que, amando a dita Isabel Roiz e querendo libertá-la, escalou a tôrre onde seu pai a tinha encerrada. Para isso serviu-se de duas lanças ou azagaias. Nessa ocasião surgiu o pai da donzela e, longe de se enfurecer, perdoou aos dois e consentiu no casamento, o que é bem do carácter francês. Narram êste facto o *Arquivo*, Manso de Lima no seu Nobiliário, título de Franco, e outros Nobiliários.

Suponho que, após tam romanesco casamento, chamariam a Afonso Franche, o da Frânqua, convertido depois em da Franca. Nos registos de Tânger, as grafias que lá se encontram são sempre da Frânqua.

Passou Afonso Franche a usar as armas de sua mulher, que eram em campo de prata, quatro palas de verde, segundo Vilas-Boas, ou de azul segundo outros, atravessando o escudo uma banda dêstes esmaltes, e por timbre as duas azagaias, de verde. Êste escudo foi alterado pela aliança dos alcaides-mores de Atouguia com os Varelas, que brasonavam em campo de prata, quatro bastões de verde, em banda. A combinação ou corrupção dêstes bastões em banda, com as palas dos Atouguias, deu o escudo Franca, como vem no *Livro de Armas*, de el-rei D. Manuel I. Contudo, os Francas tavirenses, ao passarem a Tânger, usaram lá, em

campo azul, ou sanguinho, as três coroas acima mencionadas, e por chefe, em campo de prata, uma cruz vermelha que ocupava todo o campo, timbre, meio cavalo branco, com as clinas crespas.

O facto de mudarem de brasão no destêrro, basear-se-ia no drama descrito nesta obra?

Parece certo ser êste Afonso Franche que veio com o almirante-mor Manuel Pezzagno para Portugal, pois que, numa concessão feita ao dito almirante-mor, em 17 de Fevereiro de 1322, onde êle assina *Alphonsus Franque, navis praetor praesens,* diz também ser filho de Joham Franche, almirante-mor da república de Génova, e parente do dito almirante Manuel Pezzagno. Assim se lê no referido *Arquivo,* cuja descrição vou continuando apenas no que me parece certo. Na Chancelaria de el-rei D. Afonso IV diz o *Arquivo* haver um privilégio de armas e criados, a Afonso Franche, cavaleiro, meu almirante, para estar na entrada de Castela. No seu testamento, acrescenta o *Arquivo,* mandam Afonso Franche e sua mulher Isabel Roiz que os sepultem na Sé de Lisboa. Foram seus filhos os seguintes Lopo Afonso, que se segue, Maria, mulher de Micer Lançarote Pessanha, almirante-mor, seu primo, o que mataram em Beja, Diogo Afonso, comendador das Pias e da Bezelga.

—Lopo Afonso da Frânqua (sic), herdou de sua mãi os bens da Polã ou Polana, com a tôrre da Miralda, que suponho seriam na Atouguia; foi escudeiro de el-rei D Afonso IV, cavaleiro, e fêz muitos serviços na terra e no mar, mas em 1411, sofreu o

real desagrado de el-rei D Pedro I, quando da tomada dos navios portugueses comandados pelo almirante-mor Lançarote Pessanha, nos quais êle tinha o cargo de almirante ou alcaide. Em virtude dêsse desagrado foi desterrado do reino. Recebeu Carta de perdão dum delito, no ano de 1407, registada na Chancelaria de D. Fernando I, pelo *homízio* (homicídio, provàvelmente) de certo fidalgo, em tempo de el-rei D Pedro I, pelo que passou muitos trabalhos e esteve refugiado em Castela. Assim o relata Frei José Maria de Jesus (alcobacensis, *Fontes da Nobreza*).

Acrescenta o *Arquivo*, que êste Lopo Afonso foi um dos cavaleiros que com o almirante-mor esteve na *lide da Charneca contra os Melos*, mas que não crê que fôsse êsse facto a razão do delito por que recebeu a referida Carta de perdão em 1407 (Chancelaria de el-rei D. Fernando), pois lhe parece difícil combinar êsse destêrro com o desagrado de el-rei, e o exercício do cargo de almirante, indo com as galés a Espanha e outra vez às costas do Norte durante o impedimento de seu cunhado o almirante Lançarote Pessanha.

Teria nesta época havido já uma lide contra os Melos, denominada da Charneca?

O que me parece provável é que o *Arquivo* confunde êste Lopo Afonso com outro Lopo Afonso seu descendente, que teria entrado em 1531 no combate da Campina (Charneca) com o almirante-mor e os Pessanhas, contra os Melos, e que seria desterrado por ter tomado parte na emboscada junto

a Cacela contra estes com Diogo Pessanha, pois que a lide da Campina não podia ser causa do referido destêrro, por estar nas normas da Cavalaria. Verdade é que um pacto de paz já fôra ordenado anteriormente por el-rei D Afonso V como se verá ao tratar-se do terceiro Lançarote da Franca, mas se o combate da Campina merecesse destêrro, quantas famílias algarvias haveriam sido desterradas, pois que tantas entraram nessa trágica lide! E só consta do destêrro de Pessanhas e parece que dos Francas.

Em 1937, Lopo Afonso fizera o escambo das quintas da Miralda e da Polã ou Polana, pelas de Benomar e da Gomeira, no Algarve, têrmo de Tavira, como se vê, ou se via, no Cartório da Sé de Silves, hoje em Faro, sendo êste o primeiro dos Francas que assentou morada no Algarve, fundando em Tavira a Casa que seus descendentes administraram.

Talvez fôsse levado a fazer tal escambo, acrescenta o dito *Arquivo*, pelos azares da rixa vélha que, juntamente com os Pessanhas, trazia contra os Melos, sendo numa delas queimada a Miralda, que pelo escambo foi aumentar o morgado que nessas redondezas (?) fundaram os Castelos-Brancos.

Apesar das diferendas entre Melos e Pessanhas, pretendera êste Lopo Afonso haver por mulher, Dulce de Melo, filha de Vasco Martins de Melo, que lha não deu, por lhe ser tam contrário. Não levou Lopo Afonso essa recusa de boa feição, e houve muitas razões entre êles, até que agastado Lopo Afonso, estando Vasco Martins em Santarém, lhe

mandou recado que se queria mulheres de tal nome era para a gente da sua criação (seus criados). O pagem, portador de tal recado, foi morto em Santarém, dizendo-se que sem culpa de Vasco Martins, mas Lopo Afonso pôs a êste uma emboscada, quando recolhia com os seus a Lisboa, e alcançou-lhe duas donas que lhe pertenciam, casando-as com dois escudeiros da sua criação, cujas filhas foram dadas à prioreza da Romeira, parenta de Lopo Afonso, por sua mãi Isabel Roiz, para as ter nesse mosteiro, onde professaram

Uma nota à margem diz que D Flamínio não fala em casamento. Provàvelmente foram dadas como mancebas aos dois criados.

Esta vingança promoveu outras, sendo numa delas queimada a Miralda, e continuando a rixa os descendentes de Lopo Afonso. Seria após o rapto das referidas donas que se daria um combate chamado da Charneca, atrás dito? Seria por êste rapto que Lopo Afonso recebeu Carta de perdão?

Vê-se, por esta menção do *Arquivo*, que a *vendetta* entre os Pessanhas, Francas e Melos, não começou em Tavira, mas para essa vila foi transportada, pois que ela já vinha de longe. Vasco Martins de Melo, de quem acaba de falar-se, deve ser o que cito no comêço do parágrafo II da genealogia de Melos, e que era alcaide-mor de Santarém ascendente, por linha direita masculina, de João de Melo, o Cacével, que creio haver sido o primeiro desta linha, que veio estabelecer residência em Tavira, onde seus dois filhos seriam assassinados por Diogo

Pessanha. A má sina trouxera um pouco antes de João de Melo, também para o Algarve, o almirante-mor Rui Afonso de Melo da Cunha, que fôra alcaide-mor de Tavira, e cujo neto pereceria assassinado por um Côrte Real, que Pessanha e Franca era por sangue feminino, como por sangue feminino era Melo o assassinado.

Acrescenta o *Arquivo*, que Lopo Afonso da Franca foi sepultado na sua capela de Nossa Senhora a Frânqua, fundada por êle e sua mulher na igreja de S. Tiago de Tavira; havia vivido perto de oitenta anos, apesar do seu natural turbulento, que o trouxe sempre em rixas, homízios e desterros, merecendo várias vezes o desagrado dos reis a quem serviu (sic).

Casara com Violante Valdez, de Çamora, Espanha, filha de Afonso Valdez, de Çamora, fugido a D. Henrique de Castela para Portugal, em 1410. Dela houve o seguinte filho:

Lançarote da Frânqua, que, como seu pai, teve o cargo de alcaide de navio, na jornada de Ceuta foi alcaide de galé. Em 1370 da era de Cristo, 1408 da de César, era almirante, conforme se vê, diz o dito *Arquivo*, duma Carta de el-rei D. Fernando I.

Diz o mesmo *Arquivo* que êste Lançarote foi morto na ilha de Nossa Senhora a Franca, uma das de que era senhor, hoje chamada de Lançarote, nas Canárias, no ano de 1423 da era de César, 1395 da de Cristo. Dera êsse nome à ilha por ser o da Virgem padroeira da Casa dos Francas e à outra dessas ilhas o de Gomeira, nome do seu solar em Tavira. A re-

ferida Carta régia de D. Fernando I, existente no Cartório da família Franca, segundo diz o *Arquivo*, menciona que êste Lançarote descobrira as ditas duas ilhas, e el-rei lhas doara (1).

Teve as saboarias pretas de Tavira.

Ignora-se com quem casou. Não chegou a herdar a casa de seu pai, por morrer ainda em vida dele. Foi seu filho o seguinte

Lopo Afonso da Frânqua, que herdou a casa, foi cavaleiro fidalgo, 2.º administrador da capela de Nossa Senhora a Frânqua, alcaide de navio, e esteve em Ceuta e Tânger quando do sítio dessas cidades africanas. Teve, como seu pai, as saboarias pretas de Tavira. Morreu no mar, com o afundamento da galé de que era alcaide. Havia casado com Mor Eanes, a quem matou por ciúmes. Dela houve os filhos seguintes:

a) Lançarote, que se segue,

b) Afonso Lopes, cavaleiro, natural de Tavira e ali casado com Constança Afonso, filha de Afonso Lourenço, vereador de Tavira. A ascendência dêste Afonso Lopes, diz Baena, está provada por uma escritura feita no ano de 1451, e ratificada no de 1453, pelo prazo que ao mesmo Afonso Lopes e

(1) Muito se tem dito e escrito a propósito do descobrimento das Canárias, que afinal, parece que haviam sido descobertas mais de uma vez, em tempos remotos. Deve ler-se, a respeito das Canárias, os livros do Sr. Aires de Sá, *Frei Gonçalo Velho*, 1909, e *Frei Gonçalo Velho* (Comentários), 1914. Com efeito, duas das ilhas aparecem com nomes de Lançarote e Gomeira.

a sua mulher lhes foi aforado das terras de que era proprietário Henrique Moniz e sua mulher D. Inez. Acrescenta que também consta do arquivo do Hospital e Câmara de Tavira, dos anos de 1424 a 1444, os filhos que de sua mulher teve êste Afonso Lopes da Frânqua e que são os seguintes: Lopo Afonso, Diogo Lopes, Rui Lopes, Fernando Afonso, Pedro Lopes, que casou duas vezes, sendo a primeira em 1484, com Maria Esteves, e a segunda em 1490, com Maria Matoso, com geração. O primeiro dêstes irmãos, Lopo Afonso da Frânqua, dizem que casou com outra Violante Valdez, em Tavira, assim o quere Baena, mas receio que seja confusão com a mulher do primeiro Lopo Afonso. Parece ser o Lopo Afonso que as pautas de Tavira dão como vereador no ano de 1554. Baena dá-lhe os seguintes filhos· Diogo Lopes, Luiz Lopes que casou duas vezes, a primeira com Leonor Correia, e a segunda com Catarina Viegas, a qual em 1511 se achava viúva e com os seguintes filhos, Manuel e Maria, morando os três na sua quinta da Luz, em Tavira, como relata uma escritura de venda de certos bens, feita nesse ano, Catarina da Frânqua, primeira mulher de Manuel de Melo, um dos assassinados por Diogo Pessanha junto a Cacela, em 1531, Simoa da Frânqua, mulher de Pedro Banha.

Continuemos com os filhos de Lopo Afonso da Franqua e de sua mulher Mor Eanes:

c) Pedro Lopes, escudeiro, que as pautas de Tavira mencionam como exercendo no ano de 1454 o cargo de sesmeiro dela, era ainda sesmeiro no

ano de 1461, como se vê de uma Carta de sesmaria inserta no livro III do *Guadiana*, a fls. 375 v ,

d) Diogo Lopes, vereador de Tavira, em 1457, cavaleiro, casado com Isabel Godinho, e pais, ao que parece, de um Duarte Godinho da Frânqua, a quem sua tia Margarida faz uma doação;

e) Margarida Lourenço da Franca, parece ser aqui o seu lugar, pois consta de uma escritura do ano de 1510, que ela fêz uma doação a seu sobrinho Duarte Godinho da Franca, que acima menciono,

f) João Lopes, também parece ter aqui o seu lugar, casou com Inez Ichoa, de quem houve a João Ichoa.

Lançarote da Frânqua, filho primogénito de Lopo Afonso e de Mor Eanes, foi natural de Tavira, escudeiro do infante D Henrique, e com êle se achou na malograda acção de Tânger, em 1437, socorrendo-o com o cavalo quando os mouros iam trucidá-lo. Foi mais tarde alcaide-mor de Selir e comendador de S. Miguel do Outeiro. O infante nomeou-o almoxarife de Lagos, e ali casou com uma filha do alcaide-mor dessa vila, o grande Soeiro da Costa, como mais adiante se refere.

Em 1444, promoveu Lançarote uma expedição à Guiné, saindo de Lagos uma frota de seis caravelas, uma das quais era por êle comandada. Ao regressar nomeou-o o infante, cavaleiro (1).

---

(1) Barros, Década I, livro I, capítulo VIII.

Em 1445, saíram de Lagos 14 caravelas sob o comando de Lançarote, capitão-mor dessa armada, a qual tinha por fim ir às ilhas de Arguim, vingar a morte de Gonçalo de Sintra, que ali fôra trucidado pelos mouros. Uma das caravelas levava por comandante Soeiro da Costa, alcaide-mor de Lagos e sogro do capitão-mor, como diz Azurara, *Crón. de Guiné*, págs. 235. Castigados os mouros, Lançarote deu-se por demitido de chefe da armada, segundo o regimento do infante e dividiu-se ela em duas a primeira regressou a Lagos, sob o comando de Soeiro da Costa, a segunda seguiu para o sul, sob o comando de Lançarote, a explorar a costa, de onde depois regressou a Lagos.

O *Arquivo da Casa dos Francas*, dizendo-nos que o Lançarote que foi à Guiné e às ilhas de Arguim, é Lançarote da Franca, presta um grande serviço à história de Portugal, pois nem os cronistas, nem outros escritores antigos ou modernos mais citam do que o nome de Lançarote, ao falarem do capitão-mor do infante D Henrique. Numa obra cujo nome me escapa, chamam-lhe Lançarote Ferro. Vários confundem-no com um Lançarote de Freitas, que viveu mais tarde em Lagos.

No Cartório da Misericórdia de Tavira, diz o *Arquivo*, existe uma escritura pela qual Lançarote da Frânqua e sua mulher Isabel da Costa oneram as suas terras de Benomar, com a pensão de 20 medidas de azeite por ano, pagas à capela de Nossa Senhora a Frânqua, instituída na igreja de S. Tiago, por seu avô (bisavô?) Lopo Afonso da Frânqua.

É feita no ano de 1450, e acrescenta ao nome de Lançarote da Frânqua, o seguinte «capitão-mor do Infante Doom Anrique».

Seus ditos avós Lopo Afonso e Violante Valdez haviam instituído essa capela no ano 1433 da era de César, 1395 da de Cristo, onerando as suas terras da Gomeira e certos casais de Benomar, para missas e capelão, e obrigando como administradores, os chefes da sucessão da família, a usarem do apelido e armas de Frânqua sem confunsão nem mistura.

D. Afonso V, em 3 de Outubro de 1448, como se vê na Chancelaria dêste rei, doa-lhe as saboarias pretas de Tavira, de Castro Marim e de Martim Longo, para êle as ter como as haviam tido seu pai Lopo Afonso da Frânqua e seu avô Lançarote da Frânqua. Chama-lhe «capitão-mor do Infante Dom Anrique».

Não chegou a herdar a casa de seu pai, por morrer ainda em vida dele. Casou com Isabel da Costa, filha de Soeiro da Costa Alcaide-mor de Lagos, que esteve na Batalha de Azincourt e em muitas outras no estranjeiro, e que dizem haver sido um dos doze de Inglaterra, o qual foi também pai de Afonso Soeiro da Costa, que lhe sucedeu na alcaidaria-mor Os genealogistas dizem que estes Costas, de Lagos, são provàvelmente dos Costas de Tavira, que a tal apelido ajuntaram depois o de Côrte Real. Quere o *Arquivo* que dêste casamento fôsse filha terceira, Genebra, segunda mulher de Diogo Pessanha, o assassino dos dois Melos. O anacronismo parece-me evidente.

Casou depois com Leonor de Abreu, filha de Lopo Vaz de Castelo Branco, alcaide-mor de Moura, monteiro-mor de D. João I, almirante-mor em 1467, e de sua mulher Catarina Pessanha, filha de micer Antão Pessanha e de Mécia de Abreu, atrás mencionados.

Foi seu filho, porém não sei de que matrimónio, o seguinte, conforme diz o *Arquivo*, pois que Baena lhe dá outra filiação, que julgo errada

Diogo Lopes da Frânqua, 4.º administrador do morgado de Nossa Senhora a Frânqua, escudeiro dos reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I, fronteiro-mor em várias praças de África, para onde foi com sua prima D Isabel de Castro, mulher do governador D. Pedro de Menezes (que depois foi conde de Viana), quando esta foi juntar-se a seu marido levando em companhia Genebra Pessanha, que os Nobiliários dizem não se saber de quem era filha, mas que suponho ser irmã de João Lourenço Pessanha, já atrás mencionado. O *Arquivo*, quere que ela fôsse irmã de Diogo Pessanha, o assassino dos Melos, já viúva de Álvaro de Arca, o que julgo anacrónico, e acrescenta que era senhora mui formosa. Diogo Lopes casou com ela em Alcácer, no ano de 1459, sendo testemunhas do casamento os ditos governadores.

Diogo Lopes serviu em Ceuta, esteve na batalha de Touro com seu filho Lançarote, onde caíu trespassado de muitas feridas, que o deixaram depois manco e muito aleijado. Morreu em 1520, tendo mais de 90 anos, e, acrescenta o *Arquivo*, sendo

alcaide-mor de Tavira, cargo que por sua morte herdou seu genro Jorge da Cunha de Melo. Duvido que êles exercessem tal cargo, excepto se o foi interinamente.

Teve a comenda de S. Miguel do Outeiro, e nas suas casas, em Tavira, hospedou com grande luzimento, a el-rei D João II, de Junho a Novembro de 1489, como refere D. Flamínio, que também o diz alcaide-mor. Teve as saboarias pretas de Tavira, como seus maiores.

Do casamento referido, houve os seguintes filhos:

a) Lançarote, cujo artigo segue,

b) Joana ou Brites Pessanha, mulher de Jorge da Cunha de Melo, filho de Álvaro da Cunha de Melo, alcaide-mor de Tavira e fronteiro-mor do Algarve, de quem se tratou nos Melos Pombeiros,

c) Simoa da Franca, mulher de Estêvão Soares de Melo ou de Aragão, pais de António de Melo, a qual casou depois com Pedro Leitão, alcaide-mor do reino,

d) Inez da Franca, mulher de Lopo Rodrigues de Sárria, como se prova, diz Baena em título de Sárrias, *Famílias Nobres do Algarve*, parte II, pela composição que fizeram em casa de seu parente Lourenço Pessanha, sôbre os bens de Artur Pinheiro, segundo consta do livro II, título LXXIII, do Hospital de Tavira. Isto parece mostrar que não erro supondo do Genebra Pessanha, mãi desta Inez, seja irmã de João Lourenço Pessanha ou Sárria.

Lançarote da Frânqua, o terceiro dêste nome, escudeiro de el-rei D. Afonso V, diz o *Arquivo* que teve

sua criação no real paço dêste rei, onde foi guardado como reféns da paz a que no ano de 1460 o dito soberano chamara Pessanhas e Francas por um lado, e Melos por outro, e que dessa maneira acabara (temporàriamente, como vemos), a vélha rixa que existia entre estas famílias *e que tam bons servidores havia roubado ao reino.*

Estas últimas palavras mostram que bastantes membros das ditas famílias haviam já sido vítimas antes de 1460, da *vendetta* entre as citadas famílias.

Lançarote da Franca levava o guião de el-rei D. Afonso V na batalha de Touro, realizada em 1 de Março de 1476. O seu casamento estava concertado com Ana de Mendonça, donzela de honor, filha do aposentado-mor Nuno Furtado de Mendonça, mas tendo Lançarote acompanhado D. Afonso V a França, onde êste rei foi pedir a Luiz XI socorro contra Castela, o príncipe D. João tomou-se de amores com Ana de Mendonça, de quem depois teve ao Sr. D. Jorge, progenitor da Casa de Aveiro.

Na volta, Lançarote abandonou a Côrte, e procurou vingar-se da afronta entrando na conspiração urdida por seu primo Lopo Vaz de Castelo Branco e outros, contra el-rei D João II. Sendo surpreendido com os companheiros pelo dito rei, chegou a arrancar da adaga para matá-lo, mas os outros, receosos, levaram-no na fuga, sendo mais tarde mortos, e conseguindo Lançarote fugir para Castela.

Algum tempo depois, ainda em vida de D. João II,

passou Lançarote a Tânger, aí foi adail dos de cavalo, e batalhou com celebridade contra os mouros.

Foi comendador de S. Miguel do Outeiro, na Ordem de Cristo, e senhor da casa de seus maiores, a que juntou o morgado da Franqueira, em Tânger, o qual êle fundou. Foi morto numa briga contra os mouros, tendo perto de 70 anos.

Havia casado com sua prima Isabel Correia, a qual o salvara da vingança de el-rei D. João II, e era filha de Lourenço Correia de Azevedo, comendador de Alconchel, e de sua mulher Maria Álvares Lôbo. Tiveram·

a) Diogo Lopes, que se segue,

b) André, que em 1509, tendo 15 anos, foi servir em África, com quatro homens seus,

c) Rui, que vivia em 1538;

d) Simão, clérigo,

e) Simoa da Franca, que instituíu em S. Francisco de Tavira, a capela chamada de D. Simoa, ou de Jordana. Foi casada com Pedro Correia Pessanha, filho de Diogo Pessanha, o matador dos dois Melos Cacéveis, e dele houve os seguintes filhos. Álvaro Pessanha; Isabel da Franca, mulher de seu primo Simão Correia, filho de Aires Correia sargento-mor de Tânger, Antónia de Avranches, mulher de Vasco Anes Côrte Real, Ana, Isabel, Inez da Franca, sexta filha, casou com Joane Mendes Correia, de Lagos, e seu testamento se encontra no livro IV das Capelas da Coroa; dele houve a dita Inez da Franca, a Catarina Mendes Correia, segunda mulher de Pedro da Costa, alcaide-mor de Lagos.

Esta Simoa da Franca tem o seu testamento registado no livro IV das Capelas da Coroa, e declara-se irmã de Diogo Lopes, cujo filho Belchior fica administrador da capela que ela institue.

Diogo Lopes da Franca nasceu em Tavira, em 1492, sendo nesse ano baptizado na igreja de S. Tiago. A sua criação foi na praça de Tânger, junto de seus pais; exerceu o cargo de adail de Ceuta e depois de Tânger O *Arquivo* confunde-o com o avô, do mesmo nome, do qual diz que «havendo Diogo Pessanha morto Francisco e Manuel de Melo *em lide concertada nos arredores de Tavira*, Diogo Lopes da Franca, que nela se achou com seu *cunhado*, não sofreu pena, mas teve de homiziar-se em África».

Não podia ser o avô, pois que o assassinato foi em 1531, bem como a lide da Campina, e o dito avô morrera em 1520, com mais de 90 anos. Parece que o neto, Diogo Lopes, de quem aqui se trata, assistiu às mortes dos dois Melos, junto a Cacela, e teve de homiziar-se em África. Teria então 38 anos. O *Arquivo*, dizendo que êle ali esteve com seu *cunhado*, não quererá indicar que Diogo Pessanha teria na companhia também seu filho Pedro Correia Pessanha, cunhado dêste Diogo Lopes? Pode, porém, a expressão *cunhado*, do *Arquivo*, ser motivada por julgar, como diz, que Genebra Pessanha, mulher de Diogo Lopes, o avô, era irmã de Diogo Pessanha, ou porque tal expressão indicava nessa época parentesco de primos, como atrás ficou dito.

Diogo Lopes da Franca foi governador da praça de Tânger e, em 1553, cedeu êsse govêrno ao sar-

gento-mor Aires Correia, já aqui referido, o qual morreu ao cabo de cinco dias de governar a praça. Diogo Lopes governou novamente Tânger em 1562, e, pela terceira vez, em 1566. Morreu de 86 anos, na batalha de Alcácer-Quibir, deixando ali cativo um filho, outro morto, e assim um neto.

Foi senhor da casa de seus maiores, teve a comenda de S. Miguel do Outeiro e a de Nossa Senhora de Castelo Rodrigo, assim como houve as saboarias pretas de Tavira, Alcoutim e Martim Longo.

Havia casado duas vezes em Tânger, a primeira com Inez Barradas, e a segunda com Joana Dias de Aguiar Houve basta geração, mas que não interessa esta memória, pode ver-se a dita geração nas *Famílias Nobres do Algarve,* do visconde de Sanches de Baena, parte II.

A descendência de Diogo Lopes notabilizou-se nas feras lutas contra os mouros de Tânger O temperamento violento e cruel dos Francas, útil ao país quando se exercia contra o inimigo, tornava-se intolerável quando exercido contra os seus compatriotas. Êste Diogo Lopes houvera como filho primogénito, outro Lançarote, que ficou cativo em Alcácer-Quibir, e que foi pai de André Dias da Franca, capitão em Tânger, e mais tarde governador de Pernambuco. André Dias foi pai de catorze filhos; o mais vélho dêstes, também Lançarote, nascido em 1585, matou em Lisboa, na rua da Padaria, um criado de seu pai, que o afrontara, segundo consta. Assim o narra Baena.

Um irmão dêste Lançarote, Diogo Lopes, diz dele Baena o seguinte: «Serviu valorosamente em Tânger, ocupando ali os postos mais elevados na cavalaria. Teve o hábito de Cristo, e era mui valente e poderoso, mas de ânimo cruel e assaz desconfiado. Em certo dia, vindo do campo de Tânger encontrou na praça o filho do conde de Linhares, D. Miguel de Noronha, então capitão-mor e governador de Tânger, e como o dito filho dêsse conde não lhe tirasse o barrete em forma, espancou-o. O rapaz foi queixar-se ao pai, chorando muito, o que deu em resultado mandar o conde vingar a afronta por seus criados, mas Diogo Lopes e seus irmãos saíram ao seu encontro, e acutilaram os tais criados, pelo que o conde com uma companhia da guarda saíu a prendê-los, e presos os remeteu para Lisboa, declarando não querer ser-lhes parte; mas ainda assim foram recolhidos à cadeia do Limoeiro e sentenciados à morte. No entanto, o rei, atendendo aos importantes serviços deles e de seus antepassados, estava prestes a perdoar-lhes, quando por acaso passa por ali Paulo Vélho da Fonseca, que era muito parecido com o conde de Linhares, e Diogo Lopes, supondo que era aquêle o próprio conde, desfechou-lhe, por entre as grades, um tiro de bacamarte que imediatamente o matou. Dias depois, ouvindo rir um companheiro da prisão, desconfiou que mofava dele e matou-o. À vista de tam criminosos desvarios, o vice-rei D. Diogo de Castro mandou que o levassem para o terreiro do Limoeiro, e aí foi degolado. Isto aconteceu no ano de 1634.»

Ignorou Sanches de Baena mais uma *proeza* de Diogo Lopes — Em Tânger matara êle de uma lançada um cavaleiro português, Gaspar de Arouca Pita, só por julgar que um dito dêste lhe era dirigido e o menoscabava.

Adiante bordarei algumas considerações sôbre esta tara de crueldade nos Pessanhas e nos Francas.

Em 1605, uma Guiomar Pessanha, de Tavira, casada com António de Melo, de quem já era viúva nessa data, fêz o seu testamento, o qual está registado no livro IV da Capela da Coroa, existente na Tôrre do Tombo.

É, segundo se me afigura, a Guiomar Falcão ou Pessanha, citada a págs. 55 como mulher de António de Melo Barreto, filho de Francisco de Melo, o assassinado por Diogo Pessanha, o qual António de Melo teve sepultura na sua capela do Rosário, em Santa Maria Maior, de Tavira.

Nesse testamento declara ela, que desejaria ser enterrada com seu marido, mas como para isso seria necessária licença do administrador da capela onde êle jaz, e não sabe quem o será ao tempo da sua morte, e se se oporá a tal desejo, por isso não o determina. Diz em seguida «Sendo caso que não queiram, e ponham nisso contradição, por qualquer via que seja, mando que não haja sôbre isso nenhuma diferença nem debates, que eu não quero que meu testamenteiro (sua sobrinha Catarina Falcão, indicado no testamento), nem nenhum parente

meu, tenha paixão nem desgôsto por cousa tam pouca como é terra. Se não tiverem disso muito gôsto, no céu o verei, confio em Deus que seja. E não parecendo bem esta vontade, como dito tenho então, me enterrarão em S. Francisco, com meu pai e minha mãi, na capela de Santa Bárbara, debaixo dos degraus, onde o sacerdote põe os pés quando diz missa, que é aí o meu jazigo.»

Vê-se passar neste testamento a asa negra do vélho ódio entre os Melos e os Pessanhas, ameaçando hostilizar êsse terno desejo da espôsa que anseia por dormir o derradeiro sono junto do companheiro querido da sua vida, êle um Melo, ela uma Pessanha. A pobre senhora receia que lhe recusem repousar no carneiro da família inimiga, e então pede antecipadamente que não haja desgostos nem diferenças por cousa tam pouca como é terra, e que no céu será reünida àquele que na vida foi o seu companheiro amado.

E creio que junto do espôso, na capela do Rosário, da igreja de Santa Maria, não teve guarida, pois que havendo deixado missas no lugar onde repousasse, foram elas rezadas no convento de S. Francisco, jazigo de seus pais. Isso se lê em seguida ao testamento.

XII

Ficaram expostas, nalgumas páginas atrás, as causas que iam provocar uma nova violência dos Pessanhas para com os Melos, e da qual seriam vítimas Francisco e Manuel de Melo.

Diogo Pessanha resolveu matar o provável causador da sua deshonra. Ignoraria êle qual dos dois irmãos era o autor dela, pois que a ambos matou? Tudo isto é obscuro, e, repito, é com escrúpulo que faço considerações sôbre tal assunto.

Segundo as regras da boa Cavalaria, um duelo leal impunha-se, entre homens da categoria dos contendores. Diogo Pessanha optou pela morte à traição. Renunciando ao punhal genovês, que o forçava a aproximar-se muito das vítimas, preferiu a comprida lança, de maior alcance e menor risco para matar homens desarmados.

Como foi urdido o trama? Pouco se sabe a êsse respeito, mas as memórias dizem que, andando Francisco de Melo, comendador de Cazével, e seu irmão Manuel de Melo, à *caça do açôr* junto a Cacela, duas léguas distante de Tavira, lhes saíu à traição, Diogo Pessanha, é de crer que bem acompanhado, e os matou às lançadas.

Deveriam as memórias dizer antes, «à caça com açôres», (isto é, falcões, caçada reservada aos fidalgos, e em que não se levava armas, pois que era o falcão que caçava e trazia a prêsa.

Antes de bordar considerações sôbre o assassinato referido, publicarei aqui os curiosíssimos versos feitos nessa ocasião, por um António Dias, de Castro Marim, e alusivos ao facto. Foram êles recolhidos num dos códices do mosteiro de Alcobaça, intitulado *Colecção de cartas e papéis curiosos,* e que existe nos Manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa, Colecção de Alcobaça, 475, Fundo antigo, 297 moderno, a págs. 206 v ; intitula-se a dita poesia «Trovas feitas à morte de Francisco e Manuel de Mello, irmãos, os quaes matou à traição Diogo Pessanha, que depois por isso foi preso na cova do castello de Lisboa, onde morreu»

Meu animo posto em gran confusão,
E os meus sentidos em muita fadiga,
Não acho, nem posso, nem sei como diga
A causa que afflige ho meu coração,
Nem posso pensar
Que causa é esta que o faz perturbar,
E ho traga posto em tanta tristeza,
No caso tão grande de tanta extranheza,
Per via, nem modo o ouso perguntar

Porque não tão sómente
Eu vejo a elle, mas toda a gente
Quanta eu vejo por esta cidade,
Sendo mettida em tal novidade
Quanta se nunca cuidou no presente.

E homes honrados
Vejo que andam escandalisados;
Vejo hua tristeza em grandes Senhores,
Homes e mulheres mui cheios de dores,
Assim que a todos vejo mui espantados.

Em tanta feição
Os vejo mettidos em admiração,
E vejo sentir este mal lastimoso,
Depois da entrada do mez de janeiro,
Mez de tristeza e de muita paixão,
Em mez e assentos
Da éra de Christo de mil e quinhentos
E trinta e um de sua nação,
Começo do anno e fim de paixão
Dos tristes dous Mellos e seus tormentos.

E dos attribulados
Manuel e Francisco de Mello chamados,
Que aos vinte e cinco dias do mez de janeiro
Receberam morte, fim e martirio,
E mui cruelmente foram lastimados.
Ó mez sem ventura,
Dia e mez de tribulação,
Mez mais amargo que toda a amargura.

Triste mez éra,
Mez que chamado nunca se devera,
Mez por quem Job em pranto decrara
Mensis miserie et val de amara
Pois n'elle acaeceo uma cousa tão féra.
Começo de anno,
Um cabo final de tão grande damno,
Um novo desprezo da cavallaria,
Nova destruição de gran fidalguia,
Hua nova crueza de home humano.

E gran turvação
Foi ver em tal dia tão gran destruição
Da casa e progenie dos pobres dous Mellos
Que diminuidos mais do que os farellos,
Vimos em um dia tam gran géração.
Ó mez de crueza,
Mez ajuntado a toda a tristeza
Triste e muy triste e sem alegria,
Triste tu hora e triste teu dia,
No qual se perdeo toda a gentileza.

Em ti são perdidos
Dous nobres irmãos muy esclarecidos,
Com elles acabam as cousas famosas,
As pompas os faustos, cousas gloriosas,
Seus grandes estados são já confundidos,
Perdidos prazeres,
Perdidos os modos de todos tangeres,
Perdidos os filhos, perdidas mulheres.

Ó grande valia,
Ó perda tão grande de toda a alegria,
De bens, de riquezas, estados, conselhos.
Ó perda tão grande de uns dous espelhos,
Em que esta cidade sómente se via.
Perdidos os cantos,
Perdidos os ricos lavores de mantos,
Perdidos os pannos de ouro brostados,
Aqui são de finos mui negros tornados,
Aqui se accrescentam os miseros prantos,

Os prantos dobrados
De filhos, mulheres, escravos, criados,
Que choram as mortes dos tristes senhores.
E assim como guados que estão sem pastores,
Os vedes andar por hi espalhados.

Um chora, senhor,
Outro diz, ai pai, minha dôr,
Aqui se verão os prantos sentidos,
Os grandes clamores a Deus convertidos,
Pedindo justiça com grande fervor.

Vereis os gemidos
Dos tristes criados que se veem perdidos.
Não tendo officio, não podem haver
Maneira nenhũa para seu viver,
Assim que estes dobram seus males sentidos,
Este é o que chora
O dia e ponto, momento e hora;
A este, coitado, se achega a tristeza;
Em este se encerra toda a amargura;
Em este mil contos de lagrimas mora.

Ó caça mortal,
Caça inventada para tanto mal,
Pois que cuidando caçar, hos coitados,
Por caso tão forte ficaram caçados
Por onde se fez esta caça real.
Ó alta sentença,
Ó grandes exemplos em nossa presença,
Ó grandes castigos tomados d'aqui.
Portanto cada um attente por si,
E faça emenda sem outra detença.

Quem vio hos estados
D'aquestes fidalgos, homes tão fundados
Em bens e riquezas e pompas do mundo,
Quem vio suas casas, seu poder profundo,
D'escravos, criados, amigos chegados,
Quem vio seu poder,
Quem vio seus arreos, tão dignos de ver,
Sua fama tão grande chegada aos ceus,

Quem foi que os vio em dous faquinéos (1)
Com mui grandes prantos á villa trazer,

Ó misera morte,
Ó cousa acaecida (2) por caso tão forte,
Ó homicida, porque te enganaste,
Que n'isso louvor nenhum não ganhaste,
Nem menos fizeste n'isto boa sorte,
Mas foi cobardia
E foi um desprezo da cavallaria,
Foi bofetada que a todos lhe deste,
Pois que á falsa fé os cometteste,
E logo os mataste sem mais cortezia.

Ó cousa de dôr,
Deveras tentar que diz o Senhor
Perdoa se queres que eu te perdoe
E soffre se queres que te galardoe
Pois o soffri só por teu amor.
Ó grande crueza,
Ó caso mais triste, que toda a tristeza,
Pois não lhe abastou uma morte tão crua,
Ainda nos tristes fazeres gazua
Como cousa fóra de naturaleza.

Abasta matar,
Abasta tão gran traição ordenar
E não estiveras n'elles picaçando
E como cruel assim espedaçando
E fazendo cousa para não se fallar.
Ó gran crueldade,

---

(1) cavalicoques.
(2) acontecida.

Ó home tão féro e sem piedade
Olharas tu hora, triste peccador
Ó alta sentença, justiça maior
Que te há-de ser dada por tua maldade.

Ó home, coitado,
Porque te enganou esse teu peccado?
Por quantas maneiras te abominaste!
Ó triste, coitado, porque não olhaste
Ho fim lastimoso que estava ordenado
Pros malfeitores.
Deveras tentar nas cousas e dores
Que has-de passar por justiça direita,
Olha que não presta amigo, nem peita,
Nem ouro, nem prata, nem grandes senhores.

Se queres dizer
Que Deus nem ho mundo ho pode saber,
Por certo tu andas fóra de rasão,
Por quanto saberás que diz São João
Que cousa nenhuma se pode esconder.
Teus passos errados
Eu rogo a Deus com todos cuidados
E peço e rogo á virgem Maria
Que Deus te demostre maneira ou via,
E faças emenda dos grandes peccados.

E assim por razão
A todos nós outros, nós de contricção,
Per onde perdoe Deus nossos peccados,
E depois sejamos todos collocados
Com estes dous homes tão martyrisados
Na glória perpétua sem fim e detença.

Fim.

Portanto leitores,
Notai esta obra de tantos primores,
Senti esta morte e misera fim
Porque Antonio Dias de CrastoMarim
Foi o que fez estes ricos lavores;
De sua memória
Tirou esta obra tão digna de gloria.
Portanto perdoem-me vossas mercês,
Se em algum cabo se achar descortez
De vós se emende tão dobre victoria.

Todos os que conhecem de perto o Algarve, sabem como nesse país de imaginação romanesca, aparecem aqui e além, a todo o momento, uns versejadores e uns prosadores, do quilate de António Dias, de Castro Marim. Não riamos dêsses artífices das letras. São talentos em embrião, a que a falta de cultura, ou um desequilíbrio mental, impediram a eclosão perfeita. António Dias, versejando tam burlescamente, não veio porventura prestar um serviço à posteridade, ao narrar-nos nos seus versos salpicados duma pitada de latim, minuciosidades preciosas sôbre o assassinato dos dois Melos Cacéveis? Saüdemos pois, António Dias, de Castro Marim.

Estes versos mostram quão grandes eram o poderio e a riqueza, dos dois Melos, e a mágoa causada em Tavira, pelo assassinato «dêsses dois espelhos em que a cidade sòmente se via». Não nos diz o autor qual a causa do crime, mas da sua gravidade fala o verso seguinte «Ó cousa acaecida por caso tão forte». Também nos diz que as regras

da boa cavalaria foram desprezadas, e que à falsa fé Diogo Pessanha acometera os dois Melos e logo os assassinara, e que longamente cevara o seu ódio espicaçando-os com a lança, revolvendo-a nas largas feridas, que é o modo como parece traduzir-se o verso «Ainda nos tristes fazeres gazua».

Aquêles outros versos. «Abasta matar, Abasta tão gran traição ordenar», mostram que Diogo Pessanha teve cúmplices, pois que a alguém ordenou traição. Consistiria a traição, em afastar os falcoeiros e mais serviçais? Seria atrair as vítimas a sítio determinado, onde fôssem atacadas por muitos, subjugadas e postas em estado de receber sem defesa possível os golpes do assassino?

O certo é ter Diogo Pessanha urdido traição, para assim melhor praticar a vingança que meditava.

E será grande arrôjo de imaginação julgar que aquêles versos: «E como cruel assim espedaçando, e fazendo cousa para não se fallar», indiquem que a lança ou talvez o punhal, retalhava de preferência os órgãos genitais dos dois irmãos, fazendo-lhes assim uma operação que António Dias não ousava nomear?

E depois, atados sôbre dois cavalicoques, os restos dos dois nobres senhores entravam na *villa*, entre os prantos dos que inda na véspera os tomavam como «espelhos em que sòmente se viam». Esta palavra vila, quererá referir-se à vila de Cacela, junto da qual os dois Melos foram mortos, e na igreja da qual seriam provisòriamente deposita-

dos, ou referir-se-á Vila-Dentro, de Tavira, isto é, à parte fortificada, na qual existia a igreja de Santa Maria Maior, onde tinham jazigo seu na capela do Rosário, e onde parece que também era o seu solar?

Esse inesperado cortejo fúnebre trazia o luto não só a uma família mas a uma cidade. Os olhos vertiam lágrimas, os lábios gemiam doridos queixumes, ao coração acudiam sentimentos de piedade e de revolta, mas no meio de reboliço e alvorôto causado por tam nefando crime, os brados de justiça e de vingança ouviam-se surdamente rugir na bôca do povo, pois que o povo logo viu que o crime devia partir dos Pessanhas, vélhos inimigos dos Melos.

Altas influências iam contudo mover-se para tolher a acção da justiça, que durante vinte anos deixará impune o matador, se bem que condenado. O almirante-mor, os Côrte Reais e outros poderosos parentes de Diogo Pessanha, são provàvelmente os que levam D. João III a enviar a êste um rescrito real que lhe dá a impunidade, como por outro rescrito a dera a Vasco Anes Côrte Real, assassino de Rui de Melo da Cunha. Isso se lê na primeira carta do Marafuz a el-rei, adiante transcrita.

Outros eram porém os desígnios de Deus, e justiça seria feita.

Volvamos entretanto aos Melos. O golpe sofrido com o assassinato de mais estes dois varões, levou a família ao máximo da irritação. Eram mortos os chefes dos dois ramos de Melos tavirenses, preciso se tornava desagravar tam grande ofensa, e o desa-

gravo teria de ser feito pelo sangue, lei que os homens de todos os tempos tomaram para em último extremo, derimirem suas pendências. Mas se êsse desagravo era imposto pela honra, era-o também pelo instinto de conservação, o ferro havia de opôr-se ao ferro, ou os Melos seriam exterminados pela família rival. *Vendetta* em que uma das facções mata, sem que a outra se defenda e ataque também, cessou de se ser *vendetta*, pois que esta expressão indica mútuas vinganças que se continuam através das gerações. Iam longe já, os tempos em que os Melos haviam queimado a Miralda, dos Francas, para se desagravarem do rapto de duas donas de sua família.

Porém, ou porque aos Melos repugnasse retribuir a traição e o assassinato, por meios semelhantes, ou porque respeitassem a vontade de seus soberanos, que usavam dos meios necessários para acabar com a *vendetta* entre estas famílias rivais, o facto é que os Melos vão usar das leis da cavalaria para desagravar-se. À traição, à embuscada, ao punhal que fere na sombra, à lança que atravessa homens desarmados, à bala que parte de arma e de atirador escondidos, os nobres Melos vão opôr o combate leal, o duelo em massa, entre as facções inimigas. Se a sorte das armas fôr adversa aos Melos, ao menos o seu nome não ficará infamado com o labéu de traição e cobardia, como nesse momento o está o dos Pessanhas e o dos Côrte Reais, e quiçá o dos Francas, algarvios.

Eram poucos os vingadores, muitos os do bando

adversário. De Francisco de Melo, Cacével, ficava um filho, cuja idade não lhe permitia ainda empunhar a lança e a espada. De Manuel de Melo, ficava uma filha. Os filhos de Rui de Melo da Cunha, assassinado por Vasco Anes, militavam na Índia, tendo abandonado o Algarve após a morte impune de seu pai, estando portanto longe de mais para acudirem a tempo ao brado de desagravo de seus parentes.

Não estava porém extinta a varonia dos Melos em Tavira, e outros Melos, espalhados, pelo país, viriam de certo terçar o ferro pela honra do nome e do brasão.

Dos Melos da Cunha, alguns também restavam em Tavira

Dos dois Cacéveis assassinados, havia um irmão, João de Melo, e um tio, Rui de Melo Pereira, que tinha filhos, outro tio, Pedro de Melo, o Corvo, que também havia filhos, outro tio, Fernão de Melo, capitão da Ilha de S. Tomé, que também havia filhos, e ainda dois outros tios sôbre cujos nomes há discordâncias entre os genealogistas.

Os Melos Ficalhos, de Serpa, eram numerosos, um deles, Diogo, mestre-sala da imperatriz, mulher de Carlos V, irmã de D. João III, de Portugal, casara com sua prima Lucrécia, filha do Cacével, tia portanto dos assassinados.

Os que habitavam Melo, seu solar na Beira, também tinham varões combatentes, e era nêles que estava o chefe de todos os Melos portugueses.

Outros Melos viviam derramados aqui e além,

sobretudo no Alentejo onde tinham poderosas casas, como os de Olivença e Ferreira, depois duques do Cadaval.

Os Melos da casa S. Lourenço eram próximos parentes dos Cacéveis, por procederem, como o primeiro conde de Olivença, de primos co-irmãos de João de Melo, o Cacével.

Outros parentes, de apelido diferente, e alguns amigos fiéis, viriam também terçar armas, certamente, em favor dos Melos.

Então os Melos enviam um desafio aos Pessanhas, para em campo raso, à lança e à espada, sustentarem suas causas, podendo os de cada facção fazer-se acompanhar de seus parentes e amigos; em suma, um combate geral entre todos os parentes e parciais dos Melos e todos os parentes e parciais dos Pessanhas, claro é que fidalgos, pois que num tal repto, a criadagem e mais gente da plebe não podia ser admitida.

Enviado o cartel, conforme a usança do tempo, todos os interessados se aprestam para o combate. De Lagos a Castro Marim, a Serpa, a outras localidades alentejanas, a todo Portugal, cavaleiros armados em guerra dirijem-se a Tavira, onde vão terçar as armas, uns pelos Melos, outros pelos Pessanhas. Os combatentes do norte virão embarcados, alguns também por terra.

O campo escolhido para o combate foi a Campina, meia légua distante de Tavira, espécie de grande estepa coberta de mato rasteiro e fino. O seu terreno de areia grossa muito estéril, mis-

turada com pequenos calhaus, inda não fôra sujeito aos modernos processos de cultura que, trazendo à superfície o subsolo fecundo, a tornam campo fértil.

Nessa grande planície, com todo o aspecto de vélho mar sêco, acharam os combatentes o terreno próprio para manobrarem com segurança os seus ginetes de combate.

A Campina está situada na freguesia da Luz, a que chamam Luz de Tavira, para assim a distinguirem da Luz de Lagos. Na época em que se deu o combate, 1531, diz Damião de Lemos no volume IV da *História de Política Moral e Civil*, que moravam nessa freguesia mais de cinqüenta fidalgos.

Tem a Luz bela igreja, de rica e antiga arquitectura, com três naves, a abóbada, aranhas e arco da capela-mor, são de pedra lavrada. Seria ali o primeiro lugar sagrado onde estacionariam os que caíssem no combate, e para alguns deles definitiva sepultura.

Na Campina não ecoariam os choros das espôsas, das mãis, das filhas e das irmãs dos combatentes. Ali iam encontrar-se de ferro em punho e ódio no coração, famílias que eram uma só família, pois que tôdas, pelo menos as tavirenses, eram mais ou menos parentas. Num ou noutro campo, o sangue que derramassem era um sangue irmão.

Pois não eram Pombeiros os Pessanhas de Tavira, pela primeira condessa de Avranches, como os Melos da Cunha o eram por varonia, portanto Cunhas todos êles? Não eram os irmãos de Rui de Melo da Cunha, o assassinado, os do segundo ma-

trimónio, Côrte Reais por sua avó Mécia da Costa, e Pessanhas os do primeiro matrimónio, por sua mãi Beatriz Pessanha? Não estava o alcaide-mor de Tavira, Vasco Anes Côrte Real, casado com uma Melo, de Serpa? O outro Vasco Anes, assassino de Rui, não era Cunha Pombeiro, por sua mãi ser Pessanha? E os Francas não estavam também tam ligados com todos estes por laços idênticos?

E êsses Carvalhais, Pereiras de Berredo, Mendonças Arrais, Ichoas, Viegas, Monizes, Balieiros, Sárrias, Barretos, Noronhas, Siqueiras, Britos, Pimentéis, Góis, Aragões, Mascarenhas, Figueiredos, Ataídes, Pinheiros, e outras nobres famílias algarvias que devem ter-se feito representar na lide da Campina, não estavam tôdas mais ou menos aparentadas? É ler as pautas dos vereadores de Tavira, no tômo IV da obra citada de Damião de Lemos.

Em qual dos dois campos se acharam tantos mancebos e vélhos, cujos nomes a história algarvia da época, e muitas vezes a história pátria, mencionam enaltecendo-lhes os feitos? Pior do que tôdas as guerras civis foi êste combate, porque se circunscrevia a uma pequena região, onde todos os combatentes tinham entre si laços de sangue. Muitos dêsses homens, que ainda dias antes se apertavam as mãos, encontrar-se-iam nessa manhã desditosa, cruzando ferros que se chocariam nas pesadas armaduras, fendendo-as, retalhando carnes, ceifando vidas.

Pode imaginar-se apròximadamente a cena, pois o cenário já o conhecemos: a triste nudez de um

campo estéril, de uma païsagem morta, sem a alegria de uma árvore, de uma flor. Vem rompendo o sol, pela Campina galopam grupos de cavaleiros de ricas armaduras, são os bandos dos combatentes que chegam. É numerosa a facção Pessanha, só êles, os Francas e os Côrte Reais, fariam pender para o seu lado as probabilidades do êxito, mas a numerosa parentela e os amigos ainda lhes vem engrossar fortemente a longa coluna, porque foi de todos os tempos, que a injustiça e o crime encontrassem mais defensores do que a justiça e a razão.

A' facção dos Melos faltam três dos mais valiosos representantes, caídos sob o ferro assassino. Faltam-lhe também os que desde algum tempo se expatriaram a militar longe de Portugal. À frente de cada um dos ramos em que a família dos antigos Merlos se dividiu, vem o chefe que o representa. Dos Cacéveis, João de Melo, irmão dos assassinados, tem aos lados, seus dois tios, Pedro o Corvo, Rui o futuro Marafuz. Dos de S. Tomé, Fernão, capitão general daquela ilha. Dos do almirante, Aires de Melo da Cunha, irmão de Rui, o assassinado. Dos de Serpa, o vélho alcaide-mor Henrique de Melo, primo terceiro dos mortos de Cacela. Seguem-se os de Melo, beirões, os S. Lourenço, os Olivenças e outros. São esforçados cavaleiros, vigorosos, experimentados, vivas ameaças de morte, inspirando os vélhos não menos receio do que os filhos moços e ardidos em desejo de vingar as afrontas recebidas. Nas suas couraças pulidas e nos xairéis de seus vigorosos cavalos, desenham-se os alvos besantes dos Melos,

entre a cruz doble, encimados pela águia negra de asas abertas.

Atrás dos Melos, segue outra parentela por aliança, e amigos seus.

Vai formando em batalha a facção Pessanha. A' frente da família dêstes, vem o almirante-mor Lopo Vaz de Azevedo, tendo a seu lado Duarte Pessanha, o primogénito de Diogo, que anda fugido às justiças de Tavira. que o condenaram ou vão condenar. Seguem-se todos os Pessanhas tavirenses, nervosos, felinos, astutos, de fraca estatura. Os Pessanhas parece que mais se haviam até então celebrizado como nautas, do que como cavaleiros, conforme se deduz da genealogia deles, que atrás vai feita. Seria a consciência da sua inferioridade física, o que provàvelmente levou Diogo Pessanha a atacar à traição os dois robustos Melos, raça tam forte, que vimos como um seu tio, João de Melo, venceu em Castela e em França os mais rijos e dextros campeões, nas justas em que entrou, pelo que foi muito festejado. E se realmente Catarina, a Santa, era filha de um dos Cacéveis, a sua robustez, mencionada por Frei João do Santíssimo Sacramento, que a diz «muito robusta e de grandes fôrças corporais», poderia fazer supor que tais fôrças lhe viessem de seu suposto pai, um dos Melos Cacéveis.

Seguem-se os Francas, bravos guerreiros, mas cruéis e violentos. Trazem à sua frente, Lançarote, chefe da família.

Surge atrás a forte linha dos Côrte Reais, pos-

santes e esforçados cavaleiros como seus ascendentes o gigantesco Vasco Anes e seu irmão Gil Vaz, que ambos foram da Ala dos Namorados e dos Doze de Inglaterra. Dirije a numerosa família, o alcaide-mor de Tavira, Vasco Anes Côrte Real, senhor da Ilha Terceira, aquêle que em Tânger derrubou e aprisionou o célebre mouro Ali Barraxe, considerado invencível até então.

Após estas facções vem uma grossa massa de parentes e de amigos, ou movidos por paixão, ou porque considerem como dever terçar o ferro em prol da causa por que Pessanhas, Francas e Côrte Reais combatem.

São rijas as lanças e as espadas. Nas veias dos Pessanhas tavirenses, mau grado os seus instintos e tam vis, corre de muito perto o nobre sangue do cavalheiresco D. Álvaro Vaz de Almada, herói de Alfarrobeira. Se no seio albergam a cobardia e a traição, não lhes fraquejará o braço nervoso na dura peleja de que vai ser testemunha a ampla planície da Campina. Netos de Cunhas e de Almadas, hão-de dar golpes rijos e fazer rosto aos adversários.

Nas veias dos Francas, corre um sangue valente, e parece que mais do que isso, um sangue quiçá epiléptico e semi-louco, como o mostrarão os actos selvagens, tam fora do normal, do futuro Diogo Lopes, de Tânger, executado por sentença, no Limoeiro, de Lisboa. Bater-se-ão bem, como bem se baterão depois em Tânger, fazendo prodígios de valor, morrendo quási todos no seio das batalhas com a mourama.

Das viseiras que vão baixar-se, faíscam olhares de ódio e de vingança, os lábios murmuram surdas ameaças de morte.

Qual seria a tática usada neste combate? É de supor que as duas facções adversas arremetessem uma contra a outra, a um sinal dado. O choque devia ser terrível. Ennovelados os adversários num corpo-a-corpo, em que certamente cada combatente da parte dos Melos tinha contra si mais de um adversário, e em que o bando maior esmagou o menor, a facção Pessanha, depois de rija peleja, entoou a vitória. Os Melos jaziam aniquilados, uns mortos, outros bastante feridos para não poderem continuar a luta.

Altos juízos de Deus!

Deve ter sido grande a mortandade nos Melos e seus parciais. Que se bateram bem, não só é de supô-lo, porque foram êles que promoveram a lide, num desfôrço de honra, mas atestam-no as escassas memórias que a nós chegaram. As pautas para vereadores de Tavira relatam o facto da seguinte forma «1531 Foram mortos os Melos na Campina. O caso principiou em desavenças particulares entre a família dos Melos e a dos Pessanhas, e crescendo a discórdia com motivos novos, se desafiaram estes fidalgos para a Campina de Tavira, acompanhados uns e outros dos seus parentes e amigos: e depois de um rude combate, morreram valorosamente alguns dos Melos.»

Consultando as ditas pautas, transcritas por Damião de Lemos, nota-se que depois do ano de 1531, em que se realizou o combate, raros Melos figuram na vereação. Em 1534, aparece como vereador, Martim da Cunha, que deve ser o filho de Aires de Melo, irmão inteiro de Rui de Melo da Cunha, o assassinado por Vasco Anes. Em 1540, é vereador Jorge da Cunha de Melo, irmão paterno do dito Rui. Em 1542, Duarte de Melo da Cunha,

irmão inteiro dêste Jorge. Em 1557, João de Melo Pereira, um dos filhos do Marafuz. Em 1561, Aires da Cunha, filho de Martim, acima mencionado.

De mais nenhum Melo fazem as ditas pautas menção.

Algumas horas depois do combate, repousavam os combatentes nos seus jazigos, indo os do ramo de Cazével, para a capela de Nossa Senhora do Rosário, em Santa Maria Maior, de Tavira, onde tiveram derradeiro lugar ao lado dos dois assassinados de Cacela. Sabe-se que nesses combates de então, o vencedor tinha direito de matar o adversário a quem ferira.

E bem se poderia dizer como o vencido de Pavia: «*Tout perdu hors l'honneur*».

Mas um Cacével saía com vida, da trágica peleja, o qual iria vingar tantas afrontas e mortes na sua família, vingança mais cruel do que seria a obtida na Campina, se os Melos houvessem triunfado, vingança que levaria vinte anos a ultimar, e que, se não arremessou Diogo Pessanha ao patíbulo a que fôra condenado pelas justiças de Tavira, conseguiu, contudo, destituí-lo da sua nobreza, reduzi-lo à classe de vilão e, depois de lhe haver desterrado os filhos e parentes até ao quarto grau, fazê-lo ir morrer cheio de ignomínia, de miséria e de pesares, na cova do castelo de Lisboa, sepultado ainda em vida numa masmorra infecta e insalubre, onde não chegava a luz, nem um minúsculo aspecto da vida.

Miserável morte para um neto dos faustuosos almirantes Pessanhas!

Êsse vingador chamava-se Rui de Melo Pereira, era tio paterno dos dois assassinados de Cacela, e pela energia e tenacidade como urdiu a sua justa vingança, viria a conquistar o cognome de Marafuz, ou Marafado. É com o primeiro cognome, que é conhecido nos Nobiliários.

Três cartas do Marafuz, dirigidas a el-rei D. João III, e arquivadas na Tôrre do Tombo, descrevem-nos os lances dessa perseguição, que, sem dúvida, foi a causa da alcunha de Rui de Melo Pereira, por parte dos Pessanhas.

Das ditas três cartas, de que transcrevo duas, a primeira existe no Corpo Cronológico, parte 1, Maço 58, Doc. 52. Diz o sobrescrito «A El-Rei Nosso Senhor». E em seguida

«Senhor

«Depois que Diogo Pessanha matou Francisco de Melo e Manuel de Melo, eu nunca estive três meses acabados em Tavila, por Vossa Alteza muitas vezes se de mim servir, e assim por algumas demandas que por meus pecados me sobrevieram, e agora há dois meses que estou nesta cidade de Lisboa, de onde tenho sabido claramente que Diogo Pessanha, sem temor de Deus e pouco acatamento de suas justiças, pùblicamente está em Moncarapacho, sem as justiças de Vossa Alteza a isso acudirem, sendo disso sabedoras e tendo tantas provisões e poderes de Vossa Alteza para êste caso, e creio que já não fica por fazer que vir Diogo Pessanha na metade do dia passear na praça de Tavira, e tudo por fraqueza e pouco cuidado que suas justiças disso têm,

que todo seu cuidado não há senão competências uns com os outros, e não olharem pelos malfeitores, que bem sei eu que se em Tavira estivera por juiz ou corregedor Bastião Álvares, que está no desembargo, que êle não andara na terra, e também, Senhor, tenho sabido que tem mandado um rescrito, que o amostre a Vossa Alteza para que haja por bem que por êle se livre; lembro a Vossa Alteza que por outro rescrito se livrou Vasco Anes Côrte Real, sobrinho de Diogo Pessanha, na morte de Rui de Melo da Cunha, sendo pelas ordens degredado para S. Tomé, para sempre, sem remissão, e pelos *apticos* (1) (sic) totalmente livre, e as partes ordenadas nas custas, e os filhos de Rui de Melo deixaram a terra, e êle está em Tavira, e se dele se fizera justiça, seu tio Diogo Pessanha não matara a Francisco de Melo e a Manuel de Melo. Beijarei as mãos de Vossa Alteza, lembrar-lhe que Diogo Pessanha matou meus sobrinhos, e que Vossa Alteza o tem muito bem visto com os do seu desembargo, pelos autos e inquirições que nisso se fizeram, por onde foi condenado à morte, e respeito às mortes dêstes homens e modos delas e viver de Diogo Pessanha, e lembrar-lhe quantos serviços dêstes e de mim tem recebido, e não haver por seu serviço que tal rescrito se lhe guarde, porque guardando-se-lhe um e outro, fará mui pouco serviço de Deus

(1) Apelações.

e menor de Vossa Alteza, cuja vida e estado Nosso Senhor acrescente como por êle há desejado. De Lisboa hoje 28 de Fevereiro de 37.

Ruy de Mello.»

Desta carta, escrita seis anos após o assassinato, conclue-se que o Marafuz não fazia vida obscura de província, mas que andava no serviço de el-rei activamente, tendo algum cargo de autoridade que lhe permitia citar os seus muitos serviços, com altivez, reclamando justiça como retribuïção deles.

Vê-se por ela também, que Diogo Pessanha fôra condenado à morte, e que as altas influências de que dispunha, não só retardavam essa execução, mas lhe permitiam andar à solta em Moncarapacho, duas léguas distante de Tavira. Além disso, D. João III, que já tam injustamente livrara Vasco Anes Côrte Real, do degrêdo, por um rescrito de sua real mão, consentira dar um outro a Diogo Pessanha, sobrinho daquele, livrando-o assim do patíbulo a que fôra condenado.

Diogo Pessanha andava a monte, e seus filhos haviam, parece que já nessa época, passado a Tânger

Frei João do Santíssimo Sacramento, na referida Crónica dos Carmelitas, diz que Diogo Pessanha, depois de um desafio (não quis dizer assassinato) com dois contendores, a quem dera a morte,

tivera de meter terra em meio, passando a outras estranhas.

A segunda carta do Marafuz está também no Corpo Cronológico, Parte 1.ª, Maço 69, Doc. 6. Diz ela no sobrescrito: «A El-Rei Nosso Senhor», e no texto

« Senhor

« Eu vim a esta cidade de Tavira, a tirar uma inquirição neste feito que com Diogo Pessanha trago, e também a visitar minha casa; e, cuidando eu de descansar alguns dez ou doze dias, achei que, em satisfação de quantos serviços a Vossa Alteza tenho feitos, a petição de um Francisco Alves, tabelião desta cidade, e a requerimento de Rodrigo Alves, seu irmão, feitor de Vossa Alteza neste Algarve, mandava tirar uma devassa, bem escusada, contra Lançarote de Mello meu filho, dizendo em sua provisão que, de assuada com homens, êle injuriara ao dito Francisco Alves, e quando se tal assuada provar, digo que a mim mande Vossa Alteza cortar o pescoço; e assim lhe foi feita informação que o dito meu filho injuriara a um Matéus Fernandes.

« A isto digo que, quer o fizesse, quer o não fizesse, é do caso livre por sentença, e assim esbofeteara a um clérigo, o que tal com verdade se não provará, e se isso assim fôra, que havia bispo e vigário para contra êle proceder com excomunhão, e demandar o sacrilégio, assim que por tôdas as vias, se meu filho êsses crimes fazia, havia justiças diante de quem podiam querelar ou deman-

dar suas injúrias; e quando lhe não fizessem justiça, ou lhe denegassem suas querelas, então se poderiam agravar a Vossa Alteza, mas se nenhuma cousa dessas Vossa Alteza por suas informações não devidas, mandar logo devassar de meu filho verdadeiramente Vossa Alteza me agravou nisso assaz, porquanto na côrte com Vossa Alteza andava eu e meu filho, como Vossa Alteza sabe, não fôra mal querê-lo lá primeiro saber de mim, e não dar aso a se cuidar que Vossa Alteza folga de me agravar e destruir, e porque Vossa Alteza disso foi servido, a mercê que lhe peço é que esta devassa que mandou tirar, quando lhe fôr, a cometa à sua Casa de Suplicação, ou mande por um alvará seu, que por esta devassa se não faça obra até a Casa de Suplicação ser onde Vossa Alteza estiver, porque eu não tenho mais que um corpo, e ando na demanda de Diogo Pessanha, na dita Casa, a qual ora está em Lisboa, porque esta é a razão e o conselho por onde se fêz a informação a Vossa Alteza, para me fazer acudir a al primeiro, e a largar o dito Pessanha, pela razão de parentescos e amizade que com êle têm, e não pelo que êles em sua informação dizem, que mais em verdade se podia descansar deles de quanto têm metido e metem as mãos na fazenda de Vossa Alteza, que trazem entre as mãos, dos quais eu espero requerer minha justiça pela infâmia que a mim e a meu filho levantaram e puseram diante de Vossa Alteza, cuja vida Nosso Senhor acrescente como por êle é desejado. De Tavira a 7 de Janeiro de 1541.—*Ruy de Mello.*»

Esta carta mostra que 11 anos depois do crime de Diogo Pessanha, continuava na Casa de Suplicação, para onde êle apelara da sentença dos juízes de Tavira que o haviam condenado à morte, a demanda entre êle e o Marafuz, e que para desviar êste da sua tenaz perseguição àquele, inventaram crimes praticados por Lançarote de Melo, os parentes e amigos do réu, fazendo uma petição a el-rei para que mandasse tirar uma devassa, ao que el-rei acedera.

Não terminara na Campina a *vendetta* entre Pessanhas e Melos, pois se me afigura que o caso relatado em seguida, se filia ainda no ódio dos Pessanhas contra os Melos. Lendo-se a genealogia dos Melos da Cunha, tavirenses, encontra-se que Álvaro de Melo da Cunha, casado em 1604, com Catarina Moniz, «fôra aleivosa e vilmente assassinado na Atalaya» (palavras textuais dos genealogistas), por Luiz de Aragão de Sousa, João Pereira de Vasconcelos e outros, pelo que foram degredados, assim como Gaspar Viegas de Azevedo, irmão de sua mulher, por lhe vender a causa a trôco de 600$000 réis, o que tudo consta dos autos do livramento.

A Atalaia é um grande campo ao sair de Tavira, e onde, no dizer de J B. da Silva Lopes na *Chorographia do Algarve,* podem manobrar à vontade três mil homens de tropas. Ao fundo avista-se o convento das Bernardas, imenso edifício mandado construir por el-rei D. Manuel I, sendo vèdor das obras Baltazar de Siqueira, o primeiro dos dêste apelido, que veio estabelecer-se no Algarve.

Foi nesse campo, que um grupo de homens dirigidos por um Pessanha, e quem sabe se todos

Pessanhas, Francas ou Côrte-Reais, assassinaram Álvaro de Melo da Cunha, à traição ainda, como à traição fôra a morte de Rui de Melo da Cunha, e as mortes dos dois Melos Cacéveis.

Mais do que nos outros lances desta longa chacina me faltam agora pormenores. Vejamos quem era êste Melo que caía às mãos de outro Pessanha, um século depois do renhido combate da Campina, e quem era o matador.

Rui de Melo da Cunha, assassinado por Vasco Anes Côrte-Real, tinha um irmão de nome Duarte, atrás mencionado na genealogia dos Melos do almirante, o qual casou com Leonor de Mendonça, que dele houve os seguintes filhos

a) Baltazar, que com sua mulher Brites de Almada, fizeram um vínculo na capela-mor do convento dos Franciscanos de Portimão, no alto do cruzeiro da qual mandaram pôr suas armas, e em baixo a sua sepultura, com letreiro. Sem geração legítima, mas dizem que êle houve bastardo a António de Melo, que os mouros mataram numa peleja em Tânger

b) Álvaro, fidalgo-cavaleiro, partiu para a Índia em 1554, na armada do vice-rei; casou com Leonor ..., e houve geração.

c) Francisco, sem geração.

d) Manuel, que se segue

Manuel de Melo da Cunha, o vélho, último dos filhos do referido Duarte, teve de alcunha «o torto», porque realmente o era, ou antes estrábico, foi moço fidalgo da Casa Real, comendador de Santa Maria de Tavira, vereador dessa cidade e capitão

de um dos seis galeões da armada que em 1578 foi com el-rei D. Sebastião à África. Nesse ano foi nomeado capitão-mor das naus da Índia, que para ali partiram sòmente em Dezembro de 1680, sob o seu comando. Casou com Maria Viegas, irmã de Gonçalo Viegas Raposo, de Tavira, e dela houve os seguintes filhos:

a) Jorge da Cunha de Briteiros, casado com Isabel de Lemos, filha de João Viegas, com geração.

b) Lourenço, com quem se continua.

c) Isabel de Briteiros, de quem foi primeiro marido Lopo de Melo da Cunha, e segundo marido Miguel Côrte-Real, com geração.

d) Duarte, sem geração.

e) Bastardo Manuel de Melo da Cunha, casado primeiramente com Maria de Figueiró, com geração, e em segundas núpcias, com Maria Pacheco, com geração.

Lourenço de Melo, casado em Ceuta com Brites de Mendonça, filha de Lançarote da Costa, dela houve, Maria, que morreu solteira. Segundo alguns linhagistas, também houve legítimos, Álvaro, que se segue, e Manuel, mas outros os fazem bastardos, o que parece mais certo, pois que o assento do casamento do referido Lourenço não lhe menciona a mãi. Manuel foi vereador de Tavira várias vezes.

Álvaro da Cunha de Melo, é o que traiçoeiramente assassinaram na Atalaia de Tavira. Havia casado em 19 de Julho de 1604, na igreja de S. Tiago dessa cidade, com Catarina Viegas, filha de Gonçalo Viegas Raposo e de Francisca Moniz, sendo um dos

padrinhos do casamento, o seu assassino Luiz de Aragão de Sousa.

Êste Luiz de Aragão era natural de Loulé, fidalgo da Casa Real, cavaleiro de Cristo, filho de Rui de Aragão de Sousa e de sua mulher Briolanja Pessanha, a que alguns chamam Antónia, filha esta de Jorge Pessanha, um dos que não foram exilados, porque, como atrás se disse, o seu parentesco com Diogo Pessanha parece remoto, e ser êle Sárria por varonia. Seus avós paternos foram Lizuarte, ou Luiz Duarte, de Aragão e sua mulher Leonor Chaínha, moça da Câmara da raínha D. Catarina, o qual Lizuarte dizem haver sido capitão-mor da armada da Índia, em 1569 (o que me parece falso), e haver feito morgado do seu castelo de Salir, e dos mais bens que possuía. Teve Lizuarte o brasão de Aragões, provando ser bisneto do conde D. Pedro de Aragão, irmão bastardo da raínha Santa Isabel mulher de el-rei D. Diniz, de Portugal.

O dito Luiz de Aragão foi casado, em Tavira, com Mécia de Gusmão de Azambuja, filha de João Ichoa de Vilhegas comendador do Pinheiro, filho êste de Fernão Vaz Côrte Real.

Irmão bastardo dêste Luiz de Aragão, por seu pai, foi, segundo relatam Rangel de Macedo e outros linhagistas, Frei António de Aragão frade agostiniano (1), tam bom e virtuoso, que morreu em

(1) João Baptista da Silva Lopes dá a Fr. A. de Aragão outra filiação, e nascimento em data posterior à do indicado acima. Ou o autor errou, ou há dois frades dêsse mesmo nome, em datas diferentes.

cheiro de santidade. Sepultado o venerável monge na igreja da Graça, em Tavira, tal fama deixou de suas virtudes, que durante o tempo que a igreja ainda existiu sem ser profanada, devotadamente tiravam terra da sua sepultura por um pequeno alçapão, com o que tinham fé os doentes.

Não admira que um Aragão, da família da Raínha Santa Isabel, produzisse santos, como tambem não admira que êsse produtor de santos desse origem a demónios quando conjugado com uma Pessanha tavirense. E foi o que sucedeu; não bastou a tara virtuosa dos Aragões, para sufocar as tendências criminosas dos Pessanhas algarvios, se porventura elas não vinham já incubadas no sangue dos mais antigos Pessanhas genoveses, como é de crer, e parece indicá-lo a antiguidade da *vendetta* que mantinham com os Melos, talvez remontando ao primeiro almirante Manuel.

Passados são hoje quatro séculos após o combate da Campina. O sangue dos Pezzagno de Génova, dissolvido no sangue português, perdeu a tara de crueldade que, segundo parece, o caracterizava já nos tempos medievos. Vinte cruzamentos com gente lusa, eram mais do que suficientes para modificar a tendência do glóbulo sanguíneo mais persistente e teimoso no seu *modus* psicológico. E por isso, quando a mim chega o nome Pessanha, não me passa pelo pensamento que seja o de um Manfredo, um Rubaldo, um Oberto, aventureiros e piratas do mar, um Diogo Pessanha traiçoeiro, assassino, de olhar malicioso e cruel, um Duarte tangerino, carcereiro de sua santa irmã.

Contudo devo dizer que as hereditariedades e atavismos, como causas de crimes ou de virtudes, não são mera fantasia para tentar explicar os assassinatos dos Melos. Têm-nas estudado modernamente a ciência, e nelas tem a literatura baseado modernas obras primas do romance de tese psicológica. Os Rougon Macquart, de Zola, têm como base o estudo da tara de uma família mórbida, tara que em ziguezagues se vai reproduzindo nos descendentes, reves-

tindo modalidades diversas, mas tôdas filiadas no grande e triste ramo da psicopatia. Paul Bourget, grande doutrinatário da hereditariedade e atavismos, nêles baseou a sua literatura tam penetrante e verdadeira, sendo «La Géole» magnífica tese da tara do suïcídio, na família. Mas consola observar como tais taras se podem dominar por um esfôrço de vontade, sobretudo pela união de todo o nosso ser a Jesus Cristo. Assim o mostra Bourget em *La Géole* e a Religião sobretudo no-lo diz.

E compreende-se que, assim como a feição física se reproduz através das gerações, se reproduza a feição moral, até que bem mais tarde o amálgama formado por um grande número de cruzamentos, venha a reproduzir seres que pouquíssima relação tenham com o ancestre remoto, o que não quere dizer que após longas gerações, êsse remoto ancestre não venha surpreender-nos com a sua aparição sob os traços físicos ou morais dum longíquo descendente.

Pois o belo retrato de el-rei D. Sebastião, descoberto há anos na *débâcle* do paço Patriarcal de Lisboa, não nos veio mostrar a sua tam grande parecença com o malogrado Príncipe Real D. Luiz Filipe assassinado no monstruoso atentado de 1 de Fevereiro de 1910? Não haverá porventura entre ambos um ascendente comum que em ziguezague os reproduziu? Êsse ascendente deve provir da Casa de Áustria.

Comparando o retrato de el-rei D. Afonso XIII de Espanha, com o retrato do seu ascendente D. Fi-

lipe IV, não se nota uma similhança frisante, em que sobressai o prognatismo dos Habsburgos, talvez vindo por sua mãi? E, contudo, êle é um Bourbon.

Os exemplos de semelhanças tam remotas são, porém, anormais e esporádicos. Basta pensar que no fim de vinte gerações houve 182.144 cruzamentos, isto é, que o vigéssimo indivíduo nascido de uma união que conta vinte gerações em sucessão, tem em si amalgamado o sangue e o carácter, os característicos físicos e os psicológicos, de 364.288 indivíduos, que tantos são os avós que dois a dois se uniram para o formar

Pretende a lei de Mendel, que é a linha varonil, que domina nas gerações, mas o ziguezague vem freqüentemente destruir previsões e teorias.

O sangue dos Pessanhas era sangue intoxicado; família em que êle se derramasse, era tomada, aqui e além, por tendências de exaltada crueldade, de ódio profundo, de vinganças estrondosas. Os Pessanhas eram o que a ciência hoje chama Degenerados, mesmo mais. histero-neurasténicos-epilépticos--degenerados, com todos os característicos dos tarados desta espécie, perigosíssimos doentes, psicopatas menos responsáveis pelos seus actos do que à primeira vista poderia parecer

As crueldades praticadas por Francisco Correia de Mendonça Pessanha, governador de Lagos em 1833, que de resto tiveram utilidade para a defesa da cidade, então cercada pelos guerrilhas, não irão filiar-se no sangue dos Pessanhas que nas veias lhe corria, creio que por linha masculina?

Êsse sangue Pessanha, entrado nos Francas, se, como pode bem supor-se, estes não eram também, já anteriormente, uns tarados do mesmo género, produziu entre outros indivíduos cruéis, êsse terrível Diogo Lopes da Franca, que pelos seus repetidos crimes de assassínio veio a ser degolado no Limoeiro de Lisboa.

Entrado na família dos Figueiredos, de Faro, o sangue Pessanha e Franca, pelo casamento de Manuel Lôbo de Figueiredo com Inez da Franca, irmã do pai dêsse Diogo Lopes que acaba de ser citado, dela houve Manuel Lôbo a João de Almeida da Franca, pai de Belchior de Figueiredo, que desposou uma Figueiredo Mascarenhas, e êste de António de Figueiredo Mascarenhas que desposou outra Franca, Maria, filha de Martim Afonso Morato e de Beatriz da Franca, natural de Tavira. Desta união nasceram seis filhos, dois dos quais foram padres, outro leigo, e outra abadeça. Dêstes nada consta de censurável. Porém, os dois restantes, parece terem-se ressentido do sangue dos Francas. O primeiro deles, Belchior de Figueiredo, nascido em 1615, foi frade franciscano do convento de Faro, mas «o seu natural soberbo, turbulento e escandaloso», palavras textuais que se encontram a seu respeito no processo do familiar José de Figueiredo Mascarenhas, existente na T. do Tombo, e que era seu irmão, levou-o a despir pùblicamente o hábito em Castela ou em Roma, parece que por loucura ou paixão. A sua morte foi, porém, edificante, expirando no convento de Xabregas, nos braços do pro-

vincial da Ordem, à qual já anteriormente voltara, tendo resgatado o passado por um procedimento tam virtuoso, que a sua morte teve cheiros de santidade.

O mesmo processo nos relata que o outro irmão de frei Belchior, António, tendo uma rixa com um dos fidalgos de Faro, matou-o, e se foi a combater os Molucos. O processo diz — os Malucos, e pretende que os desvarias dêstes dois irmãos eram atribuídos a terem uma costela judaica, pelo lado de uma aliança das Moratas, o que se provou ser falso, mas parece que o não era.

Parece que de nenhum dêstes seis irmãos ficou geração, ou que, se um deles houve um filho, logo a geração se extinguiu. Sanches de Baêna cita-os na Genealogia que faz dos Mascarenhas, nas Famílias Nobres do Algarve, parte II, genealogia em que infelizmente há alguns erros graves, tais como dar a Manuel Lôbo, aqui mencionado, o apelido de Mascarenhas e uma filiação errada, pois que os assentos de Faro, como diz Andrade Leitão, indicam ser êle filho de João Delgado e de uma Catarina de Figueiredo, cuja filiação é desconhecida.

Entrado o mesmo sangue Pessanha, na família Côrte Real, produzia outro assassino, Vasco Anes, o matador de Rui de Melo da Cunha.

Li algures que, ao levarem a sepultar na igreja da Luz, de Tavira, o Cão-mau, fidalgo tavirense muito cruel, não puderam os homens que conduziam o cadáver, transpor a porta do templo, mau grado seus esforços, sendo então resolvido sepul-

tá-lo fora, no adro. O Arquivo da Casa dos Francas, atrás referido, diz-nos ser o Cão-mau um Côrte Real, do qual menciona o nome, que infelizmente esqueci, cita o número de homens que êle matara de sua mão, parece-me que todos ou quási todos espanhóis, e que, se não receasse errar, diria que se elevava ao número de quarenta. Parece-me também ter averiguado que era um descendente, filho ou neto do referido Vasco Anes, matador de Rui de Melo.

Entrado o sangue Pessanha na família dos Aragões, ia produzir nela um assassino, Luiz de Aragão de Sousa, o matador de Álvaro de Melo da Cunha.

Parecerá, sem dúvida, exagêro o atribuir ao sangue dos Pessanhas todos os desvarios que acabo de relatar. Objectar-me-ão que não só os Pessanhas eram criminosos, e que outras taras de crime, de proveniências diferentes, podiam pesar sôbre os indivíduos cujos crimes acabo de citar. É muito possível, e por isso considero como simples hipóteses, as considerações que fiz. Mas uma outra ajuntarei ainda.

O mesmo sangue Pessanha entrara na família dos Castelos Brancos, e ia, ao que se me afigura, ser causa do ânimo irrequieto e revoltoso de um Lopo Vaz de Castelo Branco, a quem o punhal vingador cortaria a vida.

Gonçalo Vaz de Castelo Branco, alcaide-mor da vila dêsse nome, e da de Moura, foi pai de Nuno Vaz e de Lopo Vaz de Castelo Branco. Êste Nuno

instituíu, em 1442, o morgado da Quinta de Castelo Branco, na freguesia de S. João das Talhas, em Sacavém. Morreu sem geração; pelo que sucedeu na casa de seu pai, o dito Lopo Vaz, a quem el-rei D. João I fêz seu monteiro-mor, pelos grandes serviços que prestou na tomada de Ceuta, casou êle com Catarina Roiz Pessanha, filha de micer Antão Pessanha, morto na batalha de Aljubarrota.

Nos filhos que dela houve, parece terem predominado as qualidades paternas, pois foram dotados de grandes méritos, e grandes serviços prestaram à pátria, mormente Nuno Vaz e Gonçalo Vaz, sendo êste último um dos mais insignes varões do seu tempo, tanto na paz como na guerra. Em Touro, foi Gonçalo Vaz o primeiro que rompeu a batalha, indo com o príncipe D. João, e desbaratou o inimigo em Castro Queimado, pelo que, e por outros motivos, el-rei D. Afonso V lhe fêz mercê do senhorio de Vila Nova de Portimão, em 1476, vago pela morte de Rui Afonso de Melo, almirante-mor do reino, também lhe fêz mercê dos títulos de Dom e de conde, mas sem designação do condado, vindo seu filho D. Martinho a ser o primeiro conde de Vila Nova de Portimão. D. Gonçalo Vaz foi sepultado na igreja de S. Martinho, de Lisboa, tendo a sepultura uma lápide com a relação de seus feitos.

Nuno Vaz de Castelo Branco, seu irmão primogénito, sucedeu na casa paterna, e foi almirante-mor do reino, por sua mãi, como se disse na genealogia dos Pessanhas. Casou com Filipa, filha de João Gonçalves de Ataíde, dos Ataídes senhores de Pena-

cova, que foram alcaides-mores de Alvor. Dela houve um filho, Lopo Vaz, no qual parece ter feito explosão o sangue dos Pessanhas, de sua avó. Teve êle de alcunha, o Torram. Sendo alcaide-mor de Moura, e monteiro-mor, levantou-se traiçoeiramente, com a vila de Moura, por Castela, contra D. Afonso V, que junto de si o havia criado, provàvelmente como refens, por parte dos Pessanhas, da paz entre Pessanhas e Francas, por um lado, e Melos por outro. Intitulou-se então conde de Moura.

Porém, aconselhado por seus parentes, e tendo-lhe D. Afonso V prometido o título que ilegalmente se arrogara, tornou a levantar-se por Portugal.

Pelo que se disse na genealogia dos Francas, vê-se que uma nova conspiração urdiu êste Lopo Vaz contra D. João II, conspiração em que entrou o seu parente Lançarote da Franca, que, mais hábil do que os outros conspiradores, conseguiu fugir para Castela, sendo os outros mortos. D. João II mandou matar Lopo Vaz de Castelo Branco e, provàvelmente, todos ou outros juntos, pelos quatro irmãos João, Mem, Pedro, e Braz Palha, e pelos primos dêstes Rui Gil e Diogo Gil Magro.

Dizem as memórias do tempo, que o espectro dêste Lopo Vaz apareceu a sua tia Isabel de Ataíde, irmã de sua mãi, quando o mataram.

Não ia tranqüila e resignada a alma dêste irrequieto Pessanha, ao transpor os umbrais da eternidade.

Viu-se na genealogia dos Pessanhas, como o cargo de almirante-mor passou dos Castelos Bran-

cos para os Azevedos, indo buscar a linha de uma irmã do último almirante Nuno Vaz de Castelo Branco, Isabel Pessanha, que havia casado com Gonçalo Gomes de Azevedo, de quem houvera a Lopo Vaz de Azevedo, que foi almirante-mor, e que parece ser o que esteve no combate da Campina, pelos Pessanhas.

Conseguiu o sangue dos Azevedos sufocar as tendências psicopatas dos Pessanhas, nêle já tam dissolvidas pelos cruzamentos com outros sangues? Era uma heróica e digna família esta dos Azevedos, que Camilo celebrou na sua obra — *O Senhor do Paço de Ninãis* —, mas ainda assim, tipos anormais aparecem após a mescla com os Pessanhas, celebrizando-se aquêle D. Jerónimo, heróico soldado de Alcácer Quibir, mas que sendo em 1613 viso-rei da Índia, praticou tais loucuras e excessos, que êles o precipitaram do seu cargo.

Os antigos, não dispondo da bagagem científica de hoje, tinham contudo a intuïção dos fenómenos doentios transmitidos pela hereditariedade e pelo atavismo. Isso podemos observar na obra de Shakspeare, e mesmo muito mais remotamente.

Porque recusaria el-rei D. Afonso V dar o almirantado a João ou a Martinho Pessanha, legítimos filhos de micer Antão, e iria buscar a linha da irmã dêstes, Catarina, mulher de Lopo Vaz de Castelo Branco, para que êste exercesse um cargo de tanta responsabilidade? Não poderemos supor que um tal atropelamento ao contrato inicial feito com o primeiro almirante Manuel Pezzagno, seria motivado

pela incapacidade moral dos dois filhos varões de micer Antão? Seriam uns desequilibrados, uns violentos, uns cobardes? Mistério talvez desvendável, se possível fôsse consultar o processo existente entre seus descendentes e a Coroa, quanto ao direito de sucessão, e que atrás foi mencionado.

Porque se recusaria o almirantado ao filho do rebelde Lopo Vaz de Castelo Branco, e não se foi buscar agora a linha dos descendentes de João e Martinho Pessanha, cujo direito ficara ressalvado na composição que os autores do passado pleito com a Coroa haviam com ela feito?

Forçando mais uma vez o contrato inicial, bem como atropelando a dita composição, ia-se de preferência buscar nova linha feminina dos Pessanhas, e era agora dado o almirantado aos Azevedos, pelo casamento que nessa família fizera Isabel Pessanha.

Dir-se-ia haver o intuito de tirar as responsabilidades de tam alto cargo aos Pessanhas, e que, sem faltar absolutamente às clausulas do contrato inicial feito no século XIV, se procurava atenuar o perigo, procurando um sangue onde cada vez mais dissolvido fôsse o morbo que no sangue Pessanha existia.

Após a última experiência feita com os Azevedos, vê-se que a Coroa tira absolutamente o almirantado à linha dos Pessanhas, mesmo feminina, e que investe no cargo famílias que não tenham glóbulos dêsse sangue.

Ficava assim curada radicalmente no almiran-

tado, a influência mórbida que a sucessão dos Pessanhas por vezes lhe trazia.

Quanto aos Melos, seriam êles ilibados de tôdas as culpas, nessa intriga medonha em que se viu envolvida Tavira nos séculos XV e XVI, e mais remotamente outras terras do reino, e que daria como resultado o combate da Campina?

É provável que não. Basta pensar que os Melos Pombeiros tinham nas veias o sangue da raínha D. Leonor Teles, mulher de João Lourenço da Cunha senhor de Pombeiro, e que Rui de Melo da Cunha, assassinado por Vasco Anes Côrte Real, era Pessanha por sua mãi, para considerar êste ramo dos Melos sujeito às ruins paixões que albergavam no seio os Teles e os Pessanhas.

A história, contudo, não nos relata facto algum desfavorável a respeito dos Melos Pombeiros. Nenhum facto desfavorável nos relata tampouco, a respeito do ramo primogénito de João de Melo, o Cacével. Mas o ramo dos Melos de S. Tomé, descendentes de Fernão de Melo, filho segundo do Cacével, tem uma história de êrros e crimes que o torna profundamente antipático, mas que pode talvez explicar-se pela entrada do sangue Côrte Real nesse ramo, e quem sabe se do sangue Pessanha e Franca. O dito Fernão de Melo casara com Violante da Silva, filha de João Nunes Homem e de Brianda filha de uma Côrte Real, de Tavira, casada com Nuno do Carvalhal.

Dêsse casamento de Fernão de Melo foi filho primogénito João de Melo, que desposou Guiomar

Correia, filha de Gil Simões Valarinho, êste de origem genovesa por sua mãi, e natural de Portimão. João de Melo deixou sua mulher, indo casar com uma prima, Brianda de Sousa, filha de seu tio Heitor do Carvalhal, da qual foi depois apartado pela igreja, por remate, fugiu para Castela, com a mulher de um seu criado, e el-rei lhe tomou as ditas ilhas de S. Tomé.

De sua prima co-irmã Brianda de Sousa, houve êle dois filhos Pedro, que morreu na Índia, e Heitor que foi degolado por justiça. De uma mourisca houve bastardos Rui, que foi corrector e morreu mal (sic); Maria, que não foi boa (sic). Estes termos de expressão dos genealogistas, servem, sem dúvida, para ocultar erros ou crimes. Um seu bisneto e representante, Cristóvão de Melo, comendador de S. Miguel do Outeiro, matou sem razão o sogro, Afonso Coelho da Siveira, senhor da Ilha de Maio.

Mais remotamente, viu-se que Martim Afonso de Melo seguiu a voz de D. Beatriz, filha de el-rei D. Fernando I de Portugal e mulher de D. João I de Castela. Viu-se também que seus dois filhos, Fernão e Pedro, se passaram a Castela, homiziados, por haverem, com seus parentes e amigos, destruído a vila de Linhares, matando a maior parte dos moradores, os quais lhes haviam assassinado seu pai, andando êste à caça.

O primeiro caso explica-se, dizendo que a grande maioria da nobreza de Portugal seguira a voz da raínha D. Beatriz, pois que era ela a legítima herdeira do trono português, por ser filha

única de el-rei D. Fernando I. Seus três tios, filhos de el-rei D. Pedro I, eram todos bastardos. D. João I só foi rei por uma revolução popular

O segundo caso tem certa absolvição, por ser um castigo infligido a uma multidão que assassinou um homem incauto e desprevenido, pelos filhos e parentes dêste. Em face do que aqui ficou escrito, chega-se a pensar se nesse assassinato não andaria já a mão dirigente dos Pessanhas e dos Francas, contra êsse Melo que morria caçando, como mais tarde teriam morte seus descendente os Cacéveis.

Não se venha dizer que tais crimes da fidalguia, trouxeram com razão e justiça a moderna democracia. A democracia foi a pseudo cura de um mal, por meio de um mal maior Não diminuíram com ela os crimes, antes aumentaram, pois que à sociedade falta o potente braço régio que castigava directamente, como o de João II, o qual, considerando-se executor da alta justiça, como rei por direito divino, dispensava nos grandes casos o algoz.

A pena de morte, mesmo exercida por mãos régias, é contrária à Religião; mas as democracias matam cem vezes mais do que as aristocracias, e são de uma benevolência, quanto ao crime, que toca as raias da cumplicidade.

Para êsses feros senhores, dos séculos XV e XVI, ardidos em paixões e ansiosos de lutas, a Índia e as terras do norte de África, «lugares d'Além», como então se dizia, eram válvulas abertas à chama que lhes queimava os largos peitos. Não se comprimem leões numa jaula sem que as suas garras se ensangüentem a rasgar-se mùtuamente as carnes.

A História fêz heróis de grandes celerados, Geraldo Sem Pavor, capitão de uma enorme quadrilha de salteadores, celebrizou-se perante a História e teve foros de Nobreza, quando, à frente dos

seus bandidos conquistou Évora aos mouros e a deu a el-rei D Afonso Henriques.

Desde remotíssimos tempos da humanidade, convencionou-se que o crime, praticado contra inimigos da pátria, fôsse uma virtude digna de prémio. Convencionou-se mesmo mais que se o atentado individual contra a propriedade e a vida de outrem, é um crime punido por tôdas as leis, o atentado colectivo de uma nação, contra as propriedades e vidas de outra nação, seja virtude premiada. Chama-se então *Direito de conquista.* E os povos orgulham-se e desvanecem-se com o título de Conquistadores, dando-o também a alguns dos seus Reis que se apossaram de bens de outras nações.

Em virtude de tal *moral*, a Índia e o norte de África portugueses tiveram numerosissímos «heróis». Os homens dos séculos XV e XVI, habituados a robustecer o corpo contìnuamente, a prepará-lo para a luta, ansiavam pelas aventuras guerreiras, que de resto eram a melhor porta aberta à fortuna.

Tânger, Arzila, Mazagão, Ceuta e as Índias, estendiam os braços à sua robustez, à sua valentia, à sua ambição, e também à sua ferocidade. Ali iam conquistar as esporas de ouro, a riqueza, a nobreza, os brasões, as comendas, ou fazer esquecer os crimes cometidos na pátria, muitas vezes lavados por novos crimes cometidos contra inimigos dela. Muitos, porém, ali iam olvidar seus desgostos e, no seio dos combates, procurar o sossêgo da morte.

Campo de aventureiros *sans peur*, nem sempre *sans reproche*, ali aumentaram seus foros nobiliárquicos muitas casas nobres do país, e tiveram começo muitas outras. Sendo seu dilema, triunfar ou morrer, tais homens haviam de tornar-se heróis.

É por isso que se lê com assombro as vitórias dos portugueses na Índia, sob o comando de um D. Francisco de Almeida, de um Duarte Pacheco, de um D. João Mascarenhas, contra legiões enormes de mouros, que êles levavam diante de si a rudes golpes de lança e de espada. Ler a História de Tânger, é ler uma epopeia talvez maior do que a da Índia, se bem que apenas defensiva, e isso porque os adversários eram muito mais belicosos e práticos nos combates do que os índios.

Os Livros da Matrícula, existentes na Tôrre do Tombo, mencionando as graças concedidas pelos reis de Portugal aos cavaleiros de África, narram actos de valentia que degenera por vezes em ferocidade e loucura, não só contra inimigos humanos, mas contra as próprias feras do mato.

Citarei duas concessões de Carta de brasão de armas, por actos dêste último género, feita a primeira por el-rei D. Sebastião, em 12 de Novembro de 1564, a Lourenço d'Oliva, cavaleiro da Casa Real e da Ordem de Cristo, natural de Tavira, mas de família originária de Navarra e que outrora se estabelecera no Algarve. Êste Lourenço d'Oliva teve um combate com um leão, em Tânger, fazendo a proeza de atravessá-lo com a lança, dos peitos ao costado, com grande risco de sua vida, e com admi-

ração de cristãos e de mouros. O leão saltara-lhe repentinamente de uma ribeira, e o golpe da lança feriu tam rijo, que o cabo se partiu, depois da ponta sair pelas espáduas da fera.

É o que mostra o desenho no escudo. O timbre consiste num meio corpo de homem vestido de encarnado, com o pedaço da lança na mão. Encontra-se registado o alvará no Livro IV da Chancelaria de el-rei D. Sebastião, a fls. 69.

A outra concessão foi feita a Francisco Tavares Liote, ou Elliot, cavaleiro fidalgo da Casa Real, dizem que descendente de um Gilbert Elliot, escossês, que se fixara em Portugal no reinado de el-rei D. Fernando ou de D. João I. Sendo investido por um leão real, nos campos de Tânger, em 1637, e após sete feridas que o leão lhe fêz no cavalo, o capitão Liote matou a fera com a espada e cortou-lhe a cabeça.

El-rei D. Filipe III concedeu-lhe o seguinte brasão «para que não faltasse memória de tam nunca visto caso», como diz a Carta de armas — Em campo verde, um braço de homem armado de prata, tendo na mão uma cabeça de leão, de ouro, ensangüentada, pendente por uma orelha. Timbre. o mesmo braço, com a cabeça do leão.

Para homens tais, o Algarve era estreito âmbito. Uns por vontade própria, outros por coacção, foram procurar em longínquas paragens um campo mais amplo à sua ardente actividade. O Algarve não deve ter-lhes lamentado a ausência.

FIM.

Notas finais

A páginas 34 a 38:

O *Diário de Notícias* (Lisboa) de 11 de Maio de 1941, traz em artigo de fundo a biografia de Constantino José Marques de Sampaio e Melo, natural da Tôrre de Moncorvo (Trás-os-Montes), bastardo duma nobre família, nascido em 18 de Agôsto de 1802. Só teve nos começos da sua vida o nome de Constantino. Foi servo em Moncorvo, noviço franciscano, seguiu Dom Miguel I no exílio.

Teve o cognome de «Rei dos Floristas», pela sua magnífica arte de florista.

Residiu finalmente em Paris, onde foi célebre. Juntou ao nome de Constantino os outros que ficam ditos.

Escreveu a fantasiosa genealogia dos Melos, ali indicada.

Morreu em Paris.

~

A ortografia dêste livro não é a do autor.

~

Reservados todos os direitos.

~

A tiragem desta 1.ª edição é de 250 exemplares.

Errata

Pág.	*Linha*	*Onde se lê*	*Leia-se*
8	27	plato	Plato
39	30	o	a
47	8	década	Década
52	29	3.º	§ VI
64	24	53	63
82	1	sexto	sétimo
83	20 e 21	(suprima-se : mais tarde)	
95	18	e	o
101	11	1917	1387
102	26	II	V
110	19	alcaide	adail
110	28	do	que
117	4	da Capela	das Capelas

COMPOSTO E IMPRESSO NAS GRANDES OFICINAS GRÁFICAS «MINERVA», DE GASPAR PINTO DE SOUSA, SUC.es, L.da E CONCLUIU-SE EM 7 DE JULHO DE 1942 VILA NOVA —— DE FAMALICÃO ——